

À semelhança de muitos municípios brasileiros, a cidade de Jaguariúna traz em sua trajetória um conjunto de fatos históricos e políticos que contribuiu para sua formação. O exercício de buscar no tempo e na História o entendimento do presente está articulado nesta obra, que, ao reunir informações sobre o processo de povoamento do interior paulista, pesquisar as bases de formação do núcleo urbano no século XIX, revisitando o universo das grandes fazendas, com todas as implicações no modo de vida, organização social e produtiva, amplia os horizontes para o olhar de um observador atento ao seu tempo e à memória das cidades. Outro aspecto relevante é dar voz a personagens de grupos sociais diversos, abrindo caminho para o continuar de novos construtores da história de Jaguariúna.

“Por suas qualidades esta obra não pode, nem deve, ficar restrita a uma circulação acadêmica, pois, permitindo um conhecimento bem fundamentado das contribuições dos vários grupos sociais de Jaguariúna para a constituição do pujante centro urbano atual, ela fornece bases seguras para que crianças, jovens e o homem comum da cidade compreendam sua ligação com a História local.”

*Olga Rodrigues de Moraes von Simson*  
Diretora do Centro de Memória da UNICAMP

Fabiana Bruno  
Maria Abigail Nogueira Moraes Ziggatti  
Marta Eugênia Fontenele Pimenta

# VILA BUENO

ensaios para a história

VILA BUENO  
ensaios para a história





**MAPA COROGRAPHICO DA CAPITANIA DE S. PAULO,**  
 QUE POR ORDEM DO ILUSTRISIMO E EXCELENTISIMO SENHOR BERNARDO JOSÉ DE LORENA, GOVERNADOR, E CAPITÃO GENERAL DA MESMA CAPITANIA LEVANTOU O AJUDANTE ENGENHEIRO ANTONIO ROIZ MONTEZINHO, CONFORME SUAS OBSERVAÇÕES FEITAS EM 1791, E 1792

- Limites das Capitães (---)  
 Limite do Donatário de Espirito Santo (---)  
 Δ Cidades 1 Capangas  
 ○ Villas 5 Capangas  
 □ Freguesias 4 Forçadas  
 \* Aldeias

Partes de 20 Leguas de que se fazem um grau  
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20  
 Partes de 20 Leguas de que se fazem um grau  
 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20  
 METRICO

Observação: Fazer sempre com a expressão de 1000000 de tomos

70°  
PARTE  
R O F  
E  
Elevação

VILA BUENO  
ENSAIOS PARA A HISTÓRIA



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

REITOR

JOSÉ TADEU JORGE

COORDENADOR-GERAL DA UNIVERSIDADE

FERNANDO FERREIRA COSTA

COORDENADOR DA COCEN

JORGE RUBEN BITON TAPIA



CENTRO DE MEMÓRIA  
UNICAMP

DIRETORA

OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON

DIRETOR ASSOCIADO

MARCOS TOGNON

COORDENADORA DE PUBLICAÇÕES

ZULA GARCIA GIGLIO

COORDENADOR EDITORIAL

CARLOS ROBERTO LAMARI

CONSELHO CIENTÍFICO

ANDRÉ MUNHOZ DE ARCOLLO FERRÃO - ANTONIO CARLOS GALDINO - CARLOS ROBERTO LAMARI - CÁSSIA DENISE  
GONÇALVES - DAISY SERRA RIBEIRO - ELIANA BARBOSA DA SILVA MOREIRA - ELIANA REGINA CAMARGO CORRÊA  
- ELISABETH MARIA ALCÂNTARA PRADO PAZINI - ETIÉNNE GHISLAIN SAMAIN - FRANCISCO FOOT HARDMAN - HELOISA  
HELENA PIMENTA ROCHA - HERNANI MAIA COSTA - ISAIAS JOSÉ CORRÊA - JOSÉ ROBERTO ZAN - LEONARDO AFFONSO  
DE MIRANDA PEREIRA - MARCOS DE SOUZA QUEIROZ - MARCOS TOGNON - MARLI APARECIDA MARCONDES - MARIA  
BEATRIZ MACHADO BONACHELLI - MARIA ESTELA RAFAEL DE GÓES - MARIA TEREZA DUARTE PAES-LUCHIARI  
- NELSON FELICE DE BARROS - OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON - REGINA ANDRADE TIRELLO - ROSANA  
APARECIDA BAENINGER - SÉRGIO FERREIRA DO AMARAL - SÉRGIO LUIZ SABOYA ARRUDA - SILVANA RUBINO - ZULA  
GARCIA GIGLIO - WALDINEI SALVADOR DE ARAÚJO - WILMA PERES COSTA

FABIANA BRUNO

MARIA ABIGAIL NOGUEIRA MORAES ZIGGIATTI

MARTA EUGÊNIA FONTENELE PIMENTA

# VILA BUENO

## ENSAIOS PARA A HISTÓRIA

ARTE  
*Escrita*  
EDITORA

CMU  
PUBLICAÇÕES

CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP

2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

B836v Bruno, Fabiana.  
Vila Bueno : ensaios para a história / Fabiana Bruno,  
Maria Abigail Nogueira Moraes Ziggatti, Marta Eugênia  
Fontenele Pimenta. – Campinas, SP : CMU/UNICAMP :  
Arte Escrita, 2007.

176p. – (Ensaio para a história ; 7)

1. Cidades e vilas - História. 2. Historiografia.  
3. Jaguariúna (SP) - História. 4. Vila Bueno - História.  
I. Ziggatti, Maria Abigail Nogueira Moraes. II. Pimenta,  
Marta Eugênia Fontenele. III. Título.

CDD - 307.7609  
- 907.2  
- 981.61

#### Índices para Catálogo Sistemático

1. Cidades e vilas - História	307.7609
2. Historiografia	907.2
3. Jaguariúna (SP) - História	981.61
4. Vila Bueno - História	981.61

#### CAPAS

JOÃO ARTHUR CAVALCANTI  
FOTOS: ACERVO PROJETO VILA BUENO  
ACERVO FAMÍLIA TOTÓ VALENTE

DESIGN E PRODUÇÃO EDITORIAL  
SELETTA OFICINA DE MÍDIA E CONTEÚDO LTDA.  
WWW.SELETTA.COM.BR

PROJETO GRÁFICO  
FABIANA BRUNO

DIREÇÃO DE ARTE  
JOÃO ARTHUR CAVALCANTI

LEITURA HISTÓRICA  
ÂNGELO EMÍLIO PESSOA  
ULYSSES DA ROCHA CAVALCANTI

PREPARAÇÃO E REVISÃO  
NOME EDITORIAL

IMPRESSÃO  
ARTE ESCRITA

## AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas que colaboraram com informações, fotografias, documentos e relatos, em especial a Renato Antônio de Oliveira Valente por ceder acervos fotográficos da família de Totó Valente; a Maria Teresa de Arruda Botelho por acervos da fazenda Santa Úrsula, a Maria Amélia A.B. Souza Aranha, a José Eduardo de Godoy Pimentel, ao professor Roberto Pastana Teixeira Lima e a Ralph Giesbrecht. Na difícil trajetória de uma pesquisa, a contribuição muitas vezes se dá pela acolhida, sensibilidade e respeito ao conteúdo a que se lançam observadores da história, neste sentido não poderíamos deixar de citar a nossa gratidão a antigas famílias de Jaguariúna, especialmente a dona Celeste Pires da Costa Ferrari (in memoriam) e dona Clotilde Fraquetta Chiavegatto (in memoriam). Também nossa gratidão ao senhor Beraldo de Souza. Nossa admiração ao senhor Pedro Abrucês pelos múltiplos talentos expressados em seu amor a Jaguariúna. Registramos ainda o nosso respeito aos familiares do coronel Amâncio Bueno, especialmente a Marcelo dos Santos Bueno, a Lucia Pompeo do Amaral Mendes, a dona Beth (Ermelinda) e dona Diva e a Neidite.

## SUMÁRIO

- 5 **Agradecimentos**
- 9 **Prefácio**
- 13 **Apresentação**
- 
- 16 **Sertão**  
Rotas, passagens, o universo paulista em expansão
- 40 **Roçado**  
O ouro e a Estrada dos Goiazes
- 56 **Fazenda**  
O mundo das grandes propriedades rurais sustentadas pelo trabalho escravo
- 98 **Patrimônio**  
As ferrovias, novas dinâmicas na vida urbana... surge a Vila Bueno
- 128 **Cidades**  
Lembranças de Jaguari
- 
- 165 **Considerações Finais**
- 167 **Fontes Iconográficas**
- 172 **Bibliografia**

## PREFÁCIO

### Abrindo uma trilha historiográfica

Os ensaios para a história da antiga Vila Bueno, atual Jaguariúna, das jornalistas Fabiana Bruno e Marta Fontenele e da memorialista Maria Abigail Nogueira Moraes Ziggatti, abrem uma proveitosa trilha para a compreensão da formação histórica deste município e se apresentam como uma significativa contribuição para o entendimento da história local e regional.

A atenção que as autoras denotam ao tempo presente (marca de suas formações) soma-se aqui à percepção e ao reconhecimento da existência de outras temporalidades na trajetória de constituição do atual município de Jaguariúna, desdobrando-se daí um convite para que penetremos nos meandros de uma pesquisa mais rigorosa acerca da origem, formação e transformação do território paulista, de forma a percebê-lo em uma perspectiva de duração secular.

O intenso esforço realizado pelas autoras em localizar fontes e ler obras sobre a historiografia regional, certamente, renderá proveitosos frutos para futuras pesquisas, que sem dúvida deverão vir e serão tributárias dessa obra pioneira. Da mesma forma, em meio à dinâmica da produção historiográfica, também virão novas discussões, críticas e posicionamentos

acerca de diversos aspectos aqui apontados, mas *Vila Bueno – Ensaio para a História* permanecerá como contribuição essencial para a abertura desta nova trilha de investigações.

A obra se apresenta em cinco capítulos, todos marcados por um primoroso tratamento visual e rico acervo de imagens, um dos vários pontos altos deste trabalho. No primeiro capítulo, “Sertão”, as autoras procuram penetrar no passado paulista mais recuado, acompanhando a abertura das rotas para o sertão, especialmente em demanda das antigas minas dos Goiases que, a partir da terceira década do século XVIII, ganham forte intensidade e estimulam a fixação de roceiros nas “bocas de sertão”, promovendo a concessão das primeiras sesmarias na região. No curso desta análise, não faltam menções à presença ainda pouco compreendida de etnias indígenas na região atual de Campinas, objeto que deverá merecer maiores investigações.

Os elementos apontados no primeiro capítulo são, então, desenvolvidos no segundo capítulo, “Roçado”, momento em que passamos a acompanhar com maior detalhamento o processo de formação social e econômica da região, com destaque para a presença de pequenos roçados ligados à Estrada dos Goiases. Neste contexto, são os roceiros, moradores radicados na área, que dão origem à constituição de um universo cultural próprio.

No capítulo 3, “Fazenda”, observa-se a transição para a grande propriedade rural, processo que se dá acompanhado pela entrada maciça do trabalho escravo na região, por uma

mudança profunda de caráter populacional e pela interiorização de um universo étnico de grande importância na conformação cultural do território. A presença africana também se faz acompanhar pela intensificação das relações mercantis e pela sedimentação de uma sociedade mais estratificada que, progressivamente, apodera-se da terra e lhe confere novas marcas de segregação social.

No capítulo 4, é a origem da vida urbana que ganha lugar. A doação de terras para constituição de um “Patrimônio” de maneira articulada à expansão dos trilhos da Companhia Mogiana (instalada nas proximidades da antiga Estrada dos Goiases), permite-nos acompanhar a configuração de uma malha urbana denominada Vila Bueno que, a partir de então, adquire fisionomia propriamente urbana. O capítulo 5, no prosseguimento desta discussão, conduz-nos à “Cidade” por meio das lembranças de uma Jaguari em permanente transformação, cabendo a seus próprios personagens revelar as marcas constitutivas de uma paisagem cultural em contínua construção.

Por fim, é tempo de parabenizarmos as autoras pelo empenho neste trabalho que, pelos seus próprios méritos, revela-se capaz de abrir uma trilha na historiografia regional e local, esperando que a obra renda muitos frutos para a compreensão da trajetória única e histórica de Jaguariúna.

Mirza Pellicciotta  
Historiadora

## APRESENTAÇÃO

É na qualidade de diretora do Centro de Memória da UNICAMP que, com muita satisfação, aceitei apresentar Vila Bueno – Ensaio para a História, porque esta obra é uma contribuição original e relevante para a memória histórica e para a compreensão da vida sociocultural de Jaguariúna, uma das cidades integrantes da nossa Região Metropolitana, um centro urbano que, embora ao longo de sua trajetória tenha estado administrativamente ligado a Mogi-Mirim, sempre manteve intensas relações com Campinas. Também aceitei esta agradável incumbência porque as ligações da instituição-memória, a qual dirijo, com as autoras deste livro são antigas, constantes e mutuamente importantes. Duas das autoras tiveram o seu processo de formação, como pesquisadoras da oralidade, construído através de atividades desenvolvidas pelos grupos de estudo e pesquisa, cursos, seminários, e por intermédio de buscas nos acervos que o Centro de Memória coloca à disposição dos jovens investigadores. A terceira, uma memorialista descendente de famílias tradicionais da nossa região, tem sido uma parceira valiosa na constituição dos acervos documentais e de “realia” do Centro de Memória, devido tanto a sua responsabilidade cidadã quanto à importância da elaboração de um conhecimento científico sobre o passado; devido também ao perspicaz talento para localizar

vestígios importantes dos “tempos de antanho”, que, após serem cuidados pelos nossos especialistas, passam a integrar nossas coleções documentais, sempre a serviço das pesquisas sobre a história e a vida sociocultural de nossa cidade e região.

Esta obra, voltada para a história regional, revela um trabalho sistemático e cuidadoso com fontes de pesquisa, apontando pistas valiosas para outras investigações sobre aspectos do passado da cidade e região. Denota também um raro talento das autoras para realizar a integração do texto aos vestígios imagéticos reunidos, os quais trazem uma intensa vida ao resultado final do trabalho, revelando aspectos inéditos, tanto da vida dos integrantes das classes dominantes como daquela dos personagens populares que, cada um a seu modo, contribuem para a construção da trajetória histórica da cidade.

Uma outra qualidade observada ao longo de toda a obra e que merece ser destacada é a preocupação das autoras com a contextualização das várias fases do desenvolvimento do núcleo urbano que se delineava. Com base em ampla e atualizada bibliografia científica, que cobre todo o desenvolvimento da nossa região desde a formação da Colônia, mostra seu papel na época do Império e fornece a explicação do envolvimento das lideranças regionais na constituição da República, as autoras chegam à contemporaneidade capturando, na própria voz de atores sociais que conviveram com o intenso crescimento atual da cidade, a velocidade das transformações vivenciadas nos dias de hoje e uma certa nostalgia dos tempos em que a vida seguia em ritmo mais ralentado e as relações sociais possuíam outro tipo de intensidade.

Uma obra com as qualidades acima expostas não pode, nem deve, ficar restrita a uma circulação acadêmica, pois, permitindo um conhecimento bem fundamentado das

contribuições dos vários grupos sociais de Jaguariúna para a constituição do pujante centro urbano atual, ela fornece bases seguras para que crianças, jovens e o homem comum da cidade compreendam sua ligação com a História local. Se bem explorada pelos educadores e pelos meios de comunicação de massa de Jaguariúna, ela poderá se constituir num fator fundamental para a elaboração do tão desejado sentimento de pertencimento à cidade e à região, único caminho seguro para que se inicie o processo de construção de uma cidadania consciente e responsável.

Ela também se constitui em valioso instrumento para o turismo cultural na cidade e região, permitindo ao visitante, ávido em compreendê-los, que ele vislumbre os significados mais profundos do que está a conhecer, seja na região urbana, seja nas muitas fazendas que ainda se mantêm como marcos valiosos do importante passado agrário local. Deve, portanto, estar acessível a todos os grupos que, com crescente frequência, buscam a cidade, por ocasião de eventos especiais ou para vivenciar um fim de semana mais calmo, não muito longe da capital.

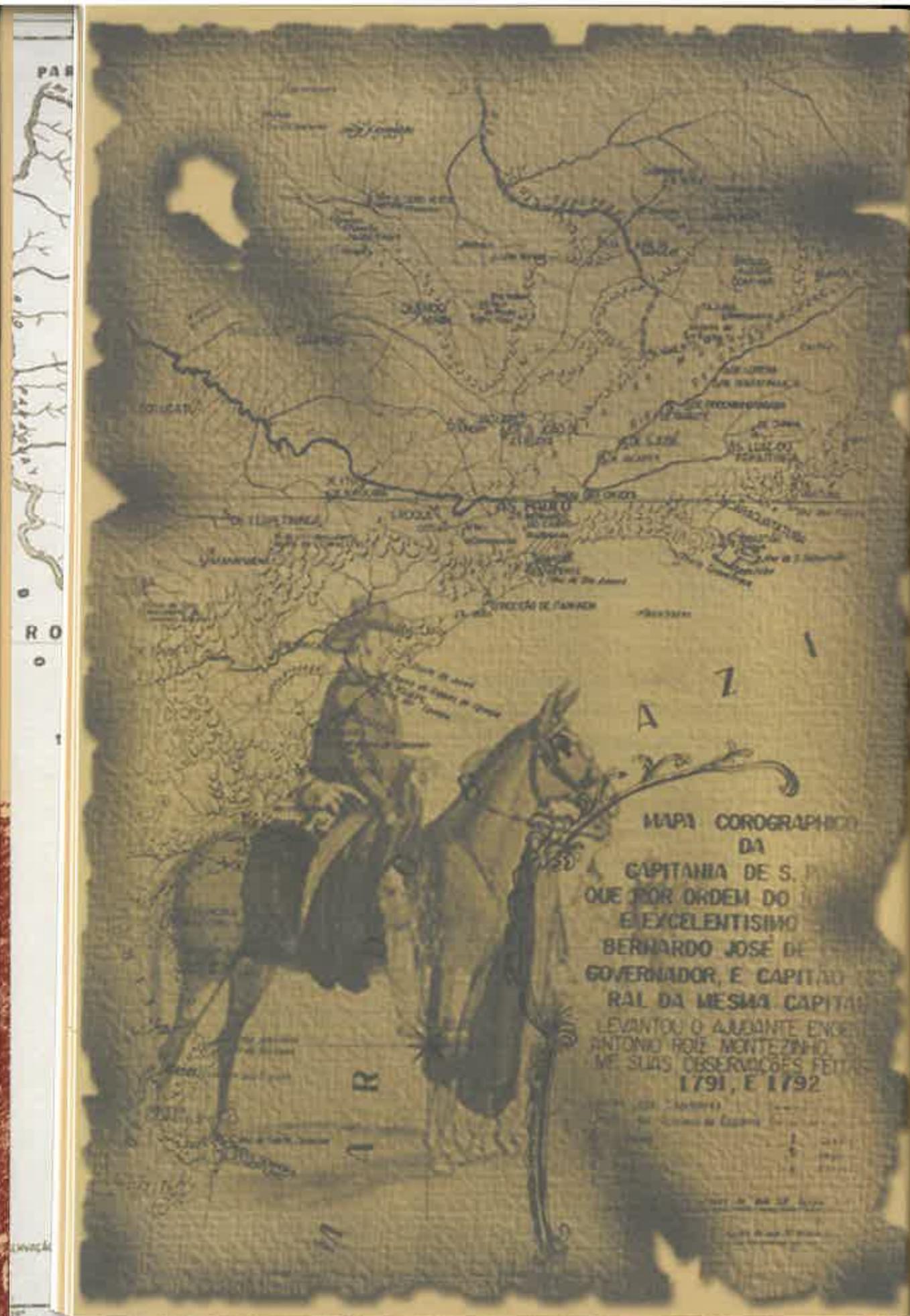
Finalmente, penso que este livro deve e precisa ser conhecido pelos administradores e legisladores dos diferentes municípios de nosso estado, no sentido de incentivá-los a propiciar a elaboração de obras semelhantes referentes a sua cidade e região, pois, sendo a história local mostrada aqui de forma viva e original, constitui-se também numa leitura agradável e envolvente, um exemplo importante de divulgação científica de qualidade e um instrumento valioso no campo da educação patrimonial.

*Olga Rodrigues de Moraes von Simson*  
Diretora do Centro de Memória da UNICAMP

# Sertão

## Rotas, passagens, o universo paulista em expansão

Gastam comumente os paulistas, desde a vila de São Paulo até as minas gerais dos Cataguás, pelo menos dous meses, porque não marcham de sol a sol, mas até o meio-dia, e quando muito até uma ou duas horas da tarde, assim para se arrancharem, como para terem tempo de descansar e de buscar alguma caça ou peixe, aonde o há, mel de pau e outro qualquer mantimento. E, desta sorte, aturam com tão grande trabalho. O roteiro de seu caminho [...] é o seguinte, em que se apontam os pousos e paragens do dito caminho [...] se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém, em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra de mantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência.<sup>1</sup>



Entre o século XVI e início do século XVIII, os atuais estados de São Paulo e Minas Gerais constituíam-se parte de uma única capitania. Seu desmembramento e sua conformação em capitânicas de São Paulo e Minas do Ouro ocorreram em 1709, como fruto de uma profunda transformação que começava a tomar conta dos sertões da colônia portuguesa. A São Paulo setecentista, terra fértil e habitada por muitos grupos indígenas, havia muito se consolidado como território pleno de colonizadores, ávidos pela posse das terras, pela escravização de índios e pelos desafios inerentes à penetração pelo sertão. A propósito, talvez tenha

sido este universo vigoroso e aberto a conquistas a razão para as múltiplas grafias – dentre as quais *certão, sertam, desertãnu, sertáao...* – e sentidos que a palavra “sertão” adquiriu no curso do tempo. Ainda nos dias atuais, é bem verdade, o sertão continua a ser considerado um lugar distante, afastado, ermo, inexplorado, não civilizado e, por isso mesmo, associado ao “desconhecido” – talvez, tenha sido este fator o impulso fundamental do colonizador para penetrar e percorrer terras de um território fantástico.

De qualquer forma, desde cedo, o desejo e a necessidade de aprisionar índios, explorar ouro e, sobre-



*Soldados índios aprisionando indígenas, no interior da província de Curitiba.*

Desenho: Jean-Baptiste Debret.



*A caricatura do bandeirante Fernão Dias, o caçador de esmeraldas; ganância e poder no caráter dos paulistas.*

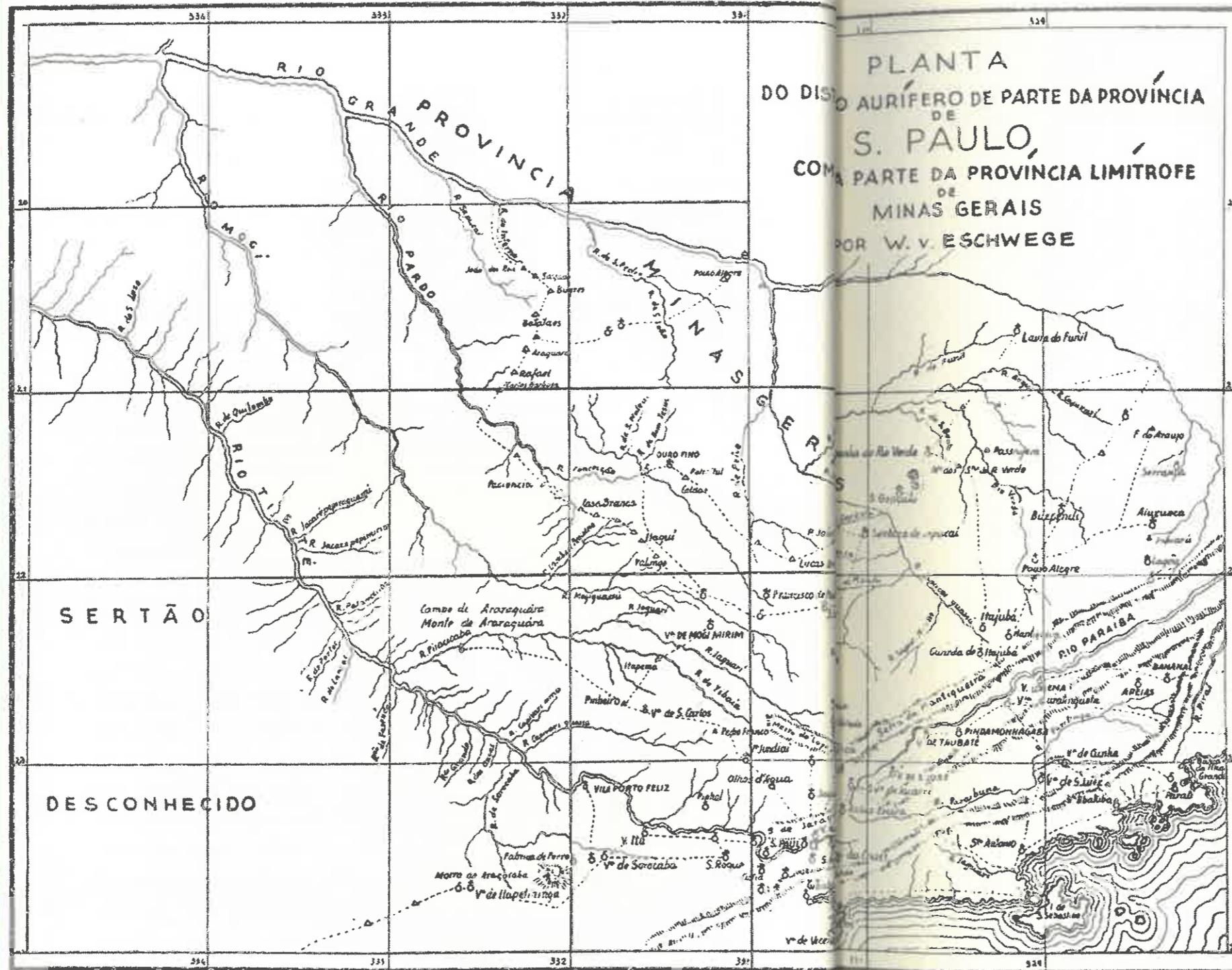
Desenho: Reprodução a partir da obra, Setúbal, Paulo.

A Bandeira de Fernão Dias.

tudo, enfrentar os sertões, passaram a significar mais do que tão-somente o medo; significaram ousadia e cobiça de um colonizador singular, conhecido como “paulista”. Mesmo no século XVIII, quando a região das minas ganhava efervescência pela presença de comerciantes, mineradores, escravos, representantes da Coroa, índios e paulistas, o adentrar o território continuava a ser a escolha de um caminho que poderia conduzir à riqueza ou à desgraça, à vitória ou à derrota. Para o índio, de qualquer forma, a simples presença do branco em seu espaço já configurava uma invasão de terra, a

provável perda de liberdade e a urgência em resistir a seus movimentos.

Enfim, por um longo período, também os homens definiram seus sertões, associando-lhes um código de conduta, um universo imaginário. A exploração dos sertões, iniciada ainda no primeiro século da invasão portuguesa, começou por eleger os caminhos que permitiriam aprisionar índios e encontrar ouro, ganhando, no curso do tempo, um outro caráter, o de fixar colonos, estabelecer redes de abastecimento e criar bases para inúmeros bairros rurais, freguesias e vilas.



Planta do Distrito Aurífero e de parte da Província de São Paulo.

## ESTRADA GERAL

Desde as origens da penetração europeia pelos sertões da colônia, o deslocamento possibilitou que diferentes regiões fossem sendo exploradas, entre elas a serra da Mantiqueira, o sul de Minas, o vale do rio São Francisco, o sertão mineiro, entre tantas outras áreas de norte a sul do Brasil. E, em meio aos deslocamentos, diversas trilhas e caminhos foram-se consolidando. No século XVIII, por exemplo, o chamado “Caminho Velho dos Paulistas”, também conhecido como Estrada Geral, remontava aos tempos de criação e desenvolvimento da Vila de São Paulo, originada em meados do século XVI, no planalto de Piratininga (1554). No entanto, a ela se atribuiria a descoberta das primeiras minas de ouro na região de Cataguás. Esta rota tinha início em São Paulo para seguir em direção à Penha, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Guararema, até atingir Jacareí, no Vale do Paraíba; de lá, prosseguia para Taubaté, onde alcançava o “Caminho Velho de Parati” e o Embaú. Através de caminhos como este, ganharam formas diferentes vias de penetração

pelos sertões da colônia, e, em meio a eles, surgiram arraiais, freguesias e vilas, origem de muitas cidades, como Mogi-Mirim, que, tendo origem em

um povoado localizado à margem dos caminhos para o sertão, foi elevada à condição de vila em 21 de março de 1833.



*Modelo idealizado do bairro rural Capivari de Cima, atual Monte-Mor, no início de século XIX.*

Desenho: Nazário Eugênio Malaquias, 1998.

## CAMINHO VELHO

Aberto na segunda metade do século XVI por colonizadores portugueses, o chamado "Caminho Velho" ligou pela primeira vez o litoral do Rio de Janeiro ao interior da colônia, passando pela região do Vale do Paraíba. Valeram-se os colonizadores de uma antiga trilha de Guaianás, por onde avançavam para aprisionar índios e buscar

metais preciosos. O Caminho Velho chegou a compreender um percurso de 1,4 mil quilômetros, constituindo-se em importante eixo de circulação pela porção sul da colônia. De acordo com o relato de Antonil,<sup>2</sup> datado do século XVIII, a presença de roças por esta estrada comprovava uma ocupação mais recuada. Em suas palavras:



*Rancho de tropeiros.*

Desenho: Thomas Ender, 1817/18

Em menos de trinta dias, marchando de sol a sol, podem chegar os que partem da cidade do Rio de Janeiro às Minas Gerais; porém raras vezes sucede poderem seguir esta marcha, por ser o caminho mais áspero que o dos paulistas. E por relação de quem andou por ele em companhia do Governados Artur de Sá, é o seguinte. Partindo aos 23 de Agosto da cidade do Rio de Janeiro foram a Parati, de Parati a Taubaté, de Taubaté a Pindamonhangaba, de Pindamonhangaba a Guaratinguetá, de Guaratinguetá às roças de Garcia Rodrigues, destas roças ao Ribeirão. E do Ribeirão com oito dias mais de sol a sol chegaram ao Rio das Velhas aos 29 de Novembro: havendo parado no caminho oito dias em Parati, dezoito em Taubaté, dois em Guaratinguetá, dois nas roças de Garcia Rodrigues, e vinte e seis no Ribeirão. Que por todos são cinquenta e seis dias. E tirando estes de noventa e nove, que contam desde 23 de Agosto até 29 de Novembro, vieram a gastar neste caminho não mais que quarenta e três dias.

De qualquer maneira, foi no curso do século XVIII que ocorreu uma transformação importante nesta região da colônia, associada à penetração de um intenso fluxo de pessoas, animais e riquezas que, em lugar de se espalhar pela costa, interiorizaram-se pelo sertão. E foi através do Rio de Janeiro que esta nova rota de povoamento e circulação de riquezas ganhou forma, assumindo a porção sul da colônia um lugar e papel econômico e político até então desconhecidos. Era por ali que se dava o escoamento do ouro para a Europa, condição propícia para que, em 1763, aquela cidade se tornasse a sede do vice-reino do Brasil.

## O TIETÊ COMO PIONEIRO

Não poderíamos deixar de citar, nesta obra, o caminho considerado “o primeiro” a serviço dos movimentos de conquista das terras do interior de São Paulo. A despeito das dificuldades que oferecia para a navegação, com suas sinuosas corredeiras e quedas, por volta de 1720 esta via de acesso consolidava-se como um caminho de grande utilização para as expedições de governos e para aventureiros em busca de riquezas nos sertões.

O Caminho do Tietê foi instrumento máximo de penetração do Brasil sul ocidental. Sua condição estratégica teria influenciado o governo do Morgado de Mateus a conceder sesmarias às suas margens, estimulan-

do o povoamento com a fundação de núcleos populacionais. O caminho do Tietê se manteve até o século XIX como via de penetração, perdendo sua condição preferencial para os caminhos de terra, com menores trajetos e mais adequados ao transporte de cargas.



*O cotidiano de tropeiros*  
Desenho: Jean-Baptiste Debret.

## CAMINHO NOVO

Por iniciativa da Coroa portuguesa, no período de 1698 a 1709 seria construída uma nova rota para a região mineradora. Tratava-se de estabelecer um caminho mais seguro, rápido e submetido ao controle do poder metropolitano, preocupado em aumentar o rigor sobre o registro e a cobrança de impostos de mercadorias, serviços e riquezas. A obra foi encomendada, então, a Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias, nascendo desta empreitada o “Caminho Novo”, considerado por muitos estudiosos “a espinha dorsal de Minas”.

Para os viajantes e tropeiros, que na antiga estrada demoravam quase dois meses para chegar às minas, o encurtamento e melhoria da viagem eram substanciais – passava-se a fazer o trajeto em cerca de duas semanas, com melhores condições de tráfego e sem os atoleiros da região da serra do Mar. O percurso do Caminho Novo era o seguinte: os viajantes partiam de Borda do Campo, atravessavam a Mantiqueira na Garganta de João Aires, passavam por João Gomes, Juiz de

Fora, Matias Barbosa, Simão Pereira, Serraria, Entre-Rios, Barra do Pirai, e desciam a serra do Mar ao longo de Macacos, Inhaúma, Pavuna e Penha, até chegar ao Rio de Janeiro.

Com a conclusão das obras, o explorador Garcia Rodrigues Pais foi recompensado com quatro sesmarias ao longo do caminho, trajeto que, algumas décadas depois, já apresentava diversas roças, pousos, ranchos e povoados em desenvolvimento.

A crescente importância e o poderio do Rio de Janeiro, por sua vez, somados ao intenso tráfego centrado na região, trouxeram novas perspectivas de desenvolvimento à também capitania de São Paulo. Em algumas obras consultadas, entre elas a de Heloísa Liberalli Bellotto,<sup>3</sup> podemos observar que, se a capitania de São Paulo perdera importância frente às regiões mineira e carioca, em especial, devido ao decréscimo de sua população e à escassez de recursos para empreender novas penetrações pelo sertão, esta perda era de fato aparente. Para Ilana Blaj,<sup>4</sup> começavam a surgir,

entre São Paulo e outras capitâneas, novas relações mercantis, ganhando lugar uma forte economia interna que acabaria por inserir o território paulistano na dinâmica mais ampla da mineração, como região central de abastecimento.

De qualquer forma, no entender do então governador de São Paulo, esta capitania encontrava-se em profunda crise, desprovida de recursos para desenvolver as terras e empreender ações mercantis de envergadura, razão pela qual, afirmava, a Metrópole acaba-

ra por se desinteressar de seu crescimento. Segundo o Morgado de Mateus,<sup>5</sup> em carta enviada ao marquês do Lavradio em 1772: “Eu achei esta Capitania morta e ressuscitála hé mais difícil do que criála de novo. O criar está na responsabilidade de qualquer homem. O Ressucitar foi milagre reservado para Cristo. Para crear o Mundo bastou a Deos, hum fiat, para o restaurar depois de perdido, foi necessário humanar a sua Onipotência, gastar trinta annos, e dar a vida”.



Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo.



Os pioneiros.  
Óleo de Rafael Falco.

## O MAIS VELHO CAMINHO “BATATAES, DOS CAIAPÓS”

Reconhecer velhos caminhos,<sup>6</sup> por sua vez, implica refletir sobre estratégias e processos de ocupação territorial, entre eles os motivados pelo governo português – permanentemente dividido entre abrir mais e mais rotas para incentivar ocupações e aumentar o controle sobre as mesmas vias, temendo a evasão de riquezas por intermédio do contrabando e do descontrole das fronteiras. Persegui-mos, então, as primeiras referências de ocupação desta porção do territó-

rio, pesquisa que nos levou a identificar, em 1688, a concessão, feita pela Coroa, de uma sesmaria à Ordem dos Beneditinos, na “Paragem dos Batataes” – antes, portanto, da “Estrada dos Guayazes”.

O “Caminho dos Batataes” teria sido aberto em meados do século XVI, quando da chegada de colonizadores aos aldeamentos dos caiapós, em viagens de exploração aurífera pelo Rio Grande. Outras rotas, ainda, teriam existido em datas recuadas,

como os Caminhos para o Rio Grande. De qualquer maneira, foi no início do século XVIII que o caminho do ouro pelas terras dos Goias deu lugar a uma veia condutora de novos bairros rurais, questão que nos levou a considerar com atenção as palavras de Tambellini:<sup>7</sup> “[...] o caminho, seja vereda, trilha ou trilho, é um sinal de vida. Representa atividade, avanço, evolução e progresso. Daí porque as nossas vias de penetração, desde o início, chamariam a atenção governamental”.

Para este autor, o caminho que viria a se constituir na “Estrada Geral de Goyaz” nasceu, de fato, de duas vias mais antigas, o Caminho dos Bilreiros e o Caminho dos Batatais, encontrando-se a denominação “Bilreiros” ligada aos índios caiapós, etnia que habitava nossa região, dentre outras áreas. Quanto a “Batataes”, a denominação parece referir-se a uma povoação situada a norte e noroeste da cabeceira do ribeirão das Araras, na margem esquerda do ribeirão dos Batatais e à direita do rio Pardo.



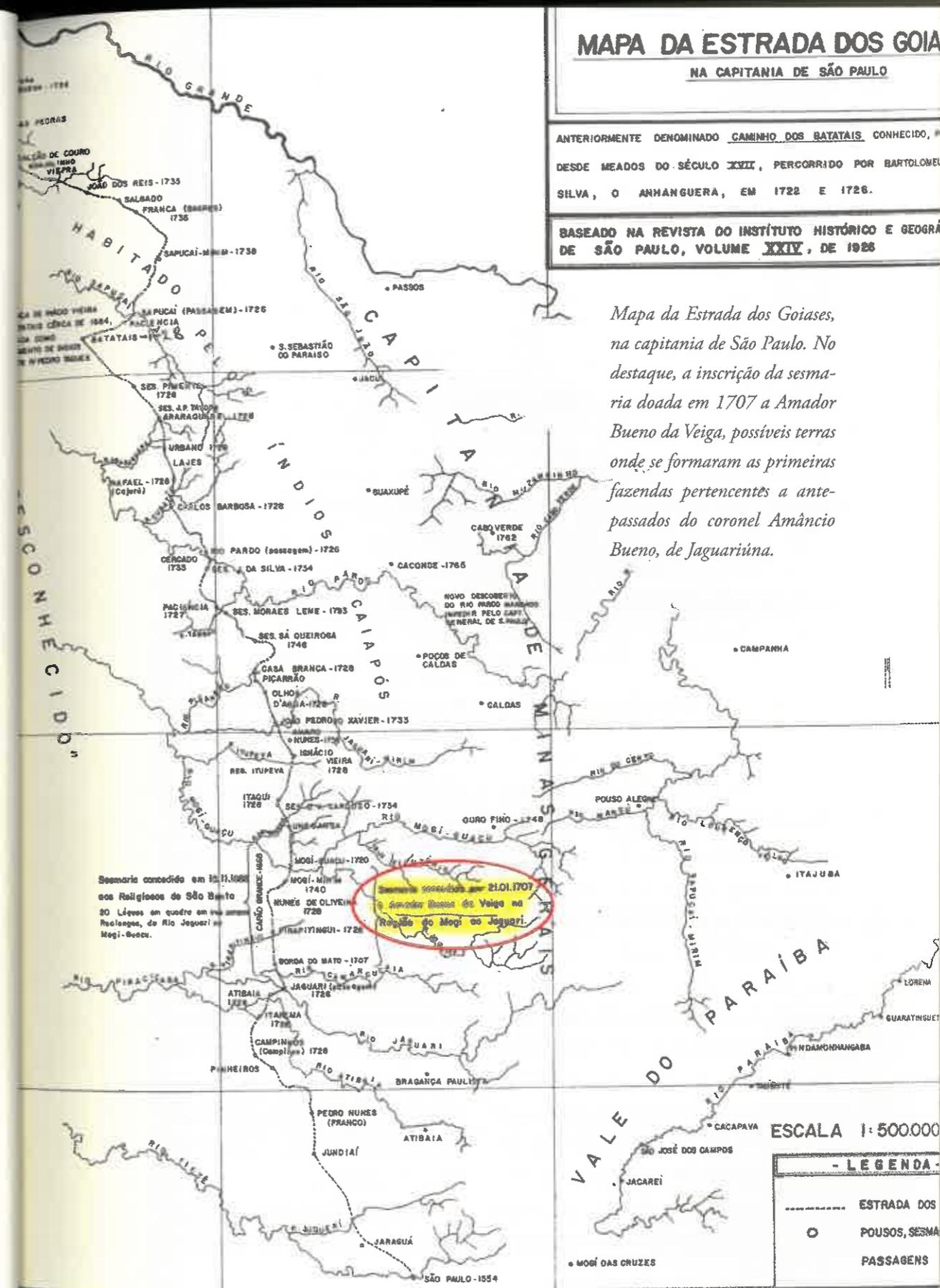
Vista da Vila de Itu. No século XIX, produção em larga escala de diversos gêneros na capitania de São Paulo; nos arredores da Vila de Itu, a produção açucareira.

Desenho: Jean - Baptiste Debret, 1827.

## MAPA DA ESTRADA DOS GOIAS NA CAPITANIA DE SÃO PAULO

ANTERIORMENTE DENOMINADO CAMINHO DOS BATATAIS, CONHECIDO, DESDE MEADOS DO SÉCULO XVII, PERCORRIDO POR BARTOLOMEU SILVA, O ANHANGUERA, EM 1722 E 1726.

BASEADO NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO, VOLUME XXIV, DE 1926



Mapa da Estrada dos Goias, na capitania de São Paulo. No destaque, a inscrição da sesmaria doada em 1707 a Amador Bueno da Veiga, possíveis terras onde se formaram as primeiras fazendas pertencentes a antepassados do coronel Amâncio Bueno, de Jaguariúna.

ESCALA 1:500.000

- LEGENDA -	
-----	ESTRADA DOS GOIAS
○	POUSOS, SESMARIAS E PASSAGENS



*O tropeirismo servindo à rede de abastecimento.*

Desenho: Aimé Adrien Taunay, 1825.

Por outro lado, parece-nos importante considerar que a dinâmica das estradas também se fez enredar pelos acontecimentos políticos, caso da criação, pelo príncipe regente, de uma freguesia na Estrada de Goias, a Freguesia de Batatais, em 25 de fevereiro de 1815. Em atendimento a uma representação dos moradores de “Certão dos Batataes”, o então povoado que se tornara distrito de “Mogy Mirim” no ano anterior, ganhava a condição de freguesia e, pouco tempo depois, de vila. Tal título surgia da necessidade de reforçar a

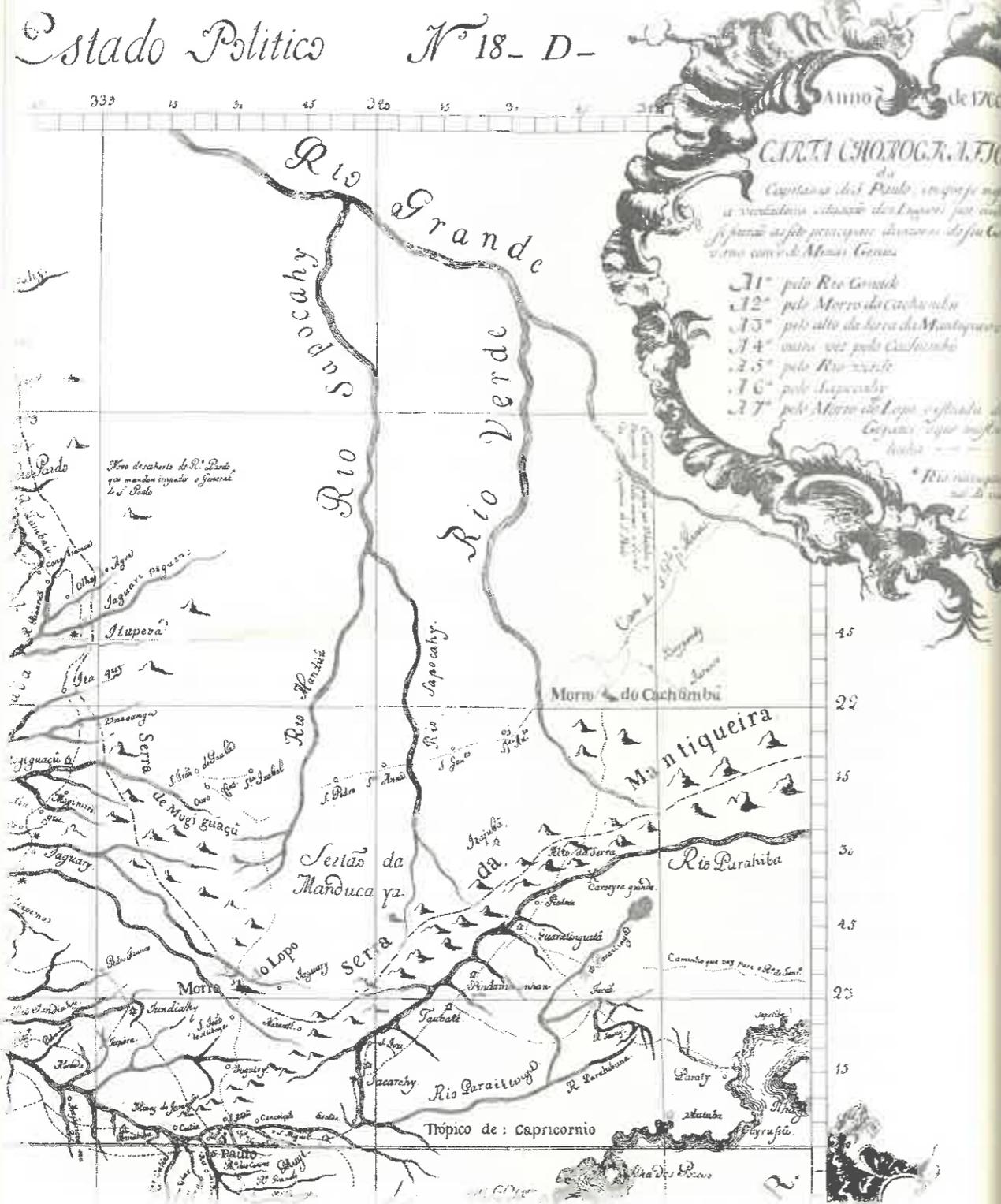
criação do “Termo da Vila Franca do Imperador”, também da comarca de Mogi-Mirim. Mas seria interessante nos perguntarmos: o que Batatais teria a ver com Jaguariúna? Na verdade, Batatais ligou-se a Mogi-Mirim, da mesma forma que o povoado de Jaguari, por intermédio do “Termo de Mogy Mirim”. A trajetória de Jaguari, por sua vez, seria muito diferente: ela não ostentaria jamais o título oficial de vila, mas se constituiria, tempos depois, em “patrimônio”,<sup>8</sup> denominado Vila Bueno. Complexidades da História.

## RUMO AO CENTRO-OESTE, NAS TERRAS DAQUI

Mas, em meio ao desinteresse metropolitano, as terras paulistas começavam a viver uma transformação importante no que se refere a dinâmica e lógica produtiva, tendo surgido, ao longo dos caminhos, novas formas de desenvolvimento. Antes de mais nada, o território paulista estava sendo atravessado por diferentes estradas que, em meio às cargas, tropas, passageiros e escravos, seguiam para o Nordeste (pelo Vale do Paraíba, em direção a Minas Gerais e ao rio São Francisco), Centro-Oeste (por Campinas e Mogi-Mirim, em direção a Goiás) e Sul (via Sorocaba e Itapetininga).

O caminho que passava por Mogi-Mirim seguia em direção às minas de Goiás via Atibaia e Bragança e constituía-se no roteiro escolhido por Fernão Dias, em uma de suas diversas investidas pelo sertão, para descobrir metais e pedras preciosas. Este caminho, a antiga “Estrada dos Goiases”, tinha início em São Paulo, passava por Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca,

tomando a direção do Triângulo Mineiro, rumo a Goiás. Além de Fernão Dias, outros bandeirantes abriram picadas, as quais ainda hoje marcam o território paulista. Segundo Lauro Monteiro de Carvalho e Silva,<sup>9</sup> os primeiros habitantes da região que hoje conhecemos por Jaguariúna, os índios caiapós, tiveram suas terras invadidas por grandes bandeiras a partir de 1611, destacando-se, dentre elas, as bandeiras de Pascoal Moreira Cabral (em 1719) e de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera (em 1721). Essas bandeiras tiveram um importante papel para a instalação de um pouso próximo a Mogi-Guaçu (entre Jundiá e o Rio Grande) e, em data posterior, em Mogi-Mirim, um ponto estratégico para as tropas de mueres que seguiam rumo aos sertões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. A passagem da Estrada dos Goiases, de qualquer forma, deu origem à fundação de Mogi-Mirim, povoado e depois vila, a que o atual município de Jaguariúna permaneceu vinculado por longo tempo



Carta Chorográfica da capitania de São Paulo, 1766.

(primeiramente, como bairro rural e, a partir de 1896, como distrito de paz de Jaguari).

Se os colonizadores agiam deliberadamente para o aprisionamento e submissão dos povos indígenas, devemos lembrar que o objetivo primeiro das bandeiras era apresar índios e fazê-los trabalhar em suas criações e lavouras, ou, ainda, vendê-los a outras regiões da colônia. Além de impor-lhes escravidão e submissão, os bandeirantes também se apropriavam de seus saberes; afinal, era por meio deles que se obtinham informações a respeito dos caminhos mais seguros, de remédios para as picadas de bichos da mata – enfim, conhecimentos que, ao cair em mãos dos invasores, passavam a ser usados contra a liberdade de seus detentores originais. De fato, não há como ignorar que o saber indígena contribuiu sobremaneira para o êxito dos exploradores europeus, constituindo-se em importante capítulo da formação de nossa região, sendo preciso averiguar, por meio de novos estudos, as heranças deixadas pelos índios caia-pós – também chamados “bilreiros” ou “caceteiros”, devido às “armas” de que mais se utilizavam para caçar ou se defender – para a história de Jaguariúna.

Um registro de como a supremacia do colonizador era materializada neste universo de contraposição de forças pode ser encontrado no inventário de Amador Bueno da Veiga, na referência a centenas de índios que constituíam seu espólio. O administrador, também conhecido como “Cabo Maior dos Emboabas”, seria morto nas primeiras décadas do século XVIII quando se encontrava, segundo Tancredo do Amaral, “fora desta Cidade andando em descobrimento de minas de ouro na sua fazenda de Mogy”.<sup>10</sup> Ainda segundo este autor, Amador Bueno da Veiga viria a falecer em 1719, em novembro, quando “andava em descoberta de ouro na sua fazenda Jaguary, do termo de Mogy Mirim”. Em nosso entender, o coronel deveria encontrar-se em exploração de terras localizadas no atual município de Casa Branca, também pertencentes ao Termo de Mogi-Mirim.

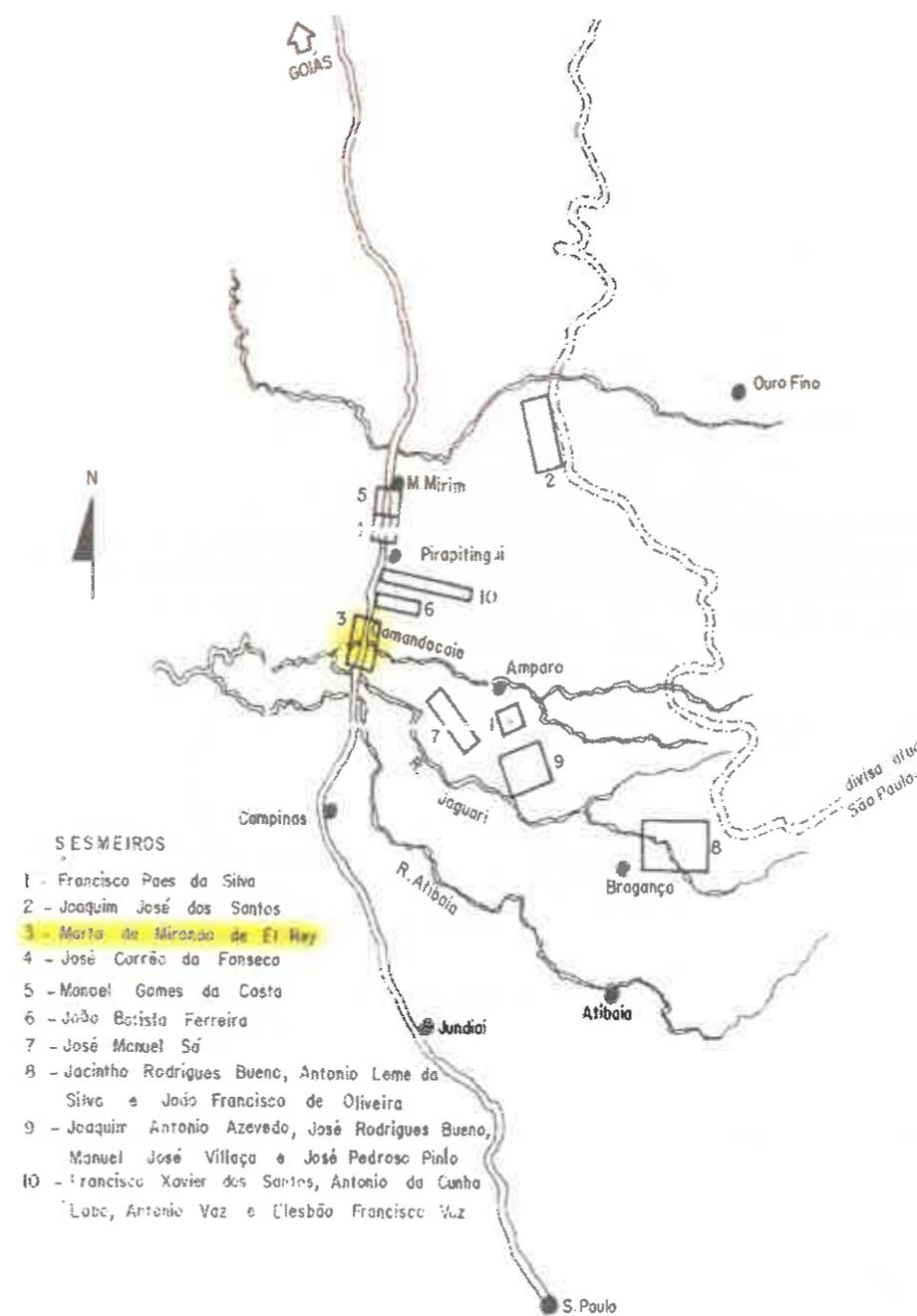
Entre os herdeiros deste personagem, encontrava-se a órfã Marta de Miranda del Rey (homônima de sua mãe), então com “14 para 15 anos”, na ocasião, representada pelo capitão João do Prado da Cunha. Em transcrição deste inventário,<sup>11</sup> pode-se ler:

Elogio em dito dia mês e anno atrás declarado nesta paragem chamada Maquiobuy termo da Cidade de São Paulo estando presente o Capitão João do Prado da Cunha o dito Juiz de Orphãos o Capitão João Dias da Sylva lhe deu o juramento dos Santos evangelhos que elle recebeu e por sua mão direita sobcarguo do qual lhe encarregou que bem e verdadeiramente olhace e procurase pela justisa da orpha Marta de Miranda Del Rey para o que o nomeava Curador assim nas avalleações como nas partilhas o que elle assim prometeo fazer debaixo do juramento que recebido tinha, e pello assim dizer e declarar fis este termo enque assignou com o dito Juiz, e Eu Franco Cardozo Sodré que o escrevy.

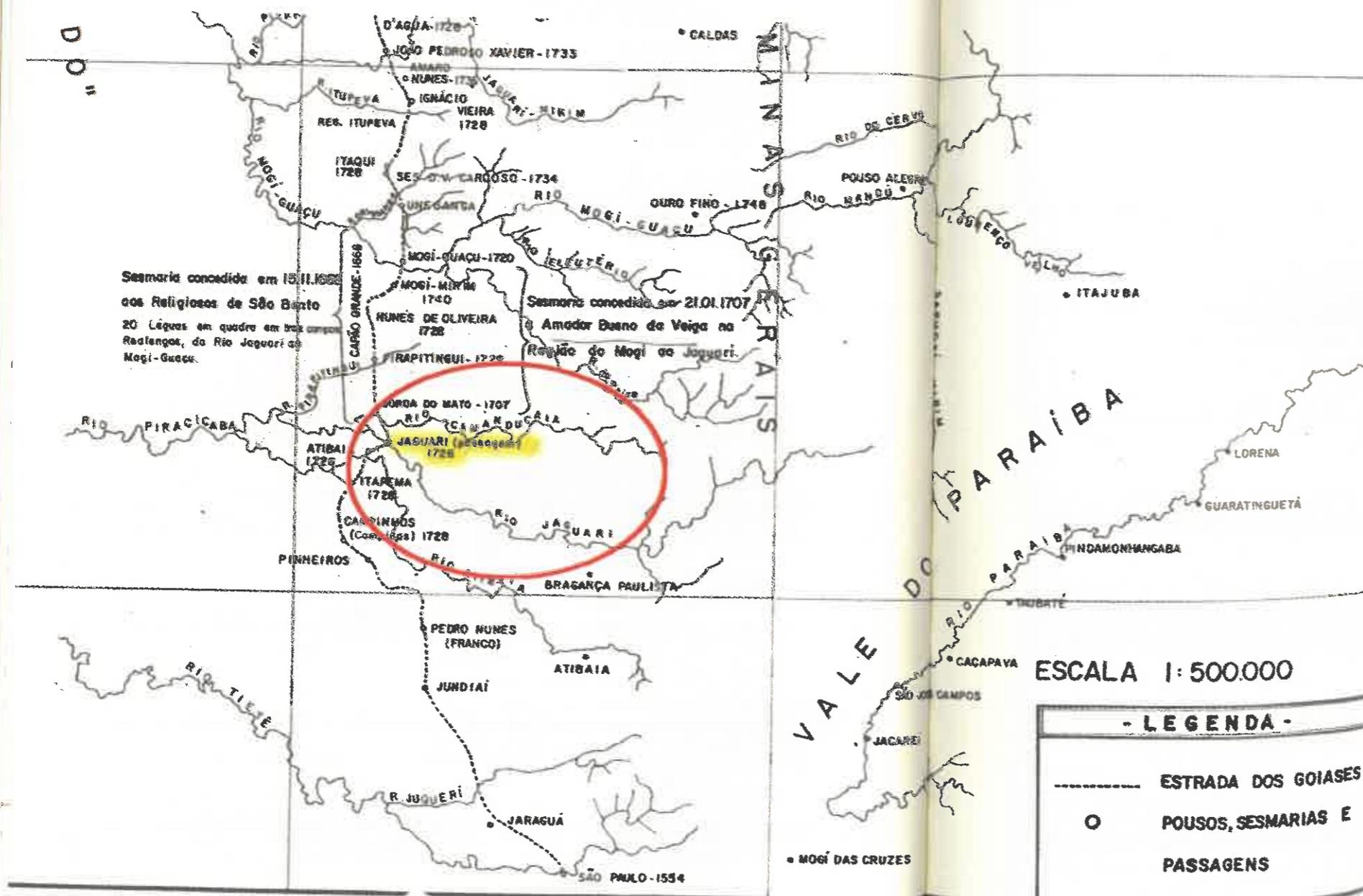
Nos termos deste documento datado de 1726, podemos então observar que Marta de Miranda del Rey receberia por herança parte de vastas terras, possivelmente, localizadas no município de Jaguariúna. Segundo Roberto Pastana Teixeira Lima, no início do século XVIII “muitas das sesmarias eram solicitadas quando o interessado já se encontrava instalado com culturas e criações, o que indica, portanto, que essas áreas estavam sendo habitadas há mais tempo”.<sup>12</sup> No entender deste historiador, as glebas da sesmaria de Marta de Miranda del

Rey podem ter-se constituído na sesmaria margeada pelo rio Camandocaia, próxima ao rio Jaguari e Atibaia – possível região, na qual atualmente se localiza a cidade de Jaguariúna.

Em seu conjunto, as terras de Amador Bueno da Veiga estendiam-se do rio Mogi ao rio Grande, área posteriormente ocupada por grandes fazendas, entre elas, as pertencentes aos familiares do coronel Amâncio Bueno – ao bisavô (Francisco Xavier Bueno da Silveira), ao avô (capitão Salvador Bueno da Silveira) e ao pai (capitão Cândido José Leite Bueno).



Reprodução de reconstituição da área de sesmarias na região de Jaguariúna de autoria do historiador Roberto Pastana Teixeira Lima.



Detalhe do mapa da Estrada dos Goiaes, na capitania de São Paulo.

## JAGUARI E SEU POSTO DE PEDÁGIO

Retornando aos antigos caminhos e à dinâmica contraditória da Metrópole – ora incentivar, ora controlar as vias de acesso às minas –, cabe-nos considerar que o governo luso concedia, àqueles que se aventurassem a abrir novas passagens por própria conta e risco, o chamado “direito de pedágio”, o privilégio de cobrar uma taxa sobre a passagem dos rios, dos viajantes, tropas e cargueiros em trânsito.

Neste momento, nossa pesquisa depara-se com um dos mais importantes aspectos da formação histórica da área de Jaguariúna e Mogi-Mirim, ou, ainda, de um território mais amplo e extensivo à Região Metropolitana de Campinas (RMC).

4) CERTIDÃO do provedor do Registro do ouro, proveniente das minas de Goiás, Antônio da Cunha de Abreu, atestando que, tendo sido mandado, pelo governador e capitão-general da capitania de São Paulo (Antônio Luís de Távora) conde de Sarzedas, a ir ocupar aquele posto encontrou aí, por escrivão, Bento José, e constou-lhe que ele estava a exercer o cargo, há três anos, sem emolumentos ou ordenado, tendo sempre servido com zelo e dedicação.

Jaguari (Jagoary) 1733 Abril 15.  
Segue-se um reconhecimento.  
Orig. cart., 305 x 215 mm., em m. est.

8) REQUERIMENTO do escrivão Bento José, pedindo que lhe seja mandada passar certidão na qual conste a importância do rendimento das entradas de cargas, escravos e gados que foram para as minas de Goiás, bem como do que recebeu e pagou na Provedoria (de Jaguari) em que ele foi escrivão.

(S.l. ant. a 1733 Maio 13).

Segue-se no mesmo documento.

CERTIDÃO do escrivão Manuel Vieira em que comprova o que foi pedido pelo requerente.

São Paulo, 1733 Maio 13.

Segue-se no mesmo documento:

CERTIDÃO do escrivão Manuel Vieira em que comprova o que foi pedido pelo requerente.

São Paulo, 1733 Maio 13.

Segue-se um reconhecimento.

Orig. cart., 310 x 215 mm., em m. est.

*Trechos de correspondências entre o provedor do Registro (pedágio) de ouro do Jaguari e o escrivão Bento José, em 1733. Publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Volume Especial IV, 1957.*

O fato é que, em 1745, a Coroa portuguesa autoriza – exatamente onde hoje se encontra Jaguariúna – a instalação, no rio Jaguari, de um Registro Fiscal<sup>13</sup>, “um pedágio” para cobrança sobre a passagem dos rios. De fato, 14 anos antes (em 1731), este Registro já fora estabelecido em Mogi-Mirim, tendo recebido um regimento em 16 de janeiro de 1733, mas apenas em 1745 começaria efetivamente a funcionar.

Por fim, à semelhança das discussões acerca da ocupação da terra – tema que nos remete, no passado, às grandes dimensões fundiárias –, o estudo de personagens históricos também nos coloca frente a frente com outras temporalidades, relações sociais e formas de sobrevivência. Poderíamos nos indagar: Teria sido o caráter autoritário e rude dos antigos paulistas forjado em decorrência desta dura realidade instaurada pela trajetória de ocupação?

<sup>1</sup> André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, vol. 70, 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, pp. 181-83, Nova Série Reconquista do Brasil.

<sup>2</sup> Idem, op. cit., pp. 217-18.

<sup>3</sup> Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

<sup>4</sup> Ilana Blaj, *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; FAPESP, 2002.

<sup>5</sup> Morgado de Mateus, apud idem, op. cit., p. 11.

<sup>6</sup> Diversos historiadores defendem que os antigos caminhos são remanescentes de velhas trilhas indígenas; por outro lado, há registros que nos levam a deduzir que o bandeirismo, associado ao ir-e-vir das populações, também recriava e multiplicava trilhas.

<sup>7</sup> J. Machado Tambellini, *A Freguesia dos Batatais*. São Paulo: Carthago Editorial, 2000, p. 68.

<sup>8</sup> A figura do “patrimônio” é explicada por Celso Maria de Mello Pupo em *Campinas, Município no Império*. São Paulo (Imprensa Oficial do Estado, 1983), referenciando José Carlos de Ataliba Nogueira. “Teoria do Município”, *Revista do Direito Público*, VI 7 a 12, como uma situação em que alguém, evidentemente um grande fazendeiro, doava um terreno, passando a gleba de terra, onde se erguia a capela, bem como os terrenos subjacentes, para uma pessoa jurídica. A expressão “capela”, segundo o autor, originalmente não significa templo, mas “certo instituto jurídico-canônico”.

<sup>9</sup> Lauro Monteiro de Carvalho e Silva, *Mogi-Mirim: subsídios para sua história*. São Paulo: Casa Cardona, 1960.

<sup>10</sup> Tancredo do Amaral, *A história de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Alves, 1995.

<sup>11</sup> As sesmarias entregues a Marta de Miranda del Rey foram registradas por lotes de doações feitas pela Coroa em 1726, localizando-se uma delas próxima ao rio Mogy (23/6/1726, sesmarias L° 2, fls. 78) e a outra em área do ribeirão Pirapituingui (24/6/1726, sesmarias L° 2°, fls. 79).

<sup>12</sup> Roberto Pastana Teixeira Lima, *A cidade racional: Amparo: um projeto urbanístico do “Oitocentos”*. Campinas (SP): Unicamp, 1998, p. 71.

<sup>13</sup> RIHGB/AHU/SP, 4:146 - Documentos Interessantes, 22:22 e 51.



# Rocado

## O ouro e a Estrada dos Goiases

O cruzamento e a interpretação de diversos dados sociopolíticos levam-nos a crer que o início do processo de fixação populacional na região de Jaguariúna está vinculado a um contexto histórico específico, fortalecido pela expansão paulista ao sertão goiano desde o século XVII, com as terras de São Paulo ganhando força e lugar de destaque no ciclo de povoamento do Brasil colônia, nas últimas décadas do século XVII e ao longo de todo o século XVIII.

Pousos tropeiristas, arraiais, grandes fazendas e os primeiros engenhos, provavelmente, lançariam as bases de ocupação da área – configurações que nos permitem bases históricas para o recuo de seus marcos de origem para o final do século XVII, momento em que uma população dispersa começava a se instalar nas proximidades da Estrada dos Goiases, até ganhar contornos de povoado rural. De qualquer forma, o povoado não chegaria a se constituir oficialmente como vila, deixando em 5 de agosto de 1896 a condição de bairro rural para se tornar distrito de paz do Termo de Mogi-Mirim.



Muitos pousos que se instalaram ao longo das estradas pelo sertão devem origem a bairros ou cidades. Pousos do Juqueri.

Quadro de Henrique Távola, baseado em desenho de Hércules Florence.

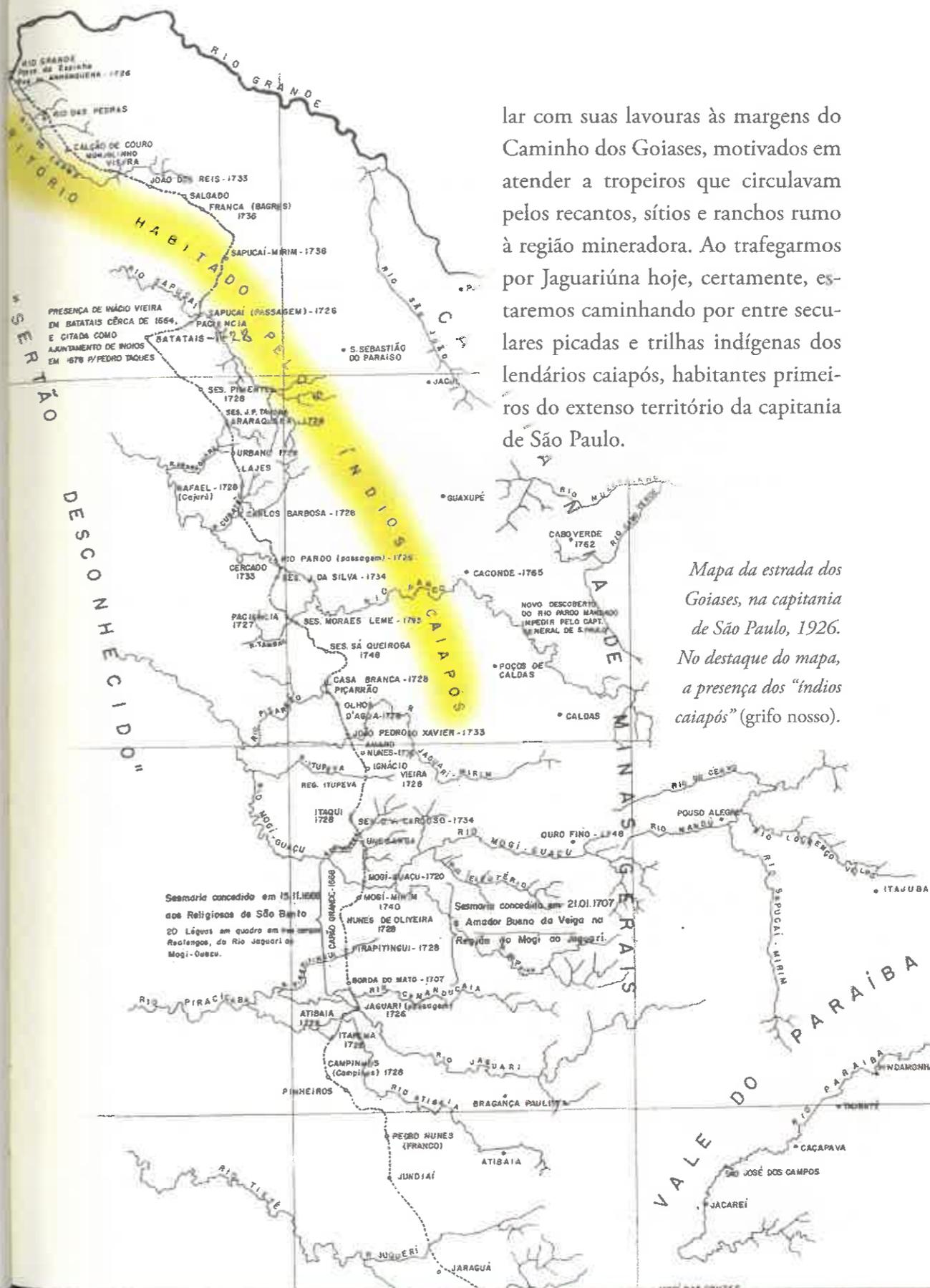
Na atualidade, o próprio traçado da Rodovia Adhemar Pereira de Barros (SP-340), que liga Campinas a Mococa, em direção ao sul de Minas Gerais, sugere-nos uma conexão estreita entre a formação desta região e o fenômeno mais amplo de povoamento do Brasil colonial, de forma que investigar seu processo de ocupação permite-nos promover encontros de fragmentos históricos de primeira grandeza como o interesse pelas minas e o desenvolvimento da pecuária, entre outros processos. Conforme cita

Myrian Ellis,<sup>1</sup> “desvendando o ouro de Minas Gerais, de Mato Grosso e de Goiás, terminará a fase das entradas pesquisadoras de minerais preciosos, substituídas pelo povoamento propriamente dito daquelas regiões, ao redor de lavras, arraiais e vilas, atraído pelos interesses proporcionados pela mineração que descortinará uma nova época na História do Brasil”.

De fato, é na seqüência das bandeiras – processo vigente entre o século XVI e o início do século XVIII – que roceiros começaram a se insta-

lar com suas lavouras às margens do Caminho dos Goiaeses, motivados em atender a tropeiros que circulavam pelos recantos, sítios e ranchos rumo à região mineradora. Ao trafegarmos por Jaguariúna hoje, certamente, estaremos caminhando por entre seculares picadas e trilhas indígenas dos lendários caiapós, habitantes primeiros do extenso território da capitania de São Paulo.

Mapa da estrada dos Goiaeses, na capitania de São Paulo, 1926. No destaque do mapa, a presença dos “índios caiapós” (grifo nosso).



O estudo de registros de batismos da Matriz de São José de Mogi-Mirim permite-nos compreender melhor alguns aspectos desta ocupação. No Livro de Batizados nº 4, o padre Antonio do Prado de Syqueira anota: “Aos 18/4/1795 annos, nesta Matriz de San Joze de

Mogi Mirim, baptizei e pus os santos óleos a Vicente, inocente, filho legítimo de Joaquim Dias Bueno, e Maria Leyte: Forão Padrinhos Jozé Leytão de Andrade, cazado, e Ana Buena, todos meus freguezes e, moradores na Vila [...], de que fiz este assento [...]”.<sup>2</sup>



Representação de tropeiros pobres em São Paulo.  
Desenho: Thomas Ender.



Representação de um paulista.  
Desenho: Barão de Lowenstern, 1827-1828.

O registro de nascimento do pequeno Vicente permite-nos ainda averiguar que, somente no ano de 1795, cem novos nascimentos ocorreram, na Vila de Mogi-Mirim, subindo o número de batismos para 172, no ano seguinte (1796) – dado sugestivo da ocorrência de um aumento espontâneo da população, ou da chegada de novos moradores adultos à região.

Outras informações interessantes, de origem paroquial, fornecem-nos pistas da presença de diversas

localidades de residência entre o final do século XVII e o início do século XVIII na região, dentre as quais: o Bairro da Ressaca (citado em diversos documentos e referente à atual cidade de Santo Antônio de Posse da Ressaca, vizinha de Jaguariúna); o Bairro Macucos; o Bairro das Caiveiras; de Pirapitingui; do Cercado; ou até mesmo a região genericamente nomeada “Rio Jaguary”, conforme descrito no Registro de Batismo. Neste documento, pode-se ler:

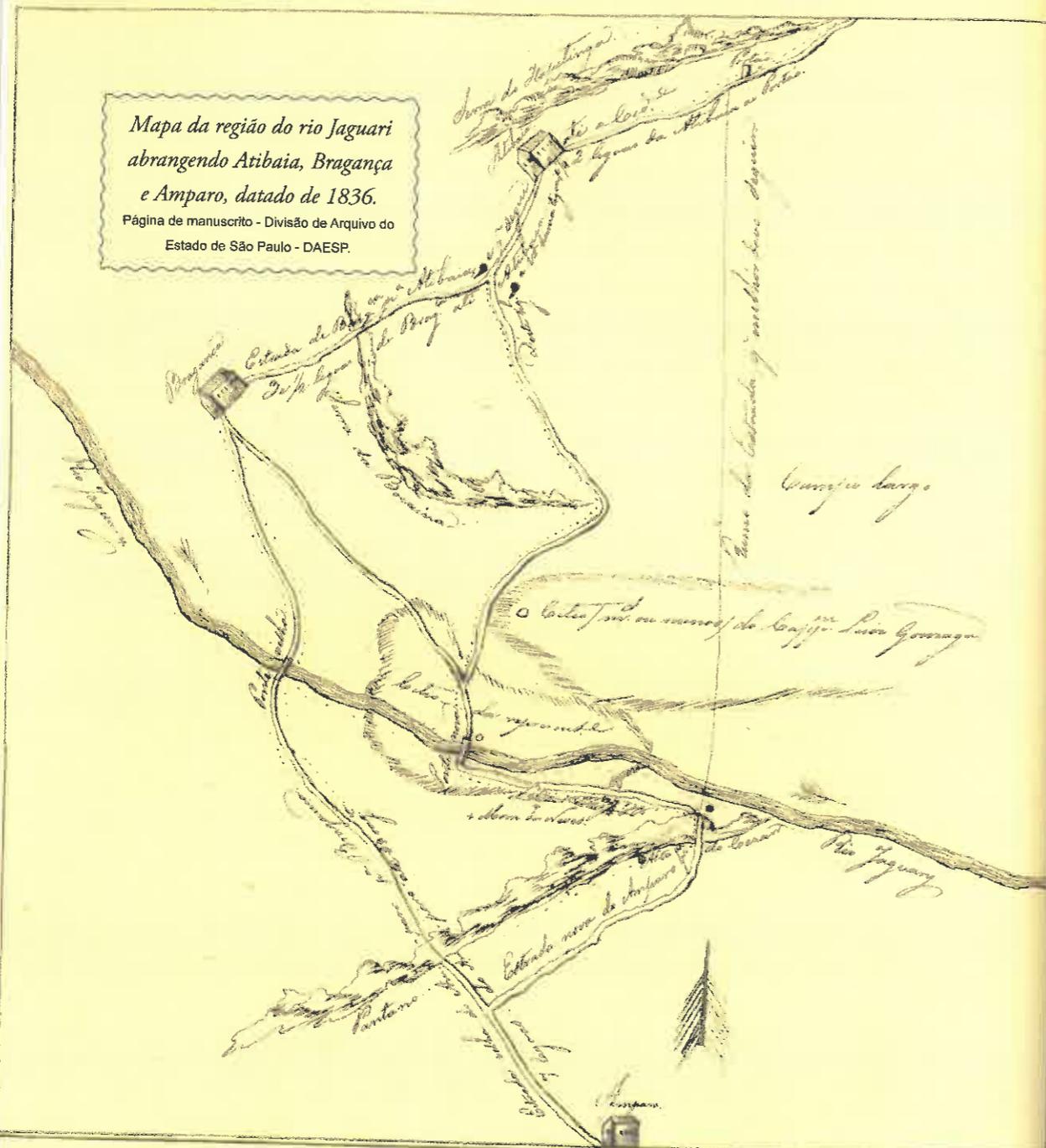
[...] os 7/1/1798 annos, nesta Matriz de Sam Jozé de Mogi Mirim baptizei e pus os santos óleos ao innocente Joze, filho de pais incógnitos, exposto na caza de Antonio da Sylva, morador no Rio fr Jaguary e desta freguezia: Foram Padrinhos João Rodrigues de Andrade, cazado, e Marianna Martins da Rocha, cazada com Ângelo Pais, moradores elle nesta villa e ella no Rio de Jaguary, e todos desta freguezia [...], assinou o vigário João Safino da Affonceca.<sup>3</sup>

De fato, ao ler estes registros, percebemos que, apesar de os moradores encontrarem-se dispersos, eles integram – como fiéis – uma mesma freguesia. Aliás, por influência da

grande extensão do rio Jaguari, tornarse-ia muito comum, no século XVIII, a denominação “Jaguari” a vários povoados – e até mesmo a algumas vilas, como Bragança Paulista.

Mapa da região do rio Jaguari  
abrangendo Atibaia, Bragança  
e Amparo, datado de 1836.

Página de manuscrito - Divisão de Arquivo do  
Estado de São Paulo - DAESP.



Mapa segundo o cálculo aproximado, tendo de arte de lerar/ signal, e d'onde se  
avista a serra de Itapetininga, que se fica fronteira, a ponta da serra da Bocaina, que  
se fronteira a serra de Bragança, e das terras do sítio dos representantes, e sobre do  
Cruzeiro signal +), e todos os terrenos efreniados, que vão no mapa, e serviram de  
origem no cálculo, que dá o pois. resultado.

Ricas memórias e fatos históricos mexem com nossos sentidos e sensibilidade, ao mesmo tempo em que nos conduzem por territórios coloniais e por uma lógica muito diferente da comungada no século XXI. Por isso, investigar o fenômeno da ocupação no Brasil é mergulhar numa viagem que, por vezes, provoca-nos perplexidade frente a homens dotados de diferentes graus de aculturamento;

personagens e territórios imersos em um tempo e em uma política que tem no mar a invasão e na dominação seu código regulamentar.

Antes de prosseguirmos com dados sobre o povoamento do território que hoje reconhecemos como sendo Jaguariúna, apresentaremos uma breve reflexão sobre como entender a ocupação territorial do Brasil.

## POVOAMENTO E DESPOVOAMENTO

Ao visitarmos a bibliografia sobre a ocupação do Brasil,<sup>4</sup> pode-se notar que, em cada região, o processo de povoamento das terras assumiu uma história específica. No Nordeste, a história foi uma; no Sul e Sudeste, as coisas tomaram rumos diferentes. A forma como se conquistou e povoou o território por meio de entradas, bandeiras, rotas de comércio voltadas a aprisionar índios (para a exploração da lavoura), descobrir e explorar minas de metais e pedras preciosas, ocupar novas terras por meio

da agricultura e pecuária, permite-nos obter uma percepção mais precisa da formação do Brasil. Neste sentido, é necessário quebrar a fastidiosa repetição de que as “bandeiras” e “entradas” foram as únicas formas de penetração territorial no Brasil colonial. Há que se levar em conta o fato de, além das expedições, outros instrumentos de interiorização terem sido empregados pelos colonizadores portugueses, dentre eles a pecuária e a atuação religiosa dos jesuítas.

Por outro lado, fica claro que

a metrópole portuguesa também foi responsável pela maneira como o Brasil foi sendo conquistado, podendo-se observar que, pouco a pouco, surgiu uma estratégia mais precisa de ocupação deste grande território. Nas primeiras décadas do século XVI, em função do comércio com o Oriente, a ocupação da terra foi secundarizada; no entanto, a partir da crise deste comércio, o rei dom João III ensaiaria uma nova política para a colônia americana, promulgando medidas capazes de fixar os colonos à terra, criar povoados e fortificar a costa, impondo-se, de fato, nas novas terras, a dominação portuguesa.

A preocupação em firmar posição nas terras descobertas, por sua vez, pode ser observada na definição de estratégias militares e nas orientações urbanísticas que se revelam contrárias à dispersão demográfica, determinando-se que as populações deveriam permanecer próximas, aglutinadas, inclusive para facilitar o recrutamento militar. Estas questões encontram-se explícitas nas ordens de dom Luís Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo entre 1765 e 1775. Em carta régia de 22 de julho

de 1766, o governador chega a definir limites para o deslocamento da população paulista, ou ainda, das capitanias de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Pernambuco. Segundo esta carta régia, “[...] Aos vadios e facinorosos que vivem como feras, separados da sociedade civil e do commercio Humano”, era ordenado que abandonassem os sítios “volantes” e escolhessem “lugares accomodados para viverem juntos em Povoações Civis que pelo menos tenham de cinquenta fogos para cima [...]”.<sup>5</sup>

Eis a “receita” da Coroa para a colônia: os povoados deveriam ter pelo menos 50 casas; os fazendeiros, denominados “rosseiros” (povoadores com suas “fábricas de lavoura” e escravos) ficariam isentos de algumas restrições, assim como os “rancheiros” (tropeiros), que, “pelas Estradas publicas se achão estabelecidos com os seus Ranchos para a Hospitalidade e Comodidade dos Viandantes em benefício do commercio, e da comunização das gentes”<sup>6</sup> –, ou ainda, os bandeirantes, “bandeiros” ou “tropas”, que “em corpo e sociedade util, e Louvavel vão aos certões congregados em boa união, para nelles fazerem novos descobrimentos”<sup>7</sup>. Es-

tes também resguardariam, *a priori*, algumas liberdades.

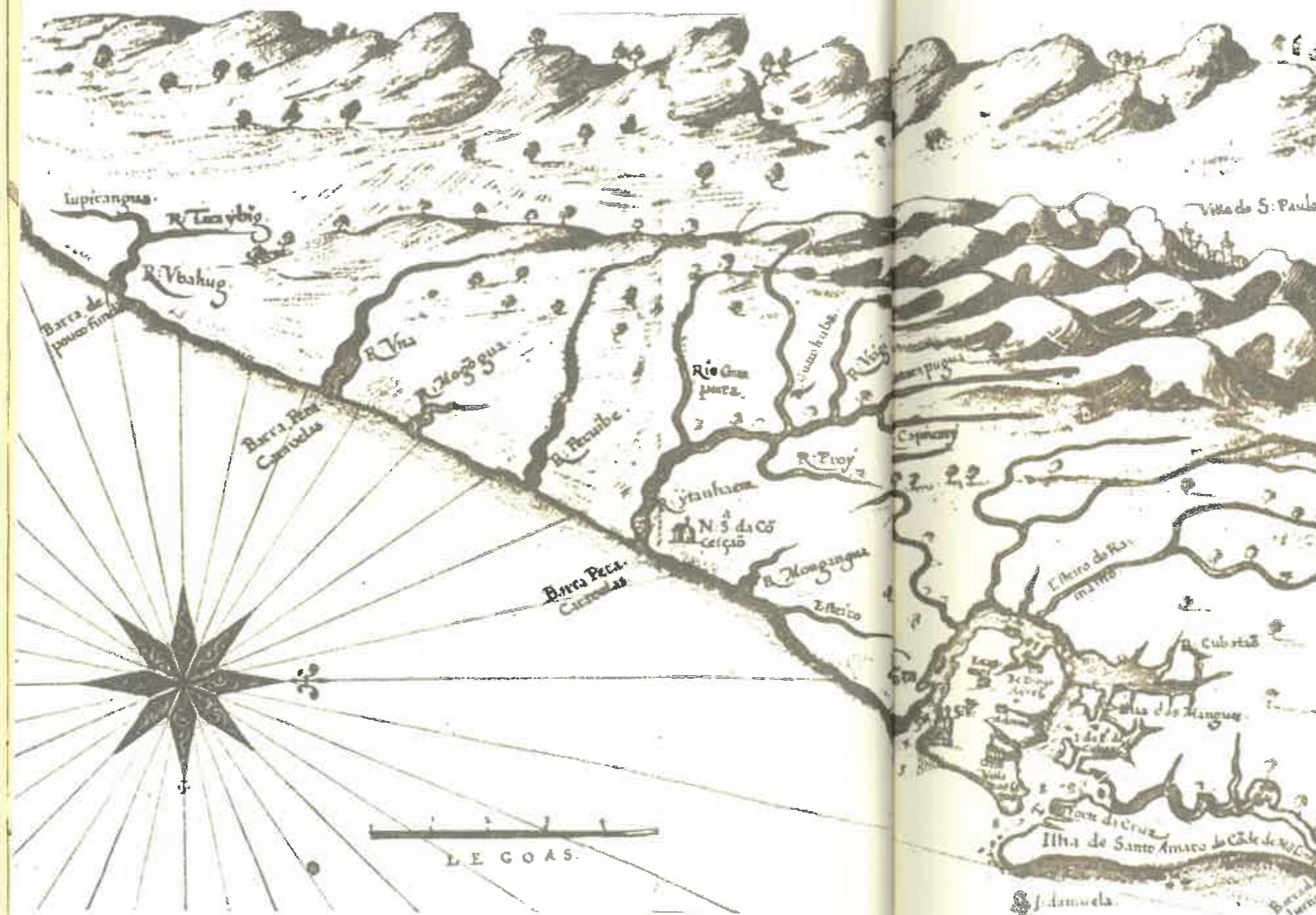
Os interesses que justificam estas políticas acham-se ligados ao controle do ouro e do território, mas a Coroa portuguesa chega a declinar a fazendeiros, tropeiros e aos bandeirantes explícita autoridade para agirem com autonomia na questão da dispersão territorial, redefinindo-se as normas reais de povoamento. De fato, é preciso pensar no povoamento do Brasil como um processo indissociável do “despovoamento” e, neste sentido, observar com maior atenção os esforços da Coroa portuguesa para assegurar suas posses. Ressalte-se, ainda, que assegurar o direito de propriedade não seria o mesmo que empreender uma ocupação. De qualquer forma, a partir do retalhamento do território em 12 capitanias, o mapa começava a ser mais bem definido ou defendido, ainda que muitas medidas adotadas não chegassem a ter algum êxito, uma vez que “não há couza tão util e necessária como as Povoações, principalmente nesta Capitania que há muito falta: não há couza, ao mesmo tempo, tão difficil [...]”.<sup>8</sup>

O trecho deste discurso, pronunciado em 1768 pelo Morgado

de Mateus, confirma a problemática enfrentada pela Coroa portuguesa para assegurar a posse das terras descobertas havia 268 anos. E, ao julgar a fixação da população como medida indispensável para o desenvolvimento social e econômico da capitania, somada ao compromisso de restaurá-la, dom Luís Antonio de Souza Botelho Mourão empreenderia, com ênfase, várias ações em prol da ampliação do povoamento das terras paulistas. Após governar esta capitania por dois anos, Morgado de Mateus passaria a cobrar da Coroa, com maior empenho, uma estratégia mais global e estatal de ocupação, afirmando em tom de crítica que, até então, o surgimento das vilas paulistas devia-se exclusivamente à iniciativa dos donatários.



Tropa de negociante a caminho do Tijuco.  
Gravura: M. Rugendas.



Litoral e parte da capitania de São Vicente.

Fonte: João Teixeira Albernás, 1631.

Neste aspecto, ao recuperarmos a situação vivida por Martim Afonso de Souza em 1532 – ocasião em que funda a Vila de São Vicente, uma das mais antigas do Brasil –, ou pelos jesuítas, fundadores do Colégio e da Vila de São Paulo, no planalto do Piratininga, deparamo-nos com uma trajetória de povoamento que, entre acertos e erros, avançaria pelo sertão, sem contar com uma maior sistematização, ou ainda, com a presença efetiva da Metrópole lusitana. Em muitos recantos da capitania de São Paulo, o poder de El-Rey não se fazia presente, encontrando-se histórias e relatos inimagináveis entre os desbravadores. Histórias de um novo mundo com monstros horrendos, vultos escondidos nas densas matas, lagartões de duas caudas e imensas baleias nas águas do oceano... uma terra que emitiria luz, cor, cheiro de ouro, mistérios. A terra dos paulistas, neste caso, surgia como um espaço de gente audaciosa a penetrar pelo sertão em busca de ouro e esmeraldas, sem a convicção de que também se começava a construir um novo país.

A partir desta configuração, é com o tempo que uma produção em escala estabeleceria um novo ritmo para

a capitania, intensificando-se a rotina de ganhar os sertões para aprisionar índios para os roçados, ou, ainda, de buscar tesouros auríferos, atividade que ameaça mais uma vez a integridade dos primeiros e verdadeiros donos das terras tidas como descobertas: os índios. Neste sentido, é no rastro do “desenvolvimento” bandeirista que muitos grupos e aldeamentos indí-

genas foram massacrados ou submetidos à escravidão. Há informações de que a Coroa portuguesa chegou a “contratar” bandeiras com a finalidade exclusiva de exterminar grupos indígenas não subservientes à invasão do branco – atuação que traduz um ato de invasão em seu estágio mais selvagem, o de matar para se apossar.

## O NASCER DE VILAS E CIDADES

Da beira de seus três rios – o Jaguari, o Atibaia e o Camanducaia –, podem-se reviver aspectos de um tempo colonial muito recuado. Encontramos, nos registros escritos no início do século XIX pelo famoso viajante francês Saint-Hilaire,<sup>9</sup> um dos mais valiosos relatos sobre a capitania de São Paulo, ou, ainda, sobre o que hoje é a região de Campinas e Amparo. Nele, o viajante identifica semelhanças com a “fronteira ocidental de Minas Gerais”. Ao percorrer as vilas de Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca,

por um traçado ainda hoje preservado (em grande parte) pela Rodovia SP-340, Saint-Hilaire identifica sinais da economia aurífera que, a partir da região das minas, passa a imprimir um novo ritmo de povoamento à região. De maneira semelhante a Campinas, cuja origem está vinculada às paradas de tropeiros, Jaguariúna também guarda registros deste processo, ainda que desconhecidos do grande público.

Nas terras em que hoje se encontram instaladas grandes empresas, interessadas em prosperar com base em uma excepcional posição geográ-



*Acampamento nas planícies do Guarabi.*

Desenho de Noël Aimeé Pissis, 1841.

fica, confrontamo-nos com registros de personagens – homens e mulheres, tropeiros, cargueiros, sitiantes, escravos, artífices, mascates – que, em diferentes tempos, palmilharam o Caminho dos Goíases em busca de comerciar.

Na Jaguariúna de hoje, sobrevivem referências e expressões – em especial na linguagem cotidiana – que datam de pelo menos 200 anos atrás. Estamos falando do Bairro Tanquinho... Ali, um simples depósito natural de águas, e lá podemos entender quase dois séculos de história.

Até hoje, no Bairro Tanqui-

nho, moradores mais velhos não relutam em afirmar que este local deve seu nome à existência de um laguinho raso – lá, “onde existiu um tanquinho” –, no qual antigos tropeiros, viajantes e cargueiros costumavam parar para descansar, alimentar seus animais e se reanimar para prosseguir estrada. Na atualidade, o local mantém o nome oficial de Bairro Tanquinho. Era ali no tanquinho que viajantes provenientes de muito longe, levando mantimentos para abastecer a região das minas de “Goyaz”, costumavam parar, com suas tropas exaustas e sedentas, aproveitando para comerciar, socializar-se

e iniciar relações de amizade, ou, ainda, novas paixões. Com o passar do tempo, foram-se instalando pequenos armazéns, vendinhas e ranchos, estrutura importante para dar sustentação ao ir-e-vir dos cargueiros.

Nas vendinhas, consumia-se o tabaco, a aguardente e gêneros alimentícios da roça, produtos que, guardadas as particularidades de época, ofereciam aos viajantes os mesmos serviços que hoje procuramos no comércio de beira de estrada, quando paramos para tomar água, comprar biscoitinhos; enfim... as vendinhas eram úteis para os tropeiros, tanto quanto para as pessoas que resolviam fixar-se naquelas paragens, tendo como principal meio de sobrevivência as atividades do comércio.

E, assim, tudo começava... e, assim, sem perceber, começava-se a "plantar" povoados e a "semear" vilas e cidades, processo, no entanto, muito lento, já que, até 1769, portanto 76 anos após a informação oficial da descoberta do ouro por Antônio Rodrigues Arzão, em 1693, e por Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1694, o oeste paulista só possuía duas vilas: Jundiá e Itu. Foi somente a partir daí, ou ainda, entre 1769 e 1836,

que Campinas, Piracicaba, Mogi-Mirim, Porto Feliz, Araraquara, Capivari e Franca elevaram-se à mesma condição, fortalecendo-se a política de urbanização com vistas ao povoamento.

No curso do século XVIII, a realização de um recenseamento no governo do Morgado de Mateus já indicaria a presença de 14.326 habitantes na região compreendida entre Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Parnaíba, Araraguaba, Jundiá e Araçariaguama (1766). Este dado atesta a proeminência de adensamento populacional promovido pela instalação de pousos tropeiristas e por núcleos povoadores decorrentes dos primeiros engenhos. Neste período, o que hoje reconhecemos por Jaguariúna começava a se definir como território habitado, sendo possível, portanto, na atualidade, recuar seus marcos de ocupação para 300 anos.

Enfim, longe de fazermos qualquer apologia à natureza invasora e violenta das bandeiras, as circunstâncias e fatos históricos são claros quanto ao papel que os homens bandeiristas desempenharam na questão rudimentar da ocupação, qual seja, garantir e alargar as fronteiras do Brasil colônia.

<sup>1</sup> Myrian Ellis, "Paulistas nos sertões do ouro Fernão Dias Paes", *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, vol. LXIX, 1971, p. 141.

<sup>2</sup> José Eduardo Pimentel de Godoy (org.), *Livro de Batizados nº 4 da Matriz de São José de Mogi Mirim – De abril de 1795 a maio de 1805*, 2001 (não publicado). Antonio do Prado de Syqueira, apud idem, op. cit.

<sup>3</sup> Idem, op. cit., p. 48 (verso).

<sup>4</sup> Entre as diversas obras citamos: Arno Wehling, Maria José C. M. Wehling, *Formação do Brasil colonial*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Carlos de Almeida Prado Bacellar e Lucila Reis Brioschi (orgs.), *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 1999; José Carlos Barreiro, *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

<sup>5</sup> Apud Heloísa Liberalli Bellotto, *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p.175.

<sup>6</sup> Ibidem.

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Idem, op. cit., p.171.



# Fazenda

O mundo das grandes propriedades rurais sustentadas pelo trabalho escravo

Na maioria dos bairros rurais instalados nas proximidades do caminho para o Mato Grosso, a lentidão da vida era ritmada pelo trabalho de plantio e extração do caldo doce da cana-de-açúcar. Antes da cana-de-açúcar, era nas roças de milho, de arroz, de feijão e algodão que se deitavam todas as energias de homens livres e escravos, com seus sonhos de fortuna e liberdade. No universo das fazendas paulistas setecentistas, o sustentáculo, a força motriz daquelas estruturas era o trabalho escravo. Primeiramente, deu-se a exploração intensiva da mão-de-obra escrava indígena, utilizada para a produção de gêneros alimentícios; depois, o comércio de escravos africanos consolidou um modelo de estruturação produtiva. A autoridade dos senhores sobre a mão-de-obra escrava era também a mesma que impunha a sujeição às mulheres, brancas e negras... Além da roça, da casa, dos maridos, da lida, da escravidão, as mulheres arcavam com a missão de ter muitos filhos, a fim de garantir a posse e o povoamento das terras.

## OS ENGENHOS DE AÇÚCAR

O universo dos engenhos e das grandes fazendas marcou, notadamente, o modo de vida brasileiro no Nordeste, desde o século XVI, e, no Sudeste, a partir da segunda metade do século XVIII. Foi com o florescimento do açúcar, associado ao abastecimento interno e externo da colônia, que a lavoura da cana começou a atuar como fator impulsionador da economia exportadora na região Sudeste, verificando-se, na virada do século XVIII para o século XIX, um intenso crescimento produtivo.

Nas grandes propriedades de terra, organizadas pela exploração do trabalho escravo, o Brasil cunhou sua condição de país agrário voltado para o mercado externo. Conforme Mello Pupo,<sup>1</sup> com o surgimento dos engenhos, entre 1790 e 1795, nascia também um determinado tipo de poder, estruturado por sua autonomia de produção, que lhe conferia vida própria e capacidade para auto-abastecer-se. No cotidiano destas grandes propriedades rurais, uma intensa rede de trabalho – como, por exemplo, a presença do fabrico de móveis e de todo o ferramental do meio, os arreios trançados de couro

e os carros de boi – dava sustentação à dinâmica da vida. Na lida com a terra, o plantio diversificado assegurava em grande medida a autonomia da propriedade. Tudo era plantado e produzido para a subsistência, como o mel, produto do apiário; a olaria; as roças diversificadas, e, neste aspecto, vale destacar o algodão, plantado, colhido e fiado nas grandes fazendas.

Análises desta reconstituição vêm confirmando que a posse de escravos foi imprescindível para impulsionar estes modelos de concentração de riqueza ocorridos no setor agrícola e de abastecimento, tendo contribuído sobremaneira para a ampliação também da participação econômica de pequenos e médios proprietários. Como bem ilustra Antonil<sup>2</sup>: “Os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente”. Neste contexto seria quase impossível imaginar esta elevada capacidade produtiva e autônoma das grandes propriedades sem o sustentáculo do trabalho do negro escravizado.



*Ex-escravos responsáveis pelo trabalho da cozinha na Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, no início do século XX.*

Estudos<sup>3</sup>, sobre as dimensões da população escrava em São Paulo revelam que, entre o final do século XVIII e início do século XIX, o enriquecimento dos senhores definiu as bases econômicas e sociais, estruturadas essencialmente pela escravidão. Assim, no período intermediário entre 1777 e 1829, a população cativa subiu de 23 mil para 75 mil. No ano de 1829, o número médio de escravos por engenho paulista era de 31, sendo que a média geral de escravos por senhor era de 7 cativos. No final do século XIX, precisamente em 1882, a

província de São Paulo tinha 174.622 escravos e Campinas ficava em segundo lugar, com 75 mil cativos.

Neste período histórico, além dos senhores e escravos, o grupo denominado “população livre de cor” foi numericamente importante na sociedade paulista. Tratava-se de uma população que vivia muito próxima da condição escrava. Homens livres e pobres, brancos, negros, mamelucos, mulatos, os quais viviam de pequenos ofícios urbanos ou pelos arredores das fazendas, ocupando-se de pequenas tarefas do cotidiano, morando “de favor”...

Por isso mesmo, constituíam uma fonte de permanente preocupação para as autoridades, que os tratavam como cidadãos sem qualificação.

No entanto, a consolidação desta estrutura socioeconômica, na região Sudeste, no século XIX – em data posterior à da região Nordeste –, foi contemporânea àquela de transformações tecnológicas e industriais que passaram a ocorrer nos grandes

centros europeus e norte-americanos, sobretudo na década de 1790, quando se observa a aceleração da agricultura da província de São Paulo e novas dinâmicas a ela relacionadas. Esta situação possibilitou que a produção agrícola extensiva no Sudeste tomasse forma, no mesmo momento em que se iniciava um crescente processo de transformação econômica, em escala mundial.

## A CHEGADA DO CAFÉ...

Estas mudanças ocasionaram ainda uma ampliação das rendas e uma maior diversificação dos hábitos de consumo das classes trabalhadoras. O apreço pelo café, neste sentido, deixava pouco a pouco de ser um hábito de elite para atingir as massas, motivando, no Brasil, que os velhos engenhos dessem espaço à constituição de grandes fazendas cafeeiras, interessadas em alcançar maiores riquezas e poder para seus senhores. No plano internacional, há de se registrar que, desde o século XVI, as colônias americanas passaram a desempenhar funções produtivas para suas metrópoles euro-

péias, integrando-se precocemente à configuração de uma divisão mundial do trabalho. Focalizando as terras paulistas em relação ao plano interno, parece-nos imprescindível lembrar que, a partir da segunda metade do século XVIII, a produção de cana-de-açúcar daria início à grande lavoura exportadora, originando-se dela, no início do século XIX, a produção cafeeira que, em poucas décadas, passaria a reinar pelos quatro cantos do interior paulista, com o baronato a sustentar-se por meio da exploração do trabalho escravo e a presença dos imigrantes. A ocupação da região de Campinas,

originada de pequenas roças e produção de subsistência, ganharia, então, novos contornos no século XIX. O “ouro verde” proporcionou riquezas e transformou os descendentes dos primeiros roceiros numa aristocracia culta, empreendedora e escravocrata.

A partir de 1830, considerado o período do auge da produção açucareira, o declínio dos preços no mercado internacional, associado ao crescente interesse pela produção cafeeira, redirecionaria o olhar dos fazendeiros, motivando-os a substi-

tuir o plantio da cana pelo do café e estruturando a economia do “ouro verde”, fundada na agricultura extensiva, no latifúndio, na escravidão e na exportação.

Voltando a atenção para a herança deixada pelos engenhos, encontramos registros históricos de grande significância, como o fato de a escolha da terra ocorrer em função de seu êxito produtivo. Em princípio, a terra considerada apropriada para o plantio da cana era a terra negra, o que depreciava a porção sudeste de



*Colonos, em sua maioria imigrantes italianos, durante colheita de café na Fazenda Santa Francisca do Camanducaia.*

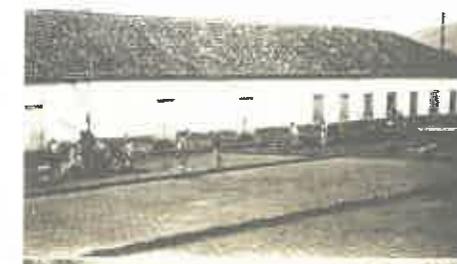
São Paulo (entre Campinas e Mogi-Mirim), onde a terra vermelha abundante – por assegurar poucos cortes e ostentar o título de “terras enfraquecidas” – surgia como opção secundária na escolha do local de plantio. O discernimento a respeito da terra ideal para um engenho, neste caso, configurava-se como uma percepção global do funcionamento do engenho, procurando-se compensar a variação da qualidade da terra com a presença de maior número de braços, gente, feitos, fiéis, bois, bestas, barcos e carros. Apesar do distanciamento geográfico, Nordeste e Sudeste, e a cronologia dos fatos históricos, ou seja, os engenhos estiveram presentes no Nordeste do país muito antes que na região Sudeste, podemos nos apoiar no panorama traçado por Antonil<sup>4</sup> sobre a condição da terra adequada aos engenhos

[...] A terra que se escolhe para o pasto ao redor do engenho há de ter água e há de ser cercada, ou com plantas vivas, como são as de pinhões, ou com estacas e varas do mato. O melhor pasto é o que tem muita grama, parte em outeiro e parte em várzea, porque, desta sorte, em todo o tempo, ou em uma ou em outra parte, assim os bois como as bestas acharão para comer [na várzea há também o salitre, indispensável para a alimentação dos animais]. O pasto se há de conservar limpo de outras ervas, que matam a grama, e no tempo do inverno se hão de botar fora dele os porcos, porque o destroem fossando. Nele há de haver um ou dous currais, aonde se metam os bois para comerem os olhos da cana e no seu curral, para as não haver de buscar espalhadas.

62 O florescimento da indústria açucareira em nossa região começa a ser observado na segunda fase das concessões de sesmarias, entre 1788 e 1822. Nesta época, os moradores investiam seus recursos na instalação de engenhos, ou na plantação de cana para o fornecimento a engenhos de terceiros, surgindo desta atividade as ricas sedes de engenho, os sobrados e amplas residências rurais, com mobiliário nobre e luxuoso – cenário posteriormente “reornamentado” pela riqueza do café.

## OS TRILHOS DO OURO VERDE

Em fins do século XVIII, o café chegou ao Brasil pelas regiões norte e oeste do Rio de Janeiro, estruturando-se a partir do aparato da cana-de-açúcar e penetrando pelo território de São Paulo através do Vale do Paraíba. No curso da primeira metade do século XIX, a “marcha do café” seguiria direção oeste, dando lugar a imensas fazendas e a um novo ciclo de vida produtiva, fundado na força de trabalho escrava. Em 12 anos, de 1813 a 1825, a exportação de café, em São Paulo, saltaria de 9.332 arrobas para 141.663 arrobas, sendo que, nas últimas décadas do século XIX, as terras paulistas já se destacavam como pólo econômico. A região de Campinas, então denominada “zona central”, era responsável por 12% da produção cafeeira, e o restante era proveniente do Vale do Paraíba. Neste processo de mudanças, os pequenos vilarejos, como o Bairro Rural Vila Bueno – mais tarde “Jaguary”, distrito de Mogi-Mirim e, hoje, Jaguariúna – ganhariam nova oportunidade de de-



Fases da produção:  
a tulla, os terreiros para secagem do  
café e colonos na colheita dos grãos.



*Colonos trabalham para esparramar os grãos nos terreiros, com auxílio da tração animal, e iniciar o processo de secagem do café.*

envolvimento, recebendo parte dos investimentos econômicos e políticos das chamadas “novas terras”. A fama de “lavoura de rico” atribuída aos cafezais, neste sentido, nascia da peculiaridade de um plantio que impunha tempo, investimento e mão-de-obra abundante aos cultivadores.

O plantio das mudas ou sementes era feito normalmente no mês de setembro, em covas adubadas de 30 centímetros de profundidade. A primeira florada vinha só depois de três anos e, no quarto ano, finalmente, a primeira colheita. Embora a árvore de café conseguisse manter-se exuberante por cem anos, seu ciclo produtivo exauria-se aos 40 anos. Neste caso, dado o investimento no preparo do solo, na semente e no tempo de espera necessário entre o plantio e o fruto, pode-se pressupor que haveria de se ter um bom aporte financeiro para se tornar fazendeiro de café. Logo, para ter um cafezal, era imprescindível ter capital. A estruturação das fazendas seguia um modelo peculiar, com instalações geralmente bastantes complexas. Todas elas possuíam, além da casa-grande – a moradia do proprietário, uma construção normalmente imponente –, a senzala – onde se alo-

javam os escravos; o terreiro – onde se secava o café; a tulha – utilizada para a guarda do produto; e a casa das máquinas, em um período no qual certas etapas da produção começariam a ser mecanizadas.

Conforme comentamos no início deste capítulo, em boa parte das fazendas o café chegou depois de um período de roça de subsistência, ou, ainda, do florescimento dos engenhos de açúcar, atividade responsável por transformar os herdeiros das terras ou os primeiros roceiros em componentes de uma aristocracia rica, escravocrata e patriarcal. Pode-se afirmar, neste caso, que o sucesso da economia cafeeira emergiria da combinação fundamental de três elementos: a mão-de-obra abundante (escrava e, mais tarde, imigrante); grandes extensões de terra disponíveis; e uma forte demanda do mercado externo. A cultura do café começou a se difundir em Campinas entre o final do século XVIII (por volta de 1797) e o início do XIX (1805), introduzida por Raimundo Álvares dos Santos Prado, que alcançaria, em 1836, a produção de 8.801 arrobas, e, em 1854, o montante de 335.550 arrobas.

*Após a secagem, os grãos são reunidos, depois recolhidos do terreiro e preparados para ser colocados em sacos, transportados e vendidos.*



## FAZENDAS EM "JAGUARY"

Por onde o "ouro verde" se propagou, reconhece-se suas marcas. O enriquecimento derivado da presença do café é facilmente notado, por exemplo, ainda hoje, na arquitetura remanescente de grandes sedes de fazendas. Na atual cidade de Jaguariúna, reconhecemos pelo menos quatro fazendas que se destacaram neste cenário econômico: a Fazenda Jaguari (atual Santa Úrsula), a Fazenda da Barra, a Fazenda Santa Francisca do Camanducaia e a Florianópolis (atual Serrinha).

### FAZENDA JAGUARI



Barão de Ataliba Nogueira, favorável ao Império, e um dos fundadores da Companhia Mogiana.

A Fazenda Jaguari, como mencionado, atualmente chamada Santa Úrsula, única propriedade que se mantém com a mesma família desde sua fundação, há mais de 200 anos, pertenceu a Antônio Correia Barbosa e Úrsula Franco de Andrade, cuja herdeira, a neta Luiza, casou-se com João de Ataliba Nogueira, o barão de Ataliba Nogueira. As terras ocupavam uma grande extensão à margem esquerda do rio Jaguari e, antes da chegada do café, alcançou uma produção significativa de açúcar, cerca de 6 mil arrobas por ano. No ano de 1847, a Fazenda Jaguari produzia 6 mil arro-



Fachada original da sede da Fazenda Jaguari, atual Santa Úrsula, erguida por volta de 1850.



Baronesa de Ataliba Nogueira.



Bonde que circulava dentro da Fazenda Santa Úrsula e servia ao escoamento da produção de café da propriedade à Estação Jaguari.

bas por ano. Com o declínio dos engenhos, passou a ser grande produtora de café e, posteriormente, destacou-se pela produção de algodão e cereais. A ligação desta fazenda com a cultura do café foi exponencial, e um de seus pro-

prietários, o barão de Ataliba Nogueira, casado com a neta de Úrsula, Luiza, destacou-se por suas realizações, sendo favorável ao Império, além de fundador e presidente da Companhia Mogiana durante vários anos.



*Jardim da sede da fazenda com vista para a tulha e terreiro de café.*



*Destaque de terreiro centenário utilizado para a secagem de café e do lavador de grãos.*



*Criação de gado fazia parte da produção da Fazenda Santa Úrsula no período posterior ao da cafeicultura.*

## Fazenda

O mundo das grandes propriedades rurais sustentadas pelo trabalho escravo

Chegou a projetar uma linha férrea que iria de Campinas a São Sebastião, passando por Mogi das Cruzes, quando então quebraria o monopólio da São Paulo Railway; embora tenha conseguido a concessão do governo imperial, não chegou a concre-

tizar seu projeto por conta do advento da República. Na fazenda, o barão de Ataliba Nogueira costumava receber grandes personalidades e intelectuais da época, como seu amigo e parente Rui Barbosa, o conde D'Eu e o imperador dom Pedro II.



*(da esquerda para direita) Washington, barão de Ataliba Nogueira, Lalá, Francisquinha (de branco), Iolanda Penteadó, Guiomar, Chiquinha Moraes, Carlito Barbosa de Oliveira, Izabelita Barbosa de Oliveira, Guiomarita Penteadó e Úrsula de Ataliba Nogueira na Fazenda Jaguari, em meados de 1915.*



*Rui Barbosa, sua filha Baby e sua mulher Maria Augusta; Úrsula Moraes, Camilota Barbosa de Oliveira, Camila B. de Oliveira e seu marido Luiz Albino B. de Oliveira e o barão de Ataliba Nogueira.*

## FAZENDA DA BARRA



*José Alves Guedes, o barão de Pirapitingüi, nasceu em Mogi-Mirim em 1830. Sua residência foi por longo tempo a sede da Fazenda da Barra, em Jaguariúna.*

Antes da introdução do cultivo do café, a Fazenda da Barra, que ainda preserva o seu nome original de fundação, foi uma grande produtora de cana-de-açúcar, algodão e cereais. Localizava-se próximo à Estação de Guedes, na divisa com a Fazenda Florianópolis, Posse de Ressaca e Fazenda Ribeirão (atual município de Holambra), ou ainda das terras do coronel Amâncio Bueno, Varginha e Presidente Tibiriçá.



*Vista da Fazenda da Barra, uma das grandes propriedades agrícolas de Jaguari.*

## Fazenda

O mundo das grandes propriedades rurais sustentadas pelo trabalho escravo

A Barra pertenceu a José Guedes de Souza, tetraneto de Barreto Leme, que recebeu os títulos de tenente-coronel e barão de Pirapitingüi. O herdeiro da fazenda, o segundo filho, o coronel José Alves Guedes, passou a residir na fazenda em 1897, com a mudança de seu pai para São Paulo. Com o fim da escravatura, a

fazenda recebeu muitos imigrantes e possuiu uma produção muito próspera de café e cereais. Com o tempo, parte de suas terras acabaram por ser loteadas e vendidas a imigrantes, ou a filhos destes. Em tempos mais recentes, pouco antes da crise cafeeira, a Fazenda da Barra foi vendida a Joaquim Machado de Souza.



*A Fazenda da Barra, que ainda hoje preserva seu nome original de fundação, localizava-se próximo à Estação Mogiana de Guedes.*



*Família Guedes. Depois do barão de Pirapitingüi, residiu na fazenda, o seu segundo filho, o coronel José Alves Guedes.*



*A Fazenda da Barra vista a partir do rio Camanducaia. A propriedade possuía construções imponentes e infra-estrutura para grande produção de café e cereais.*



*A lavoura deu espaço à pecuária, na maioria das grandes propriedades da região.*



*Formação de colônias para abrigar as levas de imigrantes no final do século XIX.*

## FAZENDA SANTA FRANCISCA DO CAMANDUCAIA

A Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, antiga Fazenda Camanducaia, mais recentemente também conhecida por Fazenda de Totó Valente, fica a leste da Fazenda Florianópolis, ocupando grande extensão às margens do rio Camanducaia. Sua sede teria sido construída por volta dos anos 1830, por Salvador Bueno da Silveira, que morreu em 1846. Em 1869, já existem registros históricos que apontam como pertencente a Cândido José Leite Bueno da Silveira, filho de Salvador.



*Cândido José Leite Bueno da Silveira, filho de Salvador Bueno da Silveira, proprietário da antiga Fazenda Camanducaia.*



*Sede da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, antiga Camanducaia.*

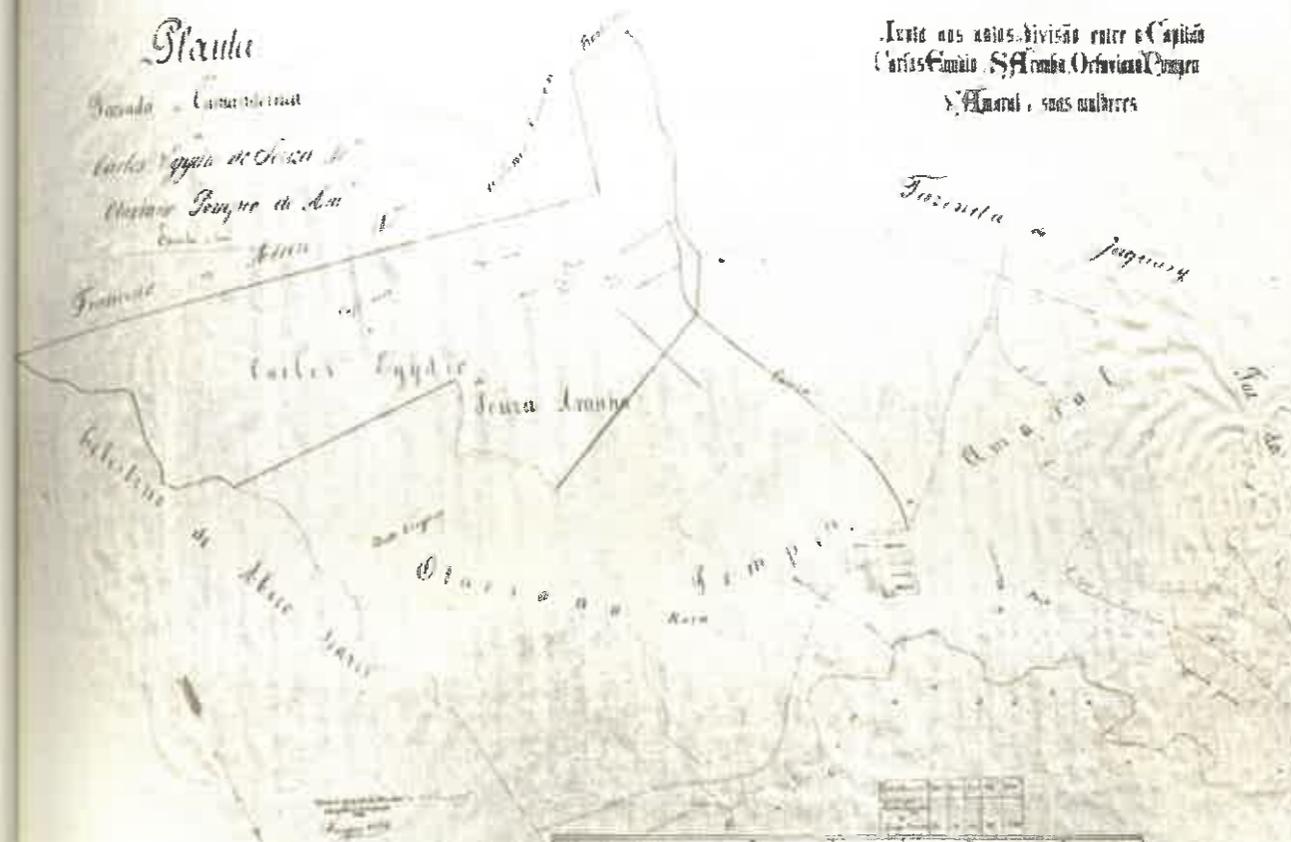


Umbelina Bueno, mulher de Cândido José Leite Bueno, mãe do coronel Amâncio Bueno.

74 A gleba denominada “Jaguary”, atual Fazenda Serrinha, fez parte da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia. Essa gleba também aparece citada: “a lei nº 5 de 20 de fevereiro de 1866 anexou ao município de Campinas, desanexando do de Mogi Mirim, a Fazenda Jaguary, de Cândido José Leite Bueno”<sup>5</sup>.

Com a morte de Cândido Bueno, a propriedade foi dividida entre seus herdeiros: coronel Cândido

Bueno; Maria Ângela de Morais Bueno, casada com o major Carlos Egydio de Souza Aranha (filho do marquês de Três Rios); e Júlia Bueno, casada com Otaviano Pompeu do Amaral (filho do visconde de Indaiatuba). O coronel Cândido Bueno recebeu a gleba do Jaguari; a gleba de Camanducaia foi dividida entre as duas irmãs, cabendo a antiga sede a Júlia Bueno. A parte de Maria Ângela Bueno tornou-se a atual Fazenda Capim Fino.



Quinboeros	Has.	Ons	Cent.	Alq.	Varas
Carlos Egydio de Souza Aranha	211	81	00	87	580
Otaviano Pomp. de Amaral	562	59	00	232	4420
	774	40	00	320	000

A divisão das terras da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia; mapa define divisas e a porção que coube a cada herdeiro.



*Nas terras da Santa Francisca do Camanducaia foram cultivados muito café, cereais e grãos.*



*A fazenda se destacava pela produção agrícola e pecuária, diversificação de roças e apiário.*



*O trabalho do campo era resultado da força do homem, que contava com animais como o boi para preparar a terra para o plantio.*

76 Em 11 de junho de 1900, Otaviano Pompeu do Amaral e Júlia Bueno do Amaral venderam a Fazenda Camanducaia a Avelino Couto e seus sócios, conforme registrado em escritura no Cartório de Mogi-Mirim. A partir desta data, a fazenda passou por sucessivos proprietários.

Situada em área montanhosa, nas terras da Camanducaia foram

cultivados muito café, cereais e, principalmente, feijão. Mas, depois deste período das grandes lavouras, a fazenda entrou num outro momento. Manteve o caráter de produtora agrícola, com roças diversificadas, mas é fato notável a dinâmica de sociabilidade que passou a ser reproduzida na propriedade, ao ser administrada por seu proprietário Avelino do Amaral, o Totó Valente.



*Grandes plantações de algodão marcaram a história da propriedade.*



*Uma olaria fazia parte da auto-sustentação da fazenda.*



*Sede da fazenda em dia de louvor a Santo Antônio.*

Por volta de 1930, segundo relatos de Lauro Navarro<sup>6</sup>, a Fazenda de Totó Valente promovia festejos de Santo Antônio em data próxima ao 13 de junho. Os devotos do santo, até mesmo em virtude dos meios de transportes mais utilizados na época, principalmente na zona rural, cavalos, charretes, troles, carros de bois, deram início a uma formação semelhante a um desfile, uma procissão, uma cavalgada.

A tulha de café era preparada para o baile, do qual participavam as famílias dos colonos da fazenda, vizinhos, convidados. Havia foguei-



*Capela de Santo Antônio da Santa Francisca do Camanducaia na atualidade.*

ra, sanfoneiro, violão e tamborim; à meia-noite, dava-se início à quadrilha e ao fandango. E, na sede da fazenda, reuniam-se familiares e amigos para o baile e as brincadeiras de salão. A parte religiosa da festa contava com reza, na véspera do Dia de Santo Antônio, e missa, no dia do santo. Com a crise da cultura cafeeira e a mudança dos colonos, as fazendas foram sendo despo-

voadas e a tradicional festa é desmotivada, chegando ao fim. Em 1945, na mesma fazenda, com a inauguração de uma capela em louvor a Santo Antônio, a festa tomou um vulto mais religioso e, com a chegada do padre Antonio Joaquim Gomes, em 1947, este laço se fortaleceu. Assim brotou a semente da Cavalaria Antoniana, uma mescla de fé, folclore e tradição.



*Fiéis, em procissão, nos festejos a Santo Antônio, em terras da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, na década de 1940.*

## FAZENDA FLORIANÓPOLIS



*Coronel Amâncio Bueno conhecido por ter organizado a construção da então Vila Bueno.*



*Fazenda Florianópolis, atual Serrinha, originada das terras da antiga Camanducaia.*



*Mobiliário (à esquerda) e leque que perteceram a Umbelina Moraes Bueno, mãe do coronel.*



*As duas primeiras filhas de Amâncio Bueno, Sylvia e Julia.*

Esta família, à semelhança de muitos núcleos de fazendeiros da época, mantinha laços de parentesco muito próximos à aristocracia de Campinas. Amâncio Bueno era primo de Campos Salles, que foi presidente da República, e da baronesa de Ataliba Nogueira, tendo sido também o idealizador da chamada Vila Bueno, ao iniciar a formação de um núcleo residencial em terras da própria fazenda, nas proximidades da Estação Jaguari. O local escolhido para a construção da sede da fazenda foi a encosta de uma montanha (não muito distante do rio Jaguari e do local em que, em 1875, foi erguida a estação férrea).

Segundo antigas descrições encontradas, as terras desta propriedade faziam divisa, ao longo da margem direita do rio Jaguari, com as fazendas da Barra, São José, Ribeirão, chegando próximo à Posse de Ressaca, hoje município de Santo Antônio de Posse.

Desta fazenda é que se desmembraria a área da chamada "Vila Bueno" (ver capítulo 4). A produção agrícola da Florianópolis inicia-se com o plantio de diversas culturas, inclusive de cereais, mantidas primeiramente com mão-de-obra escrava e, depois, com a do imigrante. Posteriormente, a fazenda dedicar-se-ia à produção de telhas e tijolos, provavelmente utilizados nas primeiras casas construídas na vila.



Mapa das estradas de ferro da Companhia Paulista; destaque para o quilômetro zero em Jundiaí.

## O TREM ROMPENDO DISTÂNCIAS

O desenvolvimento da cultura cafeeira representou forte impacto e grandes transformações para a região de Campinas, gerando acumulação de capital, emprego de mão-de-obra livre, a implementação e o necessário desenvolvimento de um transporte ferroviário que desse conta do escoamento da produção. O surgimento das ferrovias

paulistas, neste sentido, está diretamente vinculado ao avanço da agricultura cafeeira no oeste da província de São Paulo. Conforme assinala Giesbrecht<sup>7</sup>, a principal motivação do grupo de fazendeiros financiadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), fundada em 1868, era construir uma linha férrea que fosse

### Fazenda

O mundo das grandes propriedades rurais sustentadas pelo trabalho escravo

uma continuação da São Paulo Railway – que ligava Santos a Jundiaí – e possibilitasse o alcance às ricas regiões cafeeiras do estado, tais como Ribeirão Preto, Descalvado, São Carlos e

Jauú. Desta forma, não tardou muito para que a Paulista atingisse Campinas, o que se deu com a entrega do primeiro ramal férreo ligando Jundiaí a esta cidade, em 1872.

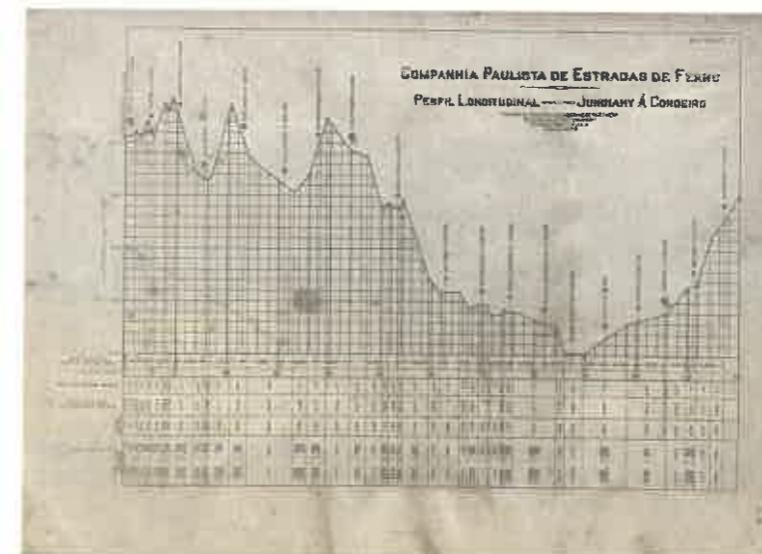


Gráfico demarca a distância, declividade, altitudes e outros dados técnicos entre estações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

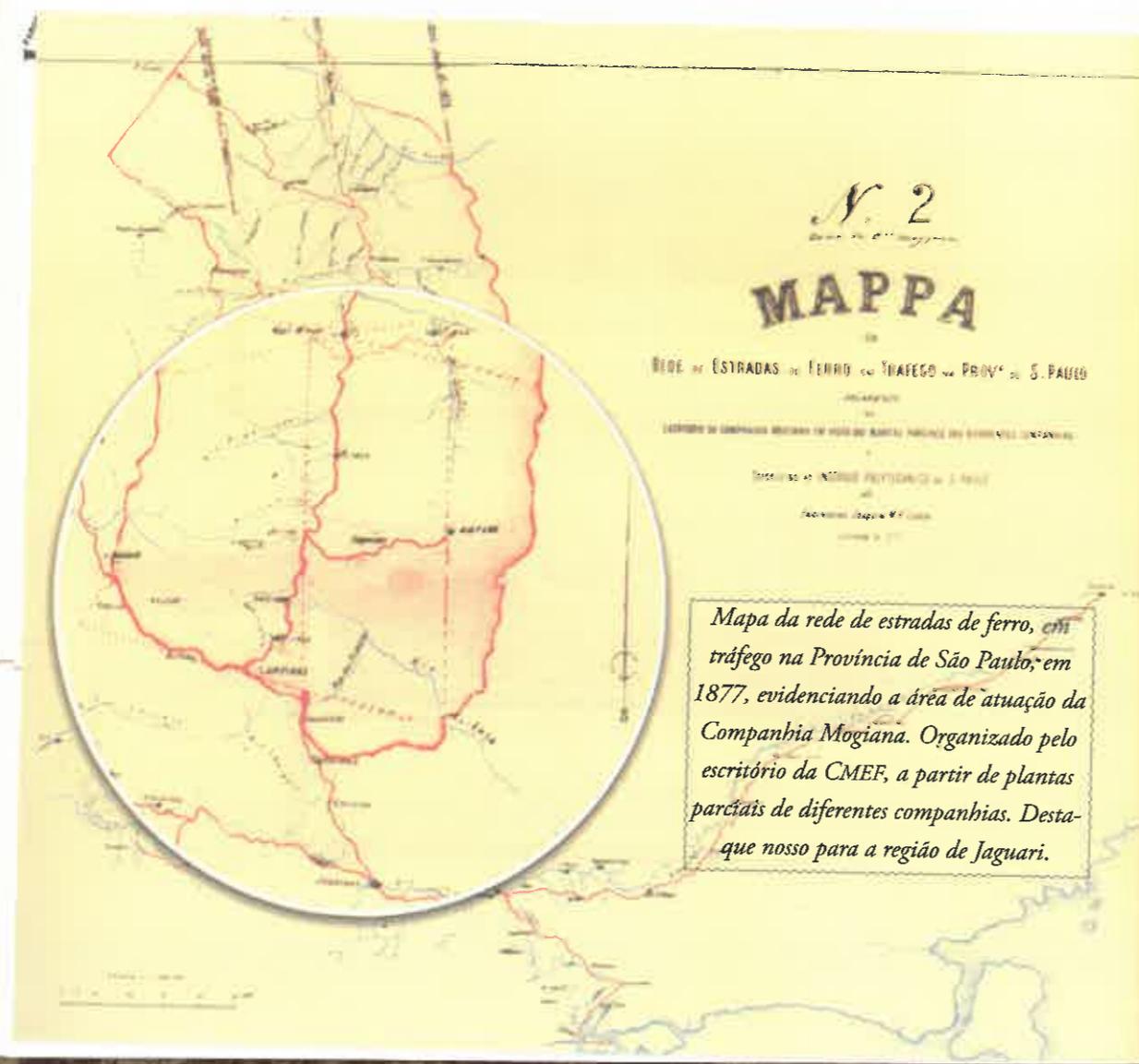


Locomotiva da Companhia Paulista.

Ao chegar a Campinas, a Paulista marcou seu pioneirismo na cidade e na região, mas, enquanto isso, um outro grupo de fazendeiros, impressionado com os possíveis benefícios e lucros que o novo modelo de transporte poderia propiciar, já articulava a criação da Companhia Mogiana. A motivação destes fazendeiros tinha o endosso de medidas como o decreto da Assembléia Legislativa Provincial, sancionado em 21 de março de 1872 por José Fernandes da Costa Pereira Junior, então presidente da província de São Paulo, o qual concedia privilégios e garantia de juros de 7% sobre o capital de 3 mil contos de réis para a companhia, nacional ou estrangeira, que se organizasse a fim de construir uma estrada de ferro, de bitola estreita, de Campinas a Mogi-Mirim, com saída de um ramal para Amparo.



*Primeira Estação Jaguari da Companhia Mogiana, inaugurada em 1875.*



Uma das primeiras reuniões para tratar da incorporação da Mogiana e promover a inscrição de acionistas deu-se em 30 de março de 1872, na casa do tenente-coronel José Guedes de Souza, reunião esta em que foi nomeada uma comissão composta pelos fazendeiros coronel Joaquim Egydio de Souza Aranha, capitão João Quirino dos Santos, tenente-coronel José Guedes de Souza, barão de Ataliba Nogueira, dr. João de Ataliba Nogueira, dr. Delphino Cintra Junior, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade e Francisco Soares de Abreu. A Mogiana, cujas obras começaram em 28 de agosto de 1872, teve seus primeiros 50 anos marcados pela expansão das linhas; o trecho Campinas—Jaguariúna seria inaugurado em 3 de maio de 1875. Ao longo de sua existência, até 1971, quando foi incorporada a Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima (FEPASA), a Mogiana atingiu cerca de 2 mil quilômetros de leito, ultrapassando as divisas com o estado de Minas Gerais.



*Estação de Jaguarí era ligada a linha-tronco de Campinas e encontrava-se no Km 32,384.*



*Em fase mais recente, a Estação Jaguarí, depois das primeiras reformas. A edificação não existe na atualidade.*

Criada em 1872 pela Lei Provincial nº 18, a “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação” veio para dar sustentação à elevada produção cafeeira desta região, contando, para tanto, com a articulação direta de um grupo de fazendeiros interessados em dispor de uma estrutura férrea que atendesse à demanda do escoamento de suas produções, rumo ao Porto de Santos. Além do café, a ferrovia também viria a serviço do transporte de gado.

A Mogiana é considerada uma estrutura impulsionadora de desenvolvimento do interior paulista. Partindo de Campinas, esten-

deu-se em direção aos municípios de Amparo, Altinópolis, Batatais, Brodosque, Caconde, Cajuru, Casa Branca, Cravinhos, Espírito Santo do Pinhal, Franca, Guará, Igarapava, Itapira, Ituverava, Jardinópolis, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Mococa, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio do Sapucaí, Pedregulho, Pedreira, Ribeirão Preto, Sertãozinho, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Joaquim da Barra, Serra Azul, Serra Negra, Socorro, Tambaú, Tapiratiba e Vargem Grande. A maioria dos itinerários foi criada para atender à necessidade de desenvolvimento da cultura cafeeira.



*Funcionários da Companhia Mogiana no ramal de Amparo, interligado à linha de Jaguarí.*

A evolução do primeiro ramal da CMEF, com suas estações, a partir da quilometragem do ano de inauguração e desativação do tráfego

<b>Linha-tronco (bitola de 1 metro)</b>	<b>Inaugurada</b>	<b>Desativada</b>
Campinas (Km 0)	3/5/1875	1977 – FEPASA
Jaguari (Km 32,384)	3/5/1875	1977 – FEPASA
Mogi-Mirim (Km 72,759)	27/8/1875	1979 – FEPASA
<b>Ramal de Amparo (bitola de 1 metro)</b>		
Jaguari (Km 32,384)	3/5/1875	1977 – FEPASA
Pedreira (Km 10,279)	10/11/1875	3/1/1967
Arcadas (antiga Coqueiros) (Km 19,511)	15/11/1875	3/1/1967
Amparo (reformada em 1938) (Km 29,823)	15/11/1875	3/1/1967
Três Pontes (Km 37,459)	2/3/1890	16/9/1966
Reversão (Km 46, 514)	10/4/1910	1965
Monte Alegre (Km 47,351)	2/3/1890	16/09/1966
Dr. Carlos Norberto (Km 55,911)		
Ramal de Socorro (km 9,397)	1º/8/1908	16/9/1966
Visconde de Soutello (Km 70,523)	1º/8/1908	16/9/1966
Ramal de Socorro (km 14,612)		
Barão de Ibitinga (Km 93,079)	21/4/1909	16/9/1966
Ramal de Socorro (km 22,556)		
Socorro (Km 125,21)	21/4/1909	16/9/1966
Ramal de Socorro (km 32,137)		
<b>Sub-Ramal de Serra Negra (bitola de 60 cm)</b>		
Amparo (Km 29,823)	15/11/1875 reformada em 1938	3/1/1967
Alferes Rodrigues (Km 9,487)	15/12/1889	1956
Pantaleão (Km 16,714)	15/12/1889	1956
Brumado (Km 24,642)	11/09/1890	1956
Santo Aleixo (Km 30,603)	28/3/1892	1956
Serra Negra (Km 40,108)	28/3/1892	1956

Fontes: Relatórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro; site [www.estacoesferroviarias.com.br](http://www.estacoesferroviarias.com.br).

Entre os fundadores da Mogiana, figuravam também Antônio de Queiroz Telles, o barão, conde e visconde de Paranaíba; a família Silva Prado; e José Estanislau do Amaral, entre outros grandes plantadores de café, além do barão de Tietê, presidente da Companhia União Paulista (empresa de seguros).

Com a ferrovia, não apenas a economia cafeeira ganhou novo impulso como também o distrito de Jaguari passou a vivenciar grandes transformações. Localizada entre as cidades de Campinas e Amparo, esta área compartilhou do enrique-

cimento do complexo cafeeiro, recebendo da ferrovia novas formas de desenvolvimento. A encampação da Mogiana ao estado foi feita em 1952, e sua incorporação à FEPASA ocorreu em 1971, depois de um longo período de crise financeira.

A Companhia Mogiana manteve-se precariamente até a privatização da FEPASA, em 1998, quando então suas atividades, devido à impossibilidade de manter o nível dos serviços, principalmente no que se referia ao transporte de passageiros, foram definitivamente paralisadas.



Locomotiva a vapor da Companhia Mogiana nas oficinas de Campinas. Entre 1908 e 1921, a Mogiana fabricou 20 locomotivas deste porte.



*Imigrantes italianos, portugueses e espanhóis estão entre a maioria dos que vieram para as fazendas de Jaguari. Grupo de imigrantes numa das casas de colônia em área rural de Jaguari.*

## OS IMIGRANTES

O projeto de imigração implantado no Brasil no curso da segunda metade do século XX respondeu, antes de tudo, a uma necessidade emergente de substituição de mão-de-obra escrava. Antes de a lei abolir o tráfico de escravos, em 1850, muitos cafeicultores paulistas já começavam a ensaiar o trabalho livre, mas, a partir de 1870, foi o governo que passou a incentivar a vinda de estrangeiros para as lavouras extensivas de café.

Para o imigrante italiano, português, libanês, espanhol, entre outros, deixar seu país de origem para trabalhar no Brasil constituía-se em uma decisão vital, a começar pela viagem, tantas vezes precária, conforme registram seus primeiros descendentes. Com o fim da escravidão, era premente a necessidade de mão-de-obra dedicada às lavouras cafeeiras; para tanto, o governo imperial e, depois, o republicano, investiram numa intensa propaganda para melhorar sua ima-

gem no exterior, criando associações de auxílio aos imigrantes por iniciativa de fazendeiros interessados no trabalho livre – entre elas, a Sociedade Promotora da Imigração, em São Paulo.

A passagem da maioria dos imigrantes era subsidiada pelo governo do estado de São Paulo e, até 1902, o Brasil recebia o maior fluxo de correntes imigratórias italianas. O processo de imigração, no entanto, havia começado desde a metade do século XIX. Uma das condições para que houvesse autorização para a passagem subsidiada de imigrantes no Brasil era a vinda da família. A região de Campinas oferecia meios para o estabelecimento das famílias de imigrantes. Por aqui, conforme relata a pesquisadora Maria Cristina Chiaradia Gabriel Kuniyoshi<sup>8</sup>, foram criados núcleos coloniais, nos quais os imigrantes tornaram-se pequenos proprietários. Em 1897, foi criado, por exemplo, o núcleo Campos Salles, com imigrantes de nacionalidades diversas, localizado entre Campinas, Mogi-Mirim e Limeira. Segundo registros, até 1907 o governo de São Paulo havia criado 22 núcleos em todo o estado.

No período entre 1870 e 1907,

segundo dados do Setor de Documentação do Memorial do Imigrante, mais de 2 milhões de imigrantes (espanhóis, portugueses, alemães, russos, italianos, dentre outros) vieram para o Brasil; a imigração italiana era a mais numerosa, com o montante de 1.208.042 pessoas. Em 1877, chegou a São Paulo o primeiro grupo de italianos, sucedendo-se “novas levas” até a data 1888, ano da abolição da escravatura. No período seguinte, entre 1908 e 1953, somou-se a ela a imigração de japoneses, a qual, neste período, alcançaria o montante de 2.546.455 imigrantes, destacando-se nesta fase a imigração de portugueses, com um total de 951.654 pessoas.

Esta mão-de-obra, livre, veio contribuir para a conquista de novas terras e para a expansão dos lucros, transformando as paisagens e conferindo outra dinâmica aos povoados e às relações sociais. A imigração de europeus para a região de Campinas promoveu mudanças, incrementando o crescimento de indústrias e profissões e sua diversidade, conforme defende a pesquisadora Maria Cristina. De acordo com levantamentos da autora, em 1900 Campinas já possuía quatro fábricas de chapéus e 24 costureiras modistas.



Imigrantes participaram da construção da ferrovia da Mogiana, em Jaguari.

A Vila Bueno, depois distrito de Jaguari (atual Jaguariúna), à semelhança de outras áreas, recebeu muitos imigrantes, especialmente italianos trazidos para as lavouras de café. Trouxe também portugueses para trabalharem na ferrovia, e libaneses atraídos pelo comércio.

Relatos de antigos descendentes de imigrantes italianos constituem verdadeiras fontes para reconstrução destas trajetórias de vidas de milhares de homens e mulheres que deixaram suas terras de origem para tentar uma nova vida no Brasil. Segundo dona Nicéia Ribeiro, neta de

imigrantes italianos que vieram trabalhar em fazendas de Jaguariúna, seus pais recordavam-se que viviam em condições de adaptação muito duras. Ao rememorar os relatos de infância, dona Nicéia relata que sua avó teria trazido da Itália lindas colchas bordadas e que, ao chegarem em Jaguari, para trabalhar numa grande fazenda lá existente, o fazendeiro não ofereceu para a família nem camas, nem redes. A única alternativa para não dormirem sobre o chão teria sido, então, retirar da mala o enxoval bordado e improvisar uma cama para a família.

Nome	Idade	Profissão	Estado Civil
Braquim Chiffi	30	negociante	casado
Felício Lorette	32	"	"
Antonio Crestelle	22	artista	"
Leobaldo Sagliani	25	"	"
Luís Bianchi	22	proprietário	"
Rapail Muler	39	"	casado
Isidoro de Lili	50	negociante	"
Luís Russo	35	"	solteiro
Luís Casagranque	23	"	casado
Francisco Curvo	24	"	"
Francisco Borsoi	30	artista	"
Alcides Ferric	40	"	"
Francisco Calopi	22	negociante	solteiro
Francisco Corrêa	31	artista	"
Luís de Almeida	30	"	casado
Bernardo Saluier	48	"	"
Ferracut Rossi	37	proprietário	"
Antonio Fuzza	39	artista	"
Luís Bertucci	33	"	"
Luís Lala	51	proprietário	"
Luís Lala	18	"	solteiro
Luís Lachette	28	"	"
Luís Leão	31	"	"
Luís Baroni	30	"	casado
Luís Baroni	30	"	solteiro
Achilles Baroni	26	carroceiro	casado
Luís Saggi	39	carroceiro	"
Luís Saggi	39	"	"
Luís Saggi	39	"	"
Luís Saggi	39	proprietário	"

Manuscrito apresenta uma relação de nomes de imigrantes italianos conforme idade, profissão, estado civil, filiação e nacionalidade revelando a importância do italiano na formação do mercado de trabalho das cidades.

Estes imigrantes desembarcavam no Porto de Santos e, de trem, seguiam para a Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, onde eram visitados pelos grandes fazendeiros de café, que os contratavam como futuros colonos. No salão da hospedaria, era feita a verificação de nome, idade, profissão e constituição familiar, condição para que fossem aceitos nas fazendas e no país. A viagem, em geral, era subsidiada pelo governo do estado de São Paulo, com a condição de que o migrante trouxesse consigo sua família. Em princípio, os grupos dispersavam-se pelo interior das fazendas como colonos, mas houve também iniciativas voltadas a transformá-los em pequenos proprietários, instalando-os nos núcleos coloniais em formação. Dados do relatório da Repartição de Estatística e Archivo do Estado de São Paulo demonstram que, somente em 1901, Mogi-Mirim (termo ao qual Jaguari achava-se vinculado) recebeu 196 imigrantes italianos, 26 espanhóis e 7 portugueses; Amparo, 818 italianos, 99 espanhóis, 37 portugueses; e Campinas, 1.635 italianos,

186 espanhóis, 118 portugueses e um austríaco. Já em 1906, um novo relatório, da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, apresentado pelo secretário de Agricultura de São Paulo, Carlos Botelho, mostraria que Mogi-Mirim já possuía 213 propriedades agrícolas de brasileiros, 17 de italianos, 9 de portugueses, 5 de alemães e 4 de espanhóis.

Por tudo isso, nas últimas décadas do século XIX, a imigração trouxe para o interior de São Paulo uma mudança de paisagem socioeconômica — não apenas rural, mas urbana —, incrementando-se as atividades industriais e diversificando-se as profissões. Os imigrantes, embora, em sua maioria, tenham-se fixado nas lavouras de café, com o tempo se desligavam da condição de colonos para se estabelecer nas cidades, trazendo com eles seus ofícios e saberes. Em armazéns, barbearias, sapatarias, confeitarias... encontramos suas diversas contribuições, presentes em técnicas de produção, em novas modalidades de serviços, novos hábitos e costumes.

1.ª VIA

Delegado de Polícia de MOGI-MIRIM

Registre-se de acordo com o art. 149, do Decr. 3.010, de 20 de agosto de 1938.

DELEGADO DE POLÍCIA

Nome: ERMINIO PEGORARI

natural de Savio (Itália), nascido a 8 de Maio de 1878

de nacionalidade Italiana, estado civil Casado

filho de Ernesto Pegorari e de Antonia Frengolata

profissão Lavrador, empregado no sítio Bacayuvai, neste município

com sede n. ....

casado com Aliberta Marquezini

tendo filhos menores de 18 anos, que são:

Nome:	Nacionalidade:	Idade:
.....	.....	.....
.....	.....	.....

residente em Bacayuvai. Em Jaguari neste município

vem requerer a V. S. o seu registro nessa Delegacia, de acordo com o art. 149, do Decr. 3.010, de 20 de agosto de 1938, prestando as declarações que abaixo se têm, na forma do questionário, representando absoluta expressão da verdade, e pelas quais responderá em qualquer tempo:

Chegou ao Brasil, pela primeira vez, antes ou depois de 1.º de janeiro de 1935? .....

Pôde precisar o ano? 1938 o mês? não sabe o dia? não sabe

o nome da embarcação? Fathica

o porto de desembarque? Santos

Retirou-se do país depois da sua primeira entrada? Não

Em caso afirmativo, indicar as datas de saída e regresso e o porto de desembarque no Brasil:

.....

Tem provas dessas alegações? sim Em caso afirmativo, junte-as.

Está no país incluído em alguma das seguintes categorias: turista, visitante, em trânsito, representante de firma comercial, viagem de negócios, artista, conferencista, desportista, ou congênere?

.....

Cumpridas, assim, as exigências, pede deferimento.

Mogi-Mirim 29 de Janeiro de 1942

28000	\$400
Selo	Selo

Assinatura: Erminio Pegorari

Modelo de ficha do Serviço de Registro de Estrangeiros, da Delegacia de Polícia de Mogi-Mirim, em 1942: a profissão predominante é a de lavrador, entre os imigrantes italianos. Encontra-se também neste acervo, documentação com imigrantes vindos para a região de Jaguariúna, no final do século XIX, de nacionalidades espanhola, austríaca, japonesa, portuguesa, espanhola, austríaca e síria.



Certidão de Pedro Rebellato, imigrante que desembarcou em 1897, época das novas levas da imigração organizada para suprir a mão-de-obra escrava na região cafeeira de Jaguari. Este documento de identidade, gerado em 1942 pelo Serviço de Registro de Estrangeiros, da Polícia do Estado de São Paulo, era de uso do imigrante.

<sup>1</sup> Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

<sup>2</sup> André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, vol. 70, 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, pp. 181-83, Nova Série Reconquista do Brasil.

<sup>3</sup> Obras como H. Luna F.V. Klein, *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>4</sup> André João Antonil, op cit. p. 89.

<sup>5</sup> Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi-Mirim.

<sup>6</sup> Lauro Navarro, "Fazenda Santa Francisca do Camanducaia", *Gazeta Regional*. Jaguariúna, 12/9/1991.

<sup>7</sup> Mennucci Ralph Giesbrecht, *Caminho para Santa Veridiana - As ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras*. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003, p. 13.

<sup>8</sup> Maria Cristina Chiaradia Gabriel Kuniyoshi, *Além das fronteiras do colonato. O ajuste da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração - 1886 a 1920 S.n.t.*

# Patrimônio

## As ferrovias, novas dinâmicas na vida urbana... surge a Vila Bueno

As últimas décadas do século XIX marcam um período de rupturas profundas na estrutura do país. Dentre as várias transformações, temos mudanças no regime de trabalho com o anúncio do fim da escravidão, entramos na República e assistimos à constituição de novos arranjos étnicos e culturais com a intensificação da migração européia. No sistema de transporte, presenciamos a expansão das ferrovias em substituição às tropas de mulas. No interior paulista, regiões como Campinas e Mogi-Mirim conservam-se eminentemente rurais, enquanto observa-se um movimento ritmado de transformações que promovem, neste universo rural, o crescimento do número de roceiros e pequenos proprietários, surgidos da subdivisão das grandes fazendas em unidades agrárias menores.

Estas novas formas de ocupação vão dando lugar a bairros rurais, ou ainda, a núcleos rurais, devendo-se considerar que uma fazenda, com uma única sede e até mesmo um rancho, apenas para o fazendeiro, poderia configurar-se também como um bairro rural. No caso do bairro rural que deu origem na atualidade a Jaguariúna, vemos um movimento específico. As características que o definem como instância administrativa escapam aos moldes urbanísticos de tradição portuguesa (arraial, freguesia, vila).



*O coronel Amâncio Bueno, ao lotear parte de suas terras, dava uma configuração imobiliária ao bairro rural que deu origem à Vila Bueno.*

Na década de 1880, impulsionado pela prosperidade da agricultura cafeeira na região e pela presença da ferrovia, um fazendeiro – o coronel Amâncio Bueno – resolve lotear uma de suas quatro fazendas (Fazenda Florianópolis), construindo inicialmente 11 casas, doando um terreno central para erguer uma igreja (atual Matriz de Santa Maria, localizada hoje no centro de Jaguariúna) e estabelecendo um reticulado de ruas orientado pela estação ferroviária.

Ao doar o terreno para a formação da Praça da Matriz e construir a igreja as suas expensas, Amâncio Bueno lança mão de uma prática, comum entre muitos fazendeiros da época: a de formar um “patrimônio”, que se define pelo nascimento de um núcleo urbano a partir da doação, por um particular, de uma gleba de terras, podendo incluir casas ou outros bens, os quais seriam doados à Igreja, recebendo o nome de um santo padroeiro. Amâncio não seguiu plenamente

o modelo, pois, como veremos mais adiante, neste capítulo, a doação que ele fez foi somente da área que sedia a Igreja de Santa Maria. O patrimônio preconiza uma nova estruturação de núcleo urbano em meio às fazendas, um espaço urbano planejado e orientado pelas demandas da ferrovia

e do complexo cafeeicultor. Sob a alcinha de Vila Bueno, o loteamento lançado por Amâncio Bueno fez-se amplamente divulgado e propagandeado pelos periódicos de Mogi-Mirim, apresentando-se “a próspera Vila Bueno” como uma excelente oportunidade imobiliária.

## PRIMEIRA PLANTA URBANA



*O engenheiro da Mogiana, Guilherme Giesbrecht, autor da primeira planta urbana de Jaguariúna.*

Ao se definir pela iniciativa de construir um empreendimento imobiliário em parte de suas terras, Amâncio Bueno contratou um profissional especializado para projetar a

futura cidade. Recorreu ao engenheiro Guilherme Giesbrecht, vinculado à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, para realizar o levantamento topográfico e desenhar o traçado da

primeira planta urbana da Vila Bueno. Segundo Ralph Giesbrecht, bisneto de Guilherme Giesbrecht, este engenheiro de origem alemã (nascido em Königsberg, em 22 de março de 1866) chega ao Brasil em 1888, segue inicialmente para Minas Gerais e casa-se com Maria Margarida Menezes Aguillar, com quem tem oito filhos. Em seu extenso currículo, destacam-se os serviços prestados a diversas companhias de estradas de ferro, em especial a Companhia Mogiana, da qual chegou a ser diretor e em diferentes pontos do território

nacional, entre elas as companhias Minas—Rio, Três Corações—Varginha, Estrada de Ferro Bahia—Minas e Itabira—Diamantina, fixando residência em Minas Gerais. Nesta área, chega a ser prefeito de Figueira do Rio Doce (atual Governador Valadares, um dos mais importantes municípios de Minas Gerais) e reconhecido como um de seus fundadores. Em função da grande preocupação com a preservação do meio ambiente, manifesta-se diversas vezes em prol de causas locais e acaba por ser considerado o primeiro ecólogo do Vale do Rio Doce.



*Giesbrecht e sua família, estabelecida na cidade mineira de Figueira do Rio Doce, atual Governador Valadares.*



*Guilherme Giesbrecht era alemão e chegou ao Brasil em 1888.*



*O engenheiro alemão, Giesbrecht (à esq. ao centro), tinha grande preocupação com a preservação do meio ambiente e foi considerado o primeiro ecólogo do Vale do Rio Doce.*

Locação da via dupla entre Resaca e nas proximidades

1894/1895 - Projeto e construção da vila Bueno na estação de Jaguari (C. São Paulo). Traçado e locação de ruas, construção da Igreja matriz e de outras casas particulares de moradia. Nos estudos da C. St. Paulo Nova a Mariana.

1895/1898 - Engenheiro residente na comarca de Bahia e Minas, Amoris e Theófilo Otoni. Locação da Secretaria da Agricultura.

1899/1905 - Agente na comarca de Itamar e Theófilo Otoni, serviços nos municípios de Itamar, Otoni e Itabira.

1906 - Serviço em C. St. Bahia e Minas por parte do governador.

1907/1910 - C. St. Brasil. Comissário técnico, no reconhecimento de terras (Bahia e Minas, Minas) terras no município de Itabira e Itabira para a Cia. Ferroviária, para a Cia. Ferroviária e para a Cia. Ferroviária. Foi feito em várias ocasiões, resultando numa grande economia de terras e consequentemente do traçado.

Relatório dos serviços prestados no país pelo engenheiro, Guilherme Giesbrecht, de 1888 a 1947.

Giesbrecht dedicou-se por quatro anos à Companhia Mogiana, trabalhando na "Estação de Jaguari", seguindo depois (de 1895 a 1898) como engenheiro-residente para a construção do trecho Aimorés—Teófilo Otoni. Em 1906, Giesbrecht retorna à ferrovia na condição de diretor.

Em função da importância assumida pela ferrovia — cujos traçados alteram as paisagens urbanas e rurais — na vida econômica do país e, em especial, na medida em que esta se associa às expectativas dos fazendeiros (que vêem no trem a própria configuração do "progresso"), torna-se usual que os funcionários habilitados das companhias férreas atuem na elaboração de planos urbanos. Estes profissionais articulavam os novos loteamentos à dinâmica e às necessidades da ferrovia e do complexo cafeeiro.

Neste caso, é importante considerar que a fundação de boa parte das cidades paulistas, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, requer uma compreensão maior sobre o momento vivido pelo país, em especial no estado de São Paulo, onde, conforme nos alerta a historiadora Mirza Pellicciotta<sup>1</sup>, a economia cafeeira consolida uma associação bem resolvida entre a produção agrícola e os interesses de mer-

cado. Segundo Pellicciotta, "a expansão das lavouras cafeeiras coincidiria, neste sentido, com a adoção em termos mais abrangentes de uma outra finalidade produtiva: o atendimento de uma demanda globalizada de mercado, estendendo-se as plantações nas mais variadas direções e sobre áreas as mais diversas"<sup>2</sup>.

Apesar de os trilhos da Companhia Mogiana terem sido instalados às margens do Rio Jaguari no ano de 1875, o encontro entre Amâncio Bueno e Guilherme Giesbrecht, provavelmente, deu-se mais tarde, por volta de 1894, momento em que o grande fazendeiro alia ao papel estratégico incorporado pela estrada de ferro a oportunidade de valorizar suas terras, seus negócios e lucros.

De herança para Jaguariúna, o jovem engenheiro alemão deixaria o esboço de uma planta urbana, os primeiros elementos de sua fisionomia, as primeiras edificações da Companhia Mogiana (Estação de Jaguari, conservada nos dias atuais) e um nome de origem germânica, Berlim, que teria influenciado um bairro e uma das praças da cidade. Uma das características do projeto de Giesbrecht seria o reticulado das ruas orientadas pela instalação da estação e pela definição de uma praça ampla, em estilo hispânico de colonização.



## IGREJA MATRIZ

De acordo com a análise de documentos, o coronel idealizou e começou a pôr em prática seu plano de criar a cidade antes mesmo de ter em mãos o projeto urbanístico. Assim é que o início da construção da Igreja de Santa Maria deu-se em 1889, cinco anos antes da realização da planta por Giesbrecht (1894). Estes dados sinalizam, novamente, para a associação de oportunidades estabelecida entre o fazendeiro abastado, a prosperidade das roças de café e a expansão das ferrovias. Como afirma Odilon Nogueira de Mattos<sup>3</sup>:

O café, na sua “marcha”, ou no seu “roteiro”, marcaria a fisionomia paulista. Na sua itinerância, cansaria terras, abandonaria regiões, mataria cidades. Faria conjugar verbos no passado, como lembrou Monteiro Lobato em sua deliciosa crônica sobre as “cidades mortas”, as cidades que viviam do café e que morreram quando ele, na sua trajetória, procurou outras regiões. Mas, por outro lado, povoaria regiões novas, abriria zonas pioneiras, plantaria um rol de cidades vivas, que durante muito tempo iriam viver do café, e as quais, quando ele as abandonou, sempre na sua itinerância, procurariam outros embasamentos econômicos, e às vezes de tal maneira que, visitando-as hoje, nem nos lembramos de que ali, um dia, existiu café.

108

O trem trouxe a transformação da paisagem até então tomada essencialmente pela produção agrícola e pela criação. Aos poucos, as imediações da pequena Estação de Jaguari foram recebendo casas de funcionários da Companhia Mogiana, os primeiros comerciantes e uma nova di-

nâmica de vida que, em pouco tempo, projetou-a como vila. Neste cenário, o episódio de inauguração da Igreja de Santa Maria merece um capítulo à parte, indispensável para a compreensão da origem de Jaguariúna e, numa perspectiva mais ampla, para o entendimento da lógica do complexo cafeeiro. Segundo um anúncio publicado no periódico *Correio do Amparo*, em edição de 8 de janeiro de 1895, os dias 12 e 13 daquele mês seriam marcados por uma rica programação cultural, capaz de envolver moradores das cidades de Campinas, Amparo e Mogi-Mirim. No mesmo periódico, na edição de 15 de janeiro, encontramos uma cobertura da inauguração da “Egreja de Santa Maria da Villa Bueno – Estação de Jaguary”, produzida pela Comissão de Festejos, que afirma:

[...] Todo o largo da egreja e suas imediações estavam enfeitadas de bambus e bandeirinhas formando extensas ruas, desde a estação, sendo grande o concurso de povo que alli se achava tornando por isso mais imponentes as festividades. [...] Na residência do sr. Coronel Amâncio Bueno esteve também muita gente, deixando muitos convidados de ir tomar parte no seu banquete em consequência da muita chuva, apesar mesmo do sr. Coronel ter carro à disposição de seus convidados e amigos. Durante as festas correram trens especiaes entre Amparo, Campinas e Mogymirim, conduzindo sempre crescido numero e convidados, alem de muito povo ido nos trens da carreira. No entanto, apesar do tempo não dar logar a que se gosassem todos os preparativos da festa são merecedores de encômios não só o illustre fundador da Villa Bueno, o benemérito coronel Amâncio Bueno como todos os cavalheiros que formavam a comissão de festejos pelo desempenho que deram a importante missão de que se encarregaram.

**FESTAS**  
DA  
**INAUGURAÇÃO DA EGREJA DE SANTA MARIA**  
DA  
**VILLA BUENO**  
Estação de Jaguary

Terão lugar nos dias 12 e 13 do corrente mto., observando o seguinte

**PROGRAMMA**

**DIA 12**

Começa a solemnidade ás 5 horas da tarde. Será benção da imagem de Santa Maria, padroeira, e levada procionalmente ao largo da Estação para a nova igreja, tocando nesta occasião a banda de musica Roriz, de Campinas. Segue-se a benção solenne da nova igreja de Santa Maria, fundada a expensas do benemerito sr. Amancio Bueno.

Faz-se a benção, em virtude da Provisão diocesana, o recado do sr. conego João Evangelista da Silva Braga, vigario da parochia de Mogy-mirim, com assistencia de outros distintos sacerdotes, tocando nesta occasião a mesma banda Roriz e em seguida pregão do sr. irmão o revd. conego Braga. Cantar-se-ha a ladainha de Nossa Senhora, fazendo-se ouvir durante este acto a orchestra do eximio maestro Sant'Anna Gomes, dirigida pelo sr. Azarias de Medeiros.

A's 6 1/2 h. haverá leilão de prendas ao largo da nova igreja em beneficio da mesma.

**DIA 13**

Alvorada ás 4 1/2, com batenas de 21 tiros, tocando a mesma banda Roriz.

A's 7 horas, missa rezada e communhão dos devotos.

Das 8 1/2 ás 9 horas da manhã, baptisados.

A's 10 1/2 horas haverá missa cantada a grande orchestra pelo revd. vigario da parochia, celytado pelos revds. padres Alexandrino F. do Rego Barros e Fernando Capelli.

Ao Evangelho pregará o sermão solemne o districto ora segredo conego João Baptista Cordeira Nery.

Leilão em seguida da missa cantada.

Das 1 1/2 ás 2 1/2 haverá baptisados.

**A TARDE**

A's 3 horas terá lugar a procissão solemne. Ao recolher-se esta se entoará «Te-Deum laudamus» a grande orchestra em acção de graças, pela offerta da igreja de Santa Maria da Villa Bueno, subindo á tribuna o revd. vigario da parochia de Mogy-mirim.

Haverá espectáculo de uma companhia equestre e outros divertimentos populares. Trina especial para Campinas e Amato haverá á meia noite nos dias 12 e 13, e para Mogy-mirim no dia 13 as mesmas horas.

Para maior bilitamento da procissão, a comissão especial concorrência do maior numero de virgens e anjos possível. Estação de Jaguary, Janeiro de 1895.

A COMISSÃO DOS FESTEJOS.

*Anúncio dos festejos para a inauguração da Igreja de Santa Maria, publicada no jornal Correio do Amparo, em 8 de janeiro de 1895.*



*Igreja de Santa Maria, construída nos últimos anos do século XIX, marco da organização do bairro rural, Vila Bueno, que mais tarde, em 1896, deu origem ao distrito de Jaguari.*

Construída em estilo arquitetônico eclético com elementos gótico-bizantinos, a Igreja de Santa Maria foi elevada à condição de matriz em 19 de fevereiro de 1902, momento em que é criada a “Paróquia de Jaguary”, sob evocação de Santa Maria. Ainda hoje, a Matriz é ponto de convergência da comunidade, mantendo-se instalada no quadrilátero de maior movimentação do centro da cidade, rodeada por prédios públicos, praça bancária, comércio e estabelecimentos de serviços.

O nome Vila Bueno permaneceria presente até 5 de agosto de 1896, ocasião em que, pelo Decreto Lei nº 433, o pequeno lugarejo seria elevado a distrito de paz de Mogy-Mirim e batizado de “Jaguary”, o mesmo nome da estação ferroviária.

## FAMÍLIAS NO COTIDIANO DO DISTRITO

Fato marcante na formação da Vila Bueno – denominação informal atribuída pelo coronel Amâncio Bueno ao empreendimento imobiliário que organizou em terras de suas propriedades – é a participação de moradores nas diversas esferas de construção das dinâmicas urbanas, numa demonstração clara de exercícios de socialização, cidadania e enraizamento. E, neste aspecto, o que se observa após análise em antigos periódicos é que os moradores do início do século XX do distrito

de Jaguari são representantes das primeiras gerações de filhos de imigrantes, dentre os quais se destacam os italianos, portugueses, espanhóis e sírios-libaneses.

Estes antigos moradores, de sobrenome Masotti, Pires, Chiavegatto, Munaretti, Vianna, Poltronieri, Caravella, Frachetta, Pezzi e tantos outros, estavam no cartório, na subdelegacia de Polícia eram fiscais municipais, ou estavam no comércio, no ensino e nos ofícios.



Capitão Ulysses Masotti, escrivão de paz e tabelião no distrito de Jaguari.

## LEI N.º 633 — DE 5 DE AGOSTO DE 1896

*Cria no município de Mogy-mirim um distrito de paz no bairro do Jaguary.*

O doutor Manoel Ferraz de Campos Salles, Presidente do Estado de S. Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou, e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º Fica criado, no município e comarca de Mogy-mirim, um distrito de paz no bairro do Jaguary, com sede na povoação do mesmo nome.

Artigo 2.º As divisas começarão na ponte do rio Jaguary e, seguindo pela estrada de Mogy-mirim até o rio Camandocaia e por este acima até o Camandocaia-mirim, por este acima até o corrego que divide a fazenda da Barra com a Varginha, e subindo por este até encontrar a divisa entre Mogy-mirim e Amparo, irão por ella até o rio Jaguary, e, descendo por este, irão até á ponte onde tiveram principio.

Artigo 3.º Revogam--e as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim a faça executar.  
Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 5 de Agosto de 1896.

M. FERRAZ DE CAMPOS SALLES.

A. DINO BUENO.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, em 5 de Agosto de 1896.—O director geral, *Huaro de Toledo*.

*Trecho do documento publicado em Actos do Poder Legislativo pela Secretaria de Estado dos Negócios do interior, 1896.*

A seguir relacionamos alguns nomes de moradores do distrito de Jaguari e suas ocupações no então Distrito de Paz da Comarca e Município de Mogy Mirim “criado pela Lei nº 433 de 5 de agosto de 1896”:

Escrivão de paz e tabelião – Capitão Ulysses Masotti.  
Substituto – Hermínio Jose Masotti

Juízes de paz – 1 Luiz Guaraldo  
2 Joaquim Pires  
3 Fortunato Chiavegatto

Subdelegado de Polícia – Alexandre Munaretti

Suplentes de delegado – Antenor Barreto da Silva, Joaquim Pires de Camargo e Antonio Michelini

Subprefeito – Francisco Vianna

Fiscal municipal – Lucilo Poltronieri

Pároco – Padre Antonio Caravella

Professores – dona Dulce Hermeni Leite, dona Ondina Scherek, sr. Vicente Bueno e sr. Eduardo Silva.

Alfaiatarias – Luiz Guaraldo e Hugo Masotti

Lojas de fazendas e armazéns – Jorge Cury, Felipe Salomão, Alberto Mertieri, Gabriel Sayad, Alberto Bergamino, Osório de Lima & Cia., Fortunato Chiavegatto & Irmão e Victorio Rizzoni.

Registro no Cartório Civil de Jaguari no ano de 1916 – Nascimentos 448  
Casamentos 73  
Óbitos 138

*Texto de recorte de periódico não identificado.*

Acervo: Fazenda Santa Úrsula



*Coronel Amâncio Bueno estudou medicina na França, mas apresentava-se como agricultor; dividia sua rotina entre as fazendas que administrava em Jaguari e uma residência em Campinas.*

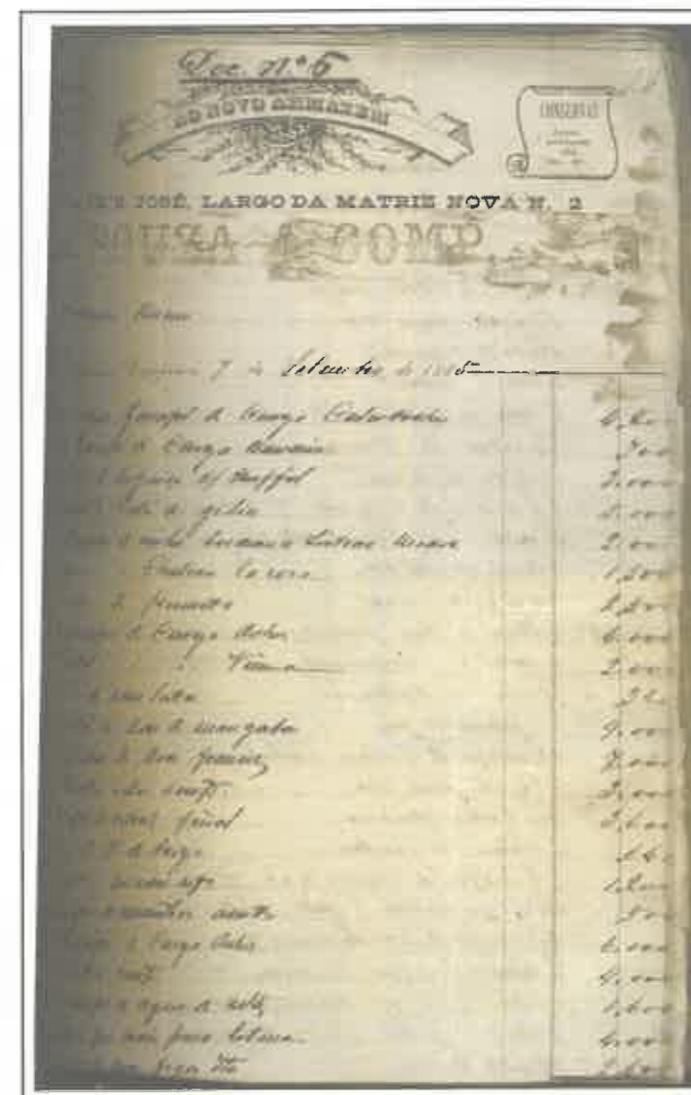
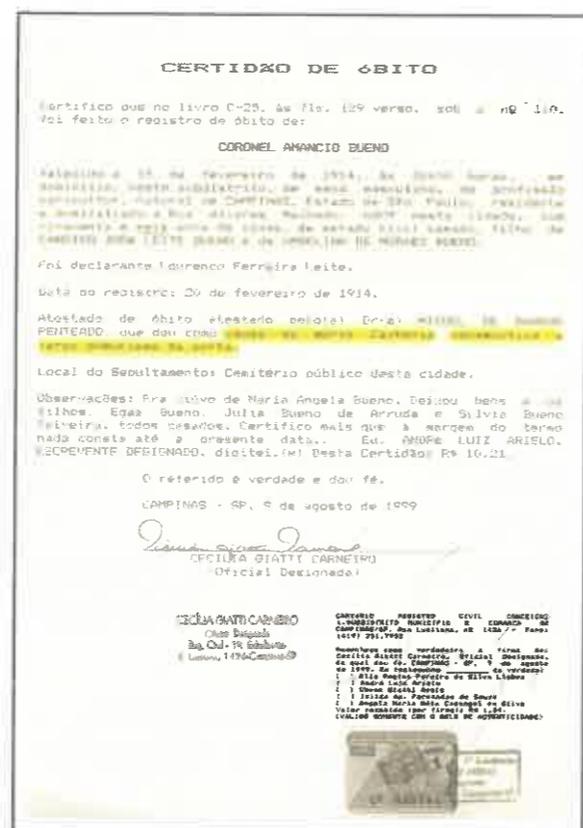
## CORONEL AMÂNCIO BUENO

Desde o século XVIII, a região em que, atualmente, situa-se Jaguariúna manteve vínculos econômicos com a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso, depois Vila de São Carlos (atual Campinas), muito embora pertencesse ao “Termo de Mogy Mirim”. Rezava a etiqueta da época que fazendeiro que se prezasse tinha de ter, obrigatoriamente, uma boa residência em Cam-

pinas. Amâncio Bueno não fugia a esta regra. Sua rotina dividia-se entre as quatro fazendas que administrava em Jaguari e as constantes estadas em Campinas, onde mantinha uma casa na Rua Álvaro Machado, nº 9.

O personagem Amâncio Bueno é polêmico: para uns, é pura lenda, para outros, um homem ousado, irreverente e autoritário. O coronel que decide retalhar, no final do século

XIX, sua propriedade em lotes, doar um terreno à Igreja e se afirmar republicano (com direito a manter uma relação de estreita amizade com Floriano Peixoto), manteve em segredo uma vida privada agitada: relacionamentos com sete mulheres e um total de 23 filhos. Com a ajuda de diversos depoimentos de descendentes de segunda e terceira gerações, identificamos aspectos interessantes desta trajetória; neste sentido, engana-se quem deduzir que Amâncio usufruiu de longevidade para protagonizar uma vida repleta de romances, pois, aos seus maduros 53 anos, na noite de 19 de fevereiro de 1914, ali por volta das 20 horas, falecia o coronel de Jaguari, vítima de uma “cachexia consecutiva a largo aneurisma da aorta”, conforme atestado de óbito assinado pelo médico Miguel de Barros Penteadado. O coronel, segundo relato de uma de suas netas, faleceu nos braços de uma de suas queridas mulheres, na casa que mantinha em Campinas.



Documento manuscrito que integra o acervo do Arquivo do Centro de Memória - UNICAMP

Várias passagens sobre as quais unanidade, são-lhe concedidos registros sobre a personalidade vaidosa, marcada pelos grandes luxos, roupas bem talhadas e muitos amores.



*Amâncio Bueno  
teve seis irmãos.*



*Joaquim Bueno.*



*Alfredo de Moraes Bueno.*



*Júlia Bueno do Amaral.*

Amâncio Bueno teve mais seis irmãos: Maria Ângela de Moraes Aranha, Júlia Bueno do Amaral, Alfredo de Moraes Bueno, Joaquim Bueno, Adelaine e Amâncio, estes dois últimos falecidos ainda menores. A despeito de ter ventilado, sobre sua vida, a informação de quase ter-se formado em Medicina, na Europa, Amâncio Bueno apresentava-se socialmente como agricultor. Segundo testemunhos de descendentes, os estudos de

medicina na Universidade de Sourbonne (Paris) teriam sido interrompidos em 1878 com o falecimento do pai e o chamamento da mãe para auxiliar na condução dos negócios da família. No entanto, esta passagem também esconde segredos.

Diz-nos uma de suas netas que a família organizou uma festa para receber o “quase-médico”; a casa estava toda enfeitada e cheia de convidados e parentes, a comida farta e bem-feita

começava a ser servida e, é claro, o assunto nas rodas de convivas girava sobre as experiências de Amâncio em Paris, sua carreira de médico e seu futuro. No entanto, em determinado momento, não suportando mais a pressão da situação enganosa, Amâncio chamou a mãe, dona Umbelina, em reservado e confidenciou-lhe que, na verdade, apesar de ter-se mantido fora às custas de pesado investimento da família, seu desempenho fora

insatisfatório e, como forma de recompensa, propunha-se a dedicar fielmente seu tempo aos interesses da família, assumindo as responsabilidades das propriedades, plantio, escravos e novos investimentos. Daí em diante, observa-se de fato a imersão de Amâncio Bueno na vida cotidiana da família, tendo ele resolvido, no mesmo ano, sua situação de moço solteiro através do casamento com dona Maria Ângela Teixeira.



*A mulher do coronel Amâncio Bueno, dona Maria Ângela Teixeira; o único casamento do fazendeiro durou seis anos.*

## UM CASAMENTO E MUITOS AMORES

Casado oficialmente uma única vez, com dona Maria Ângela, filha de Antônio de Moraes Teixeira e Elisa da Costa Camargo, Amâncio Bueno foi pai de três filhos, por assim dizer legítimos: Sylvia, Júlia e Egas. No entanto, sua vida de muitos casos amorosos ofereceu-lhe vários herdeiros, mencionados em seu testamento como legatários de sua fortuna.

Dona Maria Ângela faleceu muito jovem, no dia 30 de janeiro de 1879, em Campinas, após seis anos de casamento; sua figura aparece muito suave na vida de Amâncio Bueno. De

educação refinada, mas com saúde frágil, a primeira mulher do coronel do Jaguari teria vivido a maior parte do tempo na Fazenda Saint-Claude, em terras de Mogi-Mirim. Em contrapartida, dentre as demais mulheres que compartilharam da vida íntima de Amâncio Bueno – numa espécie de modelo conjugal poligâmico –, encontramos figuras femininas de forte personalidade, como a italiana dona Hermelinda Romanini, segundo relatos, com quem teve dez filhos – Plínio, Alberico, Almerindo, Silvio, Cândido, Floriano, Amâncio, Edmur, Anita e Alice. Em 2002, a única filha viva do coronel, dona Alice Bueno Fanucchi (nascida em 20/6/1900, já com seus 102 anos) residia, com sua filha Diva, em Paulínia.



*Dona Hermelinda Romanini, uma das mulheres de Amâncio Bueno, seria de origem italiana, conforme relatos de familiares; de personalidade forte, teve dez filhos com o coronel.*

Dona Alice, apesar da idade avançada, movimentava-se sozinha e mantinha-se elegante, muito embora apresentasse perda de memória, situação que não a impediu de comover-se diante de uma fotografia de Amâncio Bueno. Emocionada, ela disse: “Meu pai! Bonitão, não?”

Em março de 2004, dona Alice faleceu, aos 104 anos. Entre as lembranças de dona Alice e de sua filha Diva, neta do coronel, encontramos muitas histórias, como, por exemplo, a respeito de quando dona Alice conheceu o marido, Serafino Fanucci, em uma de suas idas ao

açougue em que a família costumava comprar, na Rua Campos Sales (atual Avenida Campos Sales), no centro de Campinas. Moça bonita e de boa educação, dona Alice conheceu Serafino, que, após alguns dias, procurou-a para iniciar o namoro. As recordações envolvendo a personalidade da vovó Hermelinda, ou Linda, como a chamavam, por sua vez, enchem-nas de imaginação, fantasias, orgulho e alegrias. Em uma dessas narrativas, dona Alice exaltaria sua tenacidade e coragem ao ser capaz de pegar em armas e enfrentar um batalhão para defender sua família.



*A filha do coronel Amâncio Bueno, Dona Alice Bueno Fanucchi, que faleceu, aos 104 anos, em 2004.*



*Dona Hermelinda (sentada) ao lado de seus filhos, no casarão onde morou em Jaguari, na Rua Alfredo Engler. No destaque, a filha Alice.*

Conforme relato da neta do coronel, Ermelinda, conhecida como dona Beth, foi assim que um dia, na Fazenda Florianópolis (atual Serrinha), Hermelinda, uma das mulheres do coronel, amanheceu com um pressentimento ruim depois de ter-se lembrado que havia sonhado com Maria Ângela, a primeira mulher de Amâncio Bueno. No sonho, a finada teria lhe dado um funesto aviso: “[...] que todos iam morrer na fazenda”. A lembrança da mensagem não custou a atormentá-la, passando a escutar mo-

vimentação de estranhos pela propriedade. Contou Hermelinda que, atenta a qualquer mudança, avistou homens desconhecidos caminhando pelas terras, como se estivessem esgueirando-se, escondendo algo; coisa boa não podia ser... Assustada, Hermelinda não teve dúvidas: sacou a carabina e atirou, mas apenas para assustar os invasores. Mesmo assim, preocupada com a segurança dos filhos e estando o coronel quase sempre ausente – das suas constantes andanças pela região em função de reuniões políticas,

da administração dos negócios ou das variadas opções de pousos –, Hermelinda sentiu que precisava tomar, ela mesma, providências para proteger sua família. No dia seguinte, armou-se, pegou um cavalo e dirigiu-se à vila. Acompanhada apenas pelo cachorro de nome Cronge, a italiana adentrou o vilarejo e começou a esbravejar para que todos a ouvissem. Dizia, do alto da montaria, que os intrusos que a visitaram no dia anterior não se atrevessem a perturbar novamente o sossego de sua família; caso alguém resolvesse cruzar as fronteiras da fazenda, poderia não sair mais de lá com vida. “Se alguém aparecer para pôr em risco a minha

família, vai pagar um alto preço. Vou botar uma carabina na mão de cada um dos meus filhos”, sentenciou dona Hermelinda. O recado estava dado. Em poucos instantes, a vila toda sabia que a italiana não estava para brincadeiras e quem quer que tivesse ido à fazenda do coronel deveria pensar muito bem antes de botar os pés por lá de novo. A reação de Hermelinda fora motivada, ainda, pela descoberta de uma bomba na fazenda, muito próxima à sede da propriedade. Felizmente, a tragédia fora evitada por sua interferência, e guardada a memória, com orgulho e carinho, por uma das netas do coronel, dona Beth.



*Em passeio com familiares, dona Hermelinda demarca a presença forte lembrada nos relatos dos netos.*



*No casarão, no centro de Jaguariúna, moraram por muitos anos dona Hermelinda e seus filhos; o prédio encontra-se restaurado e nele funciona uma pousada que oferece registros de memórias da cidade, como fotografias, aquarelas e objetos antigos.*

Com a transmissão de lembranças como estas, dona Hermelinda Romanini, segundo relatos de parentes, vinda da Itália aos 2 anos, perpetuou sua imagem entre os filhos, netos e bisnetos, e deixou-lhes como certeza o seu amor incondicional por Amâncio Bueno. Em outubro de 1939, dona Hermelinda faleceu em São Paulo, na casa da filha Anita.

Sobre a convivência deste ramo da família nas dependências da Fazenda Florianópolis, não encontramos informações precisas. No entanto, vários relatos de descendentes de

outras mulheres com quem Amâncio manteve romances, nos dão conta de que elas também moraram na Fazenda Florianópolis. De acordo com seu testamento, assinado em 1912, portanto dois anos antes de sua morte, o coronel Amâncio Bueno doara em 11 de outubro de 1905: “uma casa com duas portas, seis janellas, de frente, em Villa Bueno”; descrição, aparentemente, do prédio ocupado pelo Espaço Vila Bueno, uma das únicas edificações do século XIX existentes na cidade e restaurada, em 2002, pela iniciativa privada.

CORONEL, UM POLÍTICO  
REPUBLICANO

Filiado ao Partido Republicano, Amâncio Bueno deixava claro seu interesse pela vida e pelo poder político. Suas andanças pela região de Campinas, Jaguari e Mogi-Mirim, ou ainda por São Paulo, a fim de participar de reuniões políticas, faziam parte de seu expediente diário. A admiração por Floriano Peixoto, neste caso, revelar-se-ia tamanha que Amâncio batizou um de seus filhos com dona Hermelinda com o nome do marechal que presidiu a Velha República de 1891 a 1894, além de dar seu nome a uma das ruas da Vila Bueno.

Acreditamos que o sentimento suscitado pelo legado deixado pelo coronel, na memória de seus descendentes, é de orgulho, em especial devido aos visíveis laços e vínculos que estabeleceu com pessoas de destaque na sociedade da época. Assim, no repertório de lembranças de seus netos e bisnetos, aparecem com frequência a amizade estreita com Floriano Peixoto, o seu parentesco com o ex-presidente da República, Campos Salles (primo-irmão), ou, ainda, com sua prima, a baronesa de Ataliba Nogueira.

<sup>1</sup> Mirza Pellicciotta, *Os sertões do Paranapanema: estudos bibliográficos acerca da ocupação colonial e pós-colonial da área Taquaraçu-Sumaré/SP*. Campinas, 2004 (não publicado).

<sup>2</sup> Idem, op. cit., p. 26-27.

<sup>3</sup> Odilon Nogueira Matos, *Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas, SP: Pontes,

Reprodução de página do documento-testamento do coronel.

Fonte: Arquivo Público do Centro de Memória - UNICAMP

Eu, o Coronel Amâncio Bueno, arbando-me atestado, por em um meu perfeito juizo e entendimento, mehi fazer o meu testamento e disposições de ultima vontade, como segue. Sou natural e residente nesta cidade de Campinas, filho legitimo de Cavido Jose Lito Bueno e de Dona Umbelina de Moraes Bueno, ambos ja fallecidos. Fui casado em minhas nupcias com Dona Maria Argula Bueno, fallecida ha muitos annos, tendo tido desde esse casamento os seguintes filhos: Egas Bueno, Dona Julia Bueno de Aranda, casada com Walfredo de Aranda e Dona Sylvia Bueno Teixeira, casada com Amador Bieudo Teixeira. Por morte de minha mulher fui a inventario e partilha a seus bens os bens existentes, como consta do quanto cartorio desta cidade. Em religião, sou Catholico. Declaro que fiz doações em favor de legitima as seguintes filhas, Donas Julia e Sylvia, de quantia de vinte e quatro centos de reis, que seus casais me deram por uma letra que lhes entreguei. Para todos os effectos de direito ratifico as doações que fiz ao meu filho Amâncio, filho de Honre Liberto Romarim de uma casa com duas portas e seis janellas de frente, em Villa Bueno conforme carta de insinuacao passada pelo juizo de Mogi Mirim, cartorio do Sr. Juiz Francisco Pinheiro de Alhoá Cintra, em 11 de Outubro de 1905; aos meus filhos - Amâncio - Albeiro - Sylvia - Amirinda - Alin e Amâncio de um outro pedço e terreno, tambem em Villa Bueno, conforme carta de insinuacão

# Cidade

## Lembranças de Jaguari

E do que poderia ser feita a memória de um lugar senão de um cenário construído pelas lembranças, povoadas estas de imagens e histórias vividas pelas pessoas? Os fragmentos dessas lembranças de homens e mulheres, imigrantes, migrantes, fazendeiros, trabalhadores do campo ou da cidade são como peças que, uma a uma, vão se encaixando na descoberta do cotidiano de experiências vivenciadas ou, ainda, vividas no espaço de uma cidade.

Dentre as lembranças, uma grande porção é feita de saudade. Há quem sinta saudades disso ou daquilo – do silêncio ou dos barulhos, das alegrias ou dos lamentos, de pessoas ou de paisagens, como já relatava o próprio escritor Lauro Navarro<sup>1</sup> ao relembrar a vida cotidiana na Vila Bueno:

Acabou o barulho das manobras nos engates de vagões no pátio da Estação. Já não se ouve o estridente e prolongado sibilo do maquinista Baitaca anunciando a chegada do trem. Calou-se a voz de comando de Carlos Gobbi, na sua carroça, distribuindo encomendas. Cessou o grito da bigorna nas rápidas batidas de três marretas ao comando de Humberto Mantovani. Desapareceu a troteada da carrocinha do Matiusso recolhendo lixo. Silenciaram, no infinito espaço, as baladas da Ave-Maria pelas mãos do sinero Chilo. Não mais se vê o Zé Antônio em algazarra pelas esquinas. Acabaram-se as bravatas dos Congos. Emudeceu o tropel das mulas, britando o pedregulho das ruas [...].

Seja a saudade uma lembrança do sossego dos rios ou do barulho das manobras de vagões no pátio da estação, da lentidão das carroças fazendo as entregas de encomendas ou do ronco acelerado dos primeiros carros, não importa... Prevalece a multiplicidade das experiências vividas, e é por meio dela que encontramos o sentido da construção de uma cidade. Muitas

seriam as vozes, as saudades e as inspirações, se convocados fossem todos os que fazem parte da história de Jaguari. Nesta obra, reunimos relatos de vida de antigos moradores<sup>2</sup>, pertencentes à faixa etária de 70-80 anos, protagonistas deste grande mosaico de histórias que, ao ser devidamente articulado, poderá configurar o tempo e o espaço dinâmicos de uma cidade.



*Paisagem urbana de Jaguari na década de 1940.*

## [DE] QUE COR É TEU VESTIDO?

**Dona Zenaide\***  
Clotilde Fraquetta Chiavegato

Sabe onde tem o bar do Mário [Rua Alfredo Engler], lá embaixo, nasci naquela casa... onde tem o bar do Mário? Brincava bastante, a gente brincava, às vezes de esconde-esconde, de pega, no quintal. Tinha sete irmãs e um irmão. Meu irmão morreu com 21 anos. Eu tinha umas irmãs mais velhas do que eu e, elas, faziam doces pra vender, às vezes num barzinho. Meu pai morreu na Itália. Ele foi pra Itália visitar os irmãos dele e lá deu um derrame, e ele morreu...

Meu nome é Clotilde Fraquetta Chiavegato, mas como o meu pai queria Clotilde e minha mãe queria Zenaide, e as minhas irmãs começaram a me chamar de Zenaide, ficou por Zenaide. Meu nome verdadeiro é Clotilde. Minha mãe é Maria Lúpia Fraquetta e meu pai, Tranquilo Fraquetta.

Temas

Rua Alfredo Engler, cinema e bailes, Festa de São Sebastião.

A Rua Alfredo Engler, no passado, já foi chamada de Floriano Peixoto; este foi o seu primeiro nome. Mais tarde é que ganhou o nome de Alfredo Engler, numa homenagem a um farmacêutico, nascido em Itu, em 1851, filho de um austríaco naturalista, Carl Engler e de Gertrudes Teixeira Engler. Alfredo Engler viveu em Pedreira, onde chegou a exercer medicina realizando pequenas cirurgias e atendendo aos chamados de fazendeiros e outros moradores. Ele faleceu em sua Fazenda Pombal, em Nova Odessa, em 1899. No Museu Histórico e da Porcelana de Pedreira encontra-se parte do acervo e da biografia de Alfredo Engler.

## SE ESSA RUA, SE ESSA RUA...

A rua, Alfredo Engler, tinha o bar da minha mãe, tinha duas padarias, tinha mais um, como um bar na esquina, que era do Jorge Cury. A gente ia na missa, não era missa, era terço, ia no terço, enchia de moço e moça. Depois saía e ia passear na Rua Alfredo Engler, ia e voltava, ia e voltava... até quase dez horas da noite. E quando tinha o cinema, ia no cinema.

O cinema era mudo... tinham dois, os dois eram mudos. Quando era [filme] triste, tocava [era acompanhado por] aquelas valsas tristes; quando era [filme] alegre, tocava... sabe como era, né? Lotava!

Tinha também um salão de baile... era um salão grande e sempre tinha baile. Quando tinha baile grande vinha o jazz de Campinas, senão era com sanfona. Ah, que saudade da sanfona!



Ângulo atual da Rua Alfredo Engler,  
antiga Floriano Peixoto, com seus casarões.

## O CASAMENTO DE DONA CLOTILDE

Nós brincávamos de pega, de roda, todo mundo junto. Ele [o marido] era filho da minha madrinha. O pai dele [do marido] e a mãe dele eram meus padrinhos de batismo. [No casamento de dona Zenaide, em 1938] teve baile, veio um jazz de Campinas tocar. Foi bom! Tinha bastante gente, convidei bastante gente, tudo conhecido... Tive cinco filhos: Tarcísio, o mais velho, José Roberto, Adilson, José Alfredo e José Antônio. Quando eu casei, fiquei seis anos com a minha sogra e, depois, meu sogro fez esta casa [na Rua Cândido Bueno] e eu vim pra cá. Nem sei o ano...

## AS FESTAS RELIGIOSAS DE JAGUARI

Eu era de São José, do Coração de Jesus e era filha-de-Maria. Tinha o terço toda noite, e todo domingo enchia de moça e moço.



Cena da tradicional subida do pau-de-sebo na Festa de São Sebastião.

A maior festa era a Festa de São Sebastião, mas tinha a de Santa Maria, tinha a de São José. São Sebastião era a maior... Eu sei dizer que vinha banda, tinha um trem que chegava aqui às cinco e meia. Vinha a banda de Mogi-Mirim, às cinco e meia... as criançadas saíam na porta para ver a banda, tinha passeata, depois vinha leilão... eu ajudei tanto a Igreja aqui, viu... a gente enfeitava a igreja, enfeitava o largo, depois tinha quermesse, ficava na quermesse até às dez horas da noite. Aqui tinha muitas fazendas, né?... Vinha todo o pessoal de fora, de fora mesmo, vinha muita gente de fora, assistir aqui. A praça enchia. A procissão era muito bonita. Abatiam bastante frango, pato, muitas aves pra quermesse e tinha bastante doces... Tinha leilão de gado, de boi... Eu sei dizer que vinha bastante gado, porco. Quando a gente era moça, a gente até fazia vestido novo. Todo mundo dizia: Que cor é teu vestido?... Que cor é teu vestido? Eu gostava de branco, ou rosa bem clarinho...



*Procissão pela Rua Cândido Bueno, na década de 1930, durante tradicional celebração religiosa.*

\* Dona Clotilde Fraquetta Chiavegato, carinhosamente conhecida em Jaguariúna por dona Zenaide, faleceu em 2004, aos 94 anos.

## DE FAZENDA EM FAZENDA

Dona Maria Teresa  
de Arruda Botelho Moraes

Meus pais se chamavam Augusto de Arruda Botelho e Maria Abigail Penteado de Arruda Botelho. Eu nasci em São Paulo, em 26 de agosto de 1925. Perdi minha mãe muito cedo, eu tinha seis anos quando ela morreu. Depois disso, minha vida ficou meio triste. E eu só tive irmãos quando meu pai casou-se pela segunda vez. Então eles são bem mais moços do que eu. Eu não tive convívio, assim, de brincar com eles. Meus primos é que eram as minhas companhias.

Meu pai era engenheiro, eu passei muito tempo aqui, na Fazenda Santa Úrsula, quando era pequenininha, porque ele veio medir a Fazenda da Barra, foi antes da Revolução [de 1932]. Então, aí, eu passei muito tempo... Na fazenda de uma outra bisavó, em São Carlos, também passei muito tempo lá. Na fazenda dos meus avós, em Jaú, também. Tava sempre assim, de fazenda em fazenda.

### Temas

Fazenda Jaguari, Fazenda Santa Úrsula, histórias de barões do café.

## A FAZENDA SANTA ÚRSULA

Meu pai era primo-irmão do meu marido, e a gente vinha pra aí (Fazenda Santa Úrsula). Além dele trabalhar, era sobrinho da dona Úrsula. Então, ele tinha muito convívio com os dois primos, que eram Alberto, que foi meu marido depois, e Celsinho. Era uma convivência muito gostosa. Casei em São Paulo [1947] e vim logo morar aqui na fazenda [Santa Úrsula].

A fazenda nesta época era muito grande. Tinha uns setecentos alqueires. Minha sogra e meu sogro eram vivos ainda, moravam na casa-grande, e a gente morava numa casa menor. E era meu marido que tomava conta da fazenda. Então, era uma vida gostosa. Eram as crianças... e foi muito bom... Tinha café, tinha gado, muito gado, depois tivemos cana, tivemos algodão.

Bom, e a fazenda foi sendo vendida aos poucos... primeiro, ela foi separada, quando meu sogro e minha sogra morreram. Aí, os dois irmãos dividiram a fazenda. E depois ela foi diminuindo, porque Alberto vendeu um pedaço para Antarcica, e um outro para a Fazenda Castelo. Então, hoje em dia ela é menor.

## A ORIGEM DAS TERRAS DE JAGUARI

136

O que eu sei é que nosso antepassado, que fundou a fazenda, era piracicabano. Ele morava em Itu e contam que era canoieiro em Itu. Ele foi mandado às beiras do Piracicaba pra fundar uma cidade, uma vila, e foi assim que Piracicaba começou. Ele foi fundador de Piracicaba e era chamado de

“capitão povoador”. Ele tinha um gênio muito turbulento... isso contam mesmo nos livros lá de Piracicaba. Ele era genioso. Tinha um filho com o mesmo nome, chamava Antônio também, Antônio Correia Barbosa. E esse filho se desentendia muito com os jesuítas. O filho chamava-se Antônio e ponia uma imagem de Santo Antônio no altar na igreja. E os jesuítas queriam a imagem de Nossa Senhora. E várias vezes havia essa troca, até que um dia o Antônio perdeu a paciência e jogou a imagem de Nossa Senhora no rio. E aí ele foi obrigado a ir embora, a sair de lá, porque o povo ficou meio revoltado. Ele então veio pra essas terras aqui de Jaguari, o pai tinha recebido uma sesmaria aqui. Foi ele que veio pra cá, começou a desbravar a mata, marcou o lugar da casa, começou a construção e morreu.



*Sede da Fazenda Jaguari, atual Santa Úrsula.*

O barão de Ataliba Nogueira nasceu em Campinas, em 1834, quando esta ainda era Vila de São Carlos, e formou-se pela Academia de Direito de São Paulo. Participou da idealização de construção de uma linha férrea de Campinas a Mogi-Mirim e ocupou a presidência da Mogiana durante 18 anos. Após a queda do Império, Ataliba Nogueira exilou-se com a família em Paris por três anos. Chegou a ser vereador em Campinas, chefe do Partido Liberal na província, e também vice-presidente.

Quem terminou a construção da casa foi a mulher dele, que se chamava Úrsula também, por isso que, mais tarde, a minha sogra pôs o nome de Santa Úrsula na fazenda, que era a Jaguari. Ela tinha três mil alqueires, todas essas, Atibaia, Mato Dentro, várias fazendas; pertenciam a essa sesmaria, que depois foi sendo desmembrada. A casa deve ter ficado pronta em 1820, 1830, por aí, demorou muito para ser construída.

## HISTÓRIAS DE BARÕES E BARONESAS

Conheço (histórias) o que a gente ouvia contar, que minha sogra contava e o que minha avó contava... Essa primeira Úrsula, que fundou a fazenda, ela tinha uma filha que chamava Luíza Ursulina, que casou-se com Camilo Bueno, que era primo... sobrinho... tio de Amâncio Bueno. Ela casou-se com 12 anos e teve um bebezinho, que morreu quando estava amamentando... sufocou ele. E depois ela teve outros dois filhos... [ela] morreu quando nasceu o terceiro. Então, o viúvo ficou com o casazinho de filhos, que a avó criou. Avó que era aquela dona Úrsula primeira... Então, a fazenda chegou às mãos dessa menina, por herança da avó, e essa criancinha, que era a baronesa de Ataliba Nogueira, depois, casou-se com o barão [de Ataliba Nogueira], que veio de Minas.



*Na Fazenda Jaguari, a família de Alberto Moraes Bueno visitando o barão Ataliba Nogueira e sua filha Úrsula Ataliba Nogueira Moraes.*

Eu gosto muito da fazenda, gosto muito de Jaguari. Mas é muito diferente do que era antigamente. As pessoas são outras, os vizinhos já não existem mais... Era uma vida muito de vizinhos de fazenda. Os passeios a cavalo, charrete... Acabou, também, porque é tudo estrada, tudo muito trânsito. É diferente. Outros encantos.

## DO TANQUE AO TANQUINHO

### Beraldo de Souza

Eu sou da família Raimundo Lúcio de Souza. Meu pai é natural de Amparo e minha mãe, Maria Moraes de Souza, natural do próprio Tanquinho Velho, município de Jaguariúna. Eu lembro muita coisa do que se passou, já antiga, e venho guardando a memória dos mais antigos, que já se despediram, que já morreram, que deixaram pra gente alguma lembrança do bairro.

Existem dois Tanquinhos... o Tanquinho Velho, que é município de Jaguariúna, e o Tanquinho Novo, que é município de Campinas, na região de Carlos Gomes. Tanquinho Velho é porque, isto há mais ou menos dois séculos atrás, talvez três séculos atrás, por aí, assim contam os mais antigos... não existiam as estradas de rodagem, nem o asfalto; existia, sim, uma estradinha cortando as cidades que vinham de Minas, passava por Jaguariúna... Então, o meio de transporte era o lombo de burro, boiadas, tropas... Eles transportavam

140

Temas

Tanquinho Velho, Porto Velho, tropeiros, jardineira.

café por esta estradinha, e não existia a ponte no rio Jaguari. Nós temos aqui no município de Jaguariúna um bairro, um bairro até esquecido, chamado Porto Velho, onde está situada hoje a Fazenda Nossa Senhora de Lourdes; ali é o Porto Velho. Por que Porto Velho? Porto Velho porque os tropeiros, as boiadas vinham, e o rio ali era um pouco raso, o rio Jaguari. E eles atravessavam; então, era um ponto de travessia dos cargueiros, transportando café, transportando arroz, feijão, enfim, os cereais que vinham de Minas para Campinas, com destino a São Paulo. Então, eles atravessavam por ali e ficou o nome de Porto Velho.



*Vista do Tanquinho Velho, um bairro remanescente do caminho das tropas.*

O Tanquinho Velho, um dos bairros pioneiros do município, está localizado às margens da Rodovia SP-340, que liga Campinas a Jaguariúna, na altura do quilômetro 128 sul, numa área que, no passado, era um pouso de tropeiros. O bairro, na atualidade, guarda remanescentes de um cemitério secular, e seus moradores ainda realizam anualmente a tradicional festa religiosa de Santa Cruz, uma das mais antigas da cidade.

Chegando aqui no **Bairro Tanquinho** havia um tanque. Um tanque pequeno, rasiinho, e como é assim descampado, um gramado gostoso, então, os tropeiros paravam ali pra descansar, descansar os animais, as criações, a boiada... Eles soltavam os cavalos, os burros, os animais ali. Armavam as “tendinhas” deles ali e descansavam dois ou três dias... Mas por que Tanquinho? Porque tinha um tanque e a estradinha de terra tinha que passar por dentro do tanquinho, daquele tanque, onde nasceu o Bairro Tanquinho, o Tanquinho Velho, e foi colocado Velho porque existia o Novo, no município de Campinas, pra não confundir.

## SONHOS DE INFÂNCIA

Naquela época, nós brincávamos com carrinho de pau. Tudo feito pela gente mesmo, a gente fazia, fabricava os carrinhos de pau. Eu sonhava em ter uma bicicleta! Pra se ter uma idéia, eu fui conseguir comprar uma bicicleta quando tinha 15 anos de idade.

Então, a gente ia apanhar algodão, aquela época de algodão, aqui no Porto Velho mesmo, na fazenda de Celso Camargo de Moraes. Na época, então, a gente ia apanhar algodão e tava descendo, assim, aquele corredorzinho de vaca, e eu sonhava que tava montado numa bicicleta. “Puxa, quando eu tiver uma bicicleta e tiver descendo aqui, aqui eu vou breicar, ali eu vou soltar o breque, aqui vou pedalar numa subida”... Eu sonhava em ter uma bicicleta... e não conseguia... Depois meu pai conseguiu comprar uma

bicicletinha velha, quando eu tinha 15 anos de idade. Ah! Foi o maior sonho...

Diversão, no meu bairro tinha campo de bocha. Eu me lembro que os homens, mais velhos, jogavam bocha, né? Todo mundo ali de pé no chão, jogando, aquele poeirão, jogando bocha, e... gostoso! É um tempo que deixou lembranças, saudade não, porque foi um tempo difícil, muito difícil. Condução não tinha. Era tudo feito a pé. Na época tinha mais união, porque não tinha televisão, não tinha luz, era uma dificuldade... A gente morava no sítio, era fogão à lenha, passar roupa, era aquele ferro à brasa, tinha que assoprar na traseira do ferro pra poder acender... Era uma dificuldade! Buscar água na bica, tão longe, tomar banho de bacia... Fogão à lenha... não tinha nem rádio na minha casa! Então [a gente] se reunia muito, porque tinha mais tempo pra dialogar, pra conversar. Quando se reunia pra uma reza do terço, todo mundo ia. Era um povo unido, a gente ia na casa dos compadres, dos amigos, à noite, pra conversar; se tivesse uma pessoa doente no bairro, a gente ia visitar... Hoje não, a vida mudou... ninguém visita mais ninguém, a televisão tirou o tempo do diálogo, daquela conversa de família...

## A VIDA NO TANQUINHO

Começaram a surgir os primeiros caminhões, os primeiros automóveis, porque antes era cabriolé... Você sabe o que é cabriolé? Cabriolé é uma charretinha de roda de ferro. Então, tinham os leiteiros, que vinham trazer o leite nos pon-

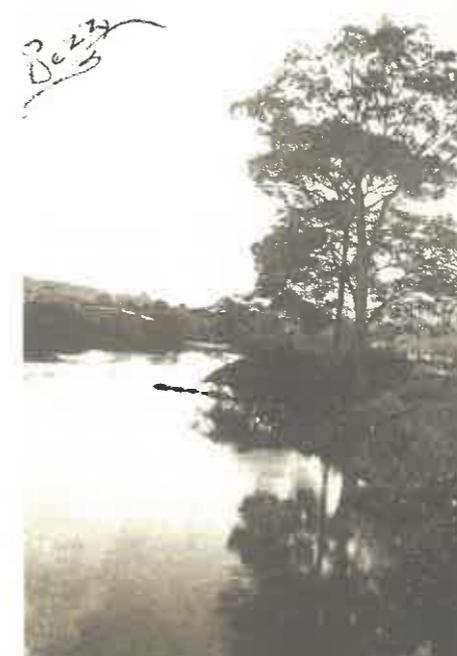
ros, de cabriolé, com os latãozinhos atrás, a família Paranaíba, a família Azanha, a família Zóia... Mas, depois do cabriolé, já começaram a surgir os primeiros automóveis... aqueles fordinhos 29, 28 e 27; depois surgiu uma jardineirinha...

A jardineira vinha de Ouro Fino e passava uma vez por dia e ia pegando o pessoal que ia pra Campinas, que ia pra Mogi-Mirim. A diversão da gente era quando a jardineira vinha vindo; a gente corria, porque escutava de longe aquele fordinho que vinha chorando pelo meio daquele mato... a gente corria pra ver a jardineira passar na estrada e, quando ela passava, assim, a gente ficava olhando o rastro naquela poeira de terra, ficava olhando o rastro admirado, o pneuzinho, ficava encantado de ver aquilo. Era uma vez por dia que passava...

Então a gente se animava assim... E a pescaria... Tinha rios bons pra pescar, o Atibaia, o Jaguari.



*A pescaria nos rios era uma das diversões da época.  
Fazenda Santa Francisca do Camanducaia, década de 1940.*



*Jaguari, um dos rios de pescaria.*

O cotidiano do pessoal do bairro era isso aí. Trabalhar nas fazendas... tinha muita colônia. À noite, o pessoal fazia bai-linhos nas colônias, começava a tocar lá e iam juntando as meninas e toda a rapaziada. Ia todo mundo lá, com as lam-parinhas, tudo no escuro, ninguém enxergava ninguém, sabe? E começavam a dançar... o Arraiá do Sapo. Já ouviu falar no Arraiá do Sapo? É onde hoje é ali a Motorola [em-presa localizada às margens da Rodovia SP- 340]. Ali tinha mais ou menos dez ou quinze casas, dez ou quinze famílias, e tinha uma esterqueira grande assim, e eu me lembro que a gente ia lá e sentava na esterqueira e ficava batendo papo, contando causos...

## FESTA DE SANTA CRUZ

A Festa de Santa Cruz é uma das festas mais tradicionais de Jaguariúna. Eu me lembro que eu era menininho e já ajudava os festeiros, as famílias Azanha, Zóia, Paranaíba, a família do pai, a família Silva... todos eles trabalhavam e se dedicavam com amor e carinho àquela festa. E, bem antes do meu tempo, o meu pai já contava que ali no Tanquinho era o cemitério. O primeiro cemitério de Jaguariúna nasceu no Tanquinho, não tinha o cemitério aqui na Vila Jaguari, naquela época, então o pessoal daqui enterrava os seus defuntos lá.



*Vista atual do Bairro Tanquinho, local que abrigou o primeiro cemitério de Jaguari.*

Naquele tempo não tinha condução, então se transportava a pé, então... eles colocavam o defunto num lençol e pegavam quatro de cada lado e já ia uma pessoa com um enxadão pra chegar lá e abrir o buraco, a cova, pra enterrar a pessoa... Mas isso aí [foi] há dois séculos. O meu falecido sogro, José Azanha, contava isso, e meu pai também contava... outros antigos também contavam, inclusive nós temos parentes enterrados ali. Então, ali, onde está construída a Igreja [de Santa Cruz], é o cemitério.

E o pessoal fazia festa, tinham as “raias”, [de] que meu pai falava muito... “raia” é uma corrida de cavalos. Eles faziam essa corrida de cavalo e quem ganhava tinha prêmios, soltavam rojão, rojão de varetas, era a coisa mais linda... Era um festão mesmo!

Santa Cruz comemora-se no dia 13 de maio e a nossa padroeira é Santa Cruz. Essa festa é mantida até hoje. Os antigos foram indo embora, vieram os novos, que somos nós, eu, Jerônimo, Bento de Campos, com o padre Antônio Joaquim Gomes... A capelinha tava abandonada, o pessoal tava desanimado... E aí? Vamos levantar essa comunidade, vamos construir uma igreja nova? Começamos a festa, [a] pedir para o pessoal ajudar e construímos a igreja nova.

E o pau-de-sebo, a gente mantém até hoje, que a gente coloca lá em cima um prêmio e a turma começa; os jovens, aqui em Jaguariúna, têm uma equipe que, pra chegar lá... sobe, e o pessoal fica todo mundo olhando... É uma tradição, uma coisa que a gente vem mantendo até hoje. E as barraquinhas, as quermesses? Antigamente tinham as barraquinhas de bambu, de pau-a-pique; hoje já tem os barracões de trezentos metros.



*No cotidiano agrário do Tanquinho, o preparo da terra.*

## AS FAMÍLIAS PIONEIRAS E SEUS SÍTIOS

Hoje, nosso bairro está pequenininho em matéria de população. Nós temos mais ou menos umas trezentas famílias. Só que, antigamente, era tudo o que tinha; ainda está tudo lá, os sítios que tinham, os sítios dos Parnaíbas, do Zóia, do Azanha, todos esses sítios eles tinham lá... os seus empregados... sem contar as fazendas; tinha o alambique, tinha lá o alambique desativado... É uma pena, ali dava emprego pra muita gente... Vinham caminhões de Santo Antônio de Posse, de Itapira, os turmeiros, aqueles caminhões lotados [de trabalhadores]. Então, tinha serviço. Hoje, nosso bairro diminuiu a população.

A gente tem lembranças dessas coisas, mas saudade, saudade mesmo, é difícil, porque era uma vida difícil, a gente tinha uma vida muito difícil! Dá saudade dos amigos, das festas, de onde a gente se encontrava...

## VIVO AQUI EM JAGUARIÚNA SATISFEITA DA VIDA, PORQUE EU ADORO ESTE LUGAR!

**Dona Celeste Pires  
da Costa Ferrari\***

Eu nasci em Botucatu, mas fora eu, mamãe teve oito filhos. Éramos nove. Fomos [do circo] até eu me casar. Eu me casei com 27 anos e desde que me casei vivo aqui em Jaguariúna satisfeita da vida, porque eu adoro este lugar!

[...]

Papai trabalhava na Sorocabana, Estrada de Ferro, trabalhou muito. Naquele tempo, eles não tinham residência fixa, eram sempre mandados para um lugar, pra outro, não tinham casa própria, nem nada, mas papai gostava muito de escrever, modéstia à parte, papai era muito inteligente. Apareceu um circo lá e, como ele escrevia muito, escreveu uma peça, chamada *Nos degraus da fortuna*, e presenteou o circo para que levassem a peça e a apresentassem no palco. Eles tanto insistiram, tanto insistiram, queriam que o papai fizesse o papel principal... Então, ele acabou aceitando, gostaram muito e, quando foram embora, o diretor do circo falou ao papai: "Pires, quando você estiver cansado da Sorocabana, quando você estiver enjoado da estrada de ferro, você me avise que no circo vai ter um lugar para você".

### Temas

Cotidiano da Vila Jaguari, vida no circo, os espetáculos circenses.

## UMA VIDA CIRCENSE, DOS 5 AOS 27 ANOS

Aí o papai espantou e pensou, imagina: “Eu, largar a Sorocabana... não posso, foi sempre a minha vida, desde mocinho”... Mas, quando o circo foi embora, papai começou a pensar, falou com mamãe: “Maria, a Sorocabana nunca nos deu nada proveitoso, a não ser este ordenado que recebo e não é tão bom, mas estou pensando em largar a Sorocabana e ir para o circo. O que você acha?” “Ah! Zé, você faça aquilo que você tiver vontade.” Aí, ele deixou de uma vez a Sorocabana e foi para o circo. Mais tarde, ele adquiriu um cirquinho pequeno, que era nosso, muito modesto.

Eu não tive infância porque nós, como éramos a família só que trabalhava, nós ensaiávamos muito, todos os dias nós tínhamos que ensaiar... Então nós não tivemos tempo de brincar. Nós não tivemos infância. Eu não tive infância, não tive mocidade, mas tenho agora a minha velhice...

No circo, eu fiz trapézio, arame, fiz bailado, fiz malabares, mas isso foi até os 12 anos... Depois, eu não quis mais trabalhar no trapézio, no arame, eu não quis, porque eu sou muito vergonhosa... Eu tinha uma vergonha danada de vestir roupinhas curtas para trabalhar, então eu pedi muito pra mamãe que intercedesse por mim junto ao papai, porque o papai era muito nervoso, um homem sistemático, ele queria as coisas tudo muito certinhas. Com muito jeito, a mamãe falou pra ele... E eu acabei fazendo só malabares; cantava e dançava.

Passamos em tantas cidades... Fomos no estado do Rio, estivemos em Vassouras, estivemos também no estado de Minas Gerais, muitos lugares de Minas. Papai não saía daqui... Não queria ir pra muito longe, ficávamos mais em São Paulo, Rio e Minas.

Imagine, eu nasci em Botucatu, comecei a trabalhar aos 5 anos, e dos 5 anos até os 27, quando eu me casei, quantas cidades nós fomos... aqui, nessa redondeza, Serra Negra, Pedreira; aqui, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Poços de Caldas... nós fomos quatro vezes, lá era muito bom pra nós, eles gostavam muito das peças. Papai escrevia muito, diversas peças, até eu me casar ele já tinha escrito trinta e cinco peças.

A nossa vida era muito caseira, nós não saíamos muito, papai não deixava...



*Dona Celeste fazia malabares, cantava e dançava no circo.*



*A paisagem do largo da Matriz de Jaguari por volta de 1950.*

## O CIRCO NA VILA DE JAGUARI

Nós levávamos *A canção de Bernadete* [um espetáculo para circo-teatro]... Aqui [em Jaguariúna], muita gente ainda se lembra, se lembra da minha pessoa, conversam comigo, falam do circo... Nós levávamos *O governador*, *O paralítico*, *A esposa alugada*, diversas peças, mas ficou muito gravado no pensamento das pessoas *A canção de Bernadete*. Eu sempre fiz papel de boazinha, mas, em *A canção de Bernadete*, eu fazia a irmã Tereza, uma pessoa muito má...

Nosso circo foi armado em frente ao Grupo Escolar Amâncio [atualmente localizado no centro da cidade]. Ali era um campinho, e nosso circo foi armado lá. Nosso circo... Quando nós estivemos em Atibaia, papai transformou o circo, fez melhorias, e dali em diante que o nosso circo teve esse nome, Marabá.

Walter Ferrari foi um dos primeiros farmacêuticos de Jaguari e se tornou muito conhecido por sua dedicação à profissão e atendimento aos moradores do campo e da cidade. Sua farmácia, nos últimos tempos, estava localizada na rua central, Cândido Bueno, onde fica também a Igreja Matriz. Na atualidade, em homenagem a sua trajetória de dedicação, o hospital municipal chama-se Walter Ferrari.



*O picadeiro do Circo Marabá na década de 1940.*

## O CASAMENTO EM JAGUARI

O Walter [Walter Ferrari, marido de dona Celeste] ia com os amigos [ao circo]. Todas as noites que havia espetáculo, ele ia ver. Era ele, o Maurício Hossri, tinha um rapaz que se chamava Zito, e o Pedrinho. Eram quatro. Todas as noites, eles iam e sentavam nas mesmas cadeiras e nós começamos a nos interessar por aqueles rapazes, eu e minha irmã. Pusemos apelido, o Walter era o Carlos Galhardo; tinha o Francisco Alves, o Vicente Celestino... Então, quando era uma certa hora, antes de começar o espetáculo, eu e minha irmã abríamos a cortina e olhávamos e aí eu falava pra ela: "Hoje o Carlos Galhardo não veio", mas daí a pouco ele chegava, não faltava, nunca faltou. Então o nosso começo de namoro foi assim...

Eu casei em São João da Boa Vista, na Igreja Matriz. Foi muito simples meu casamento. No dia do meu casamento, enquanto eu estava entrando na igreja, com papai, o alto-falante da rádio lá de São João, aonde nós trabalhávamos... ele tinha gravado uma dedicação pra mim... o alto-falante

anunciava: “Quebraram o meu braço direito, sem o qual eu terei que tatear para continuar o caminho íngreme da vida, mas ela merece ser feliz, muito fez por seus pais, é justo que tenha muita paz”.

Eu deixei o circo para me casar em 1948. Mas depois o papai “encostou” o circo e ficou trabalhando na rádio lá de São João da Boa Vista... Aliás, nós trabalhamos em rádio, na Rádio de Limeira, de Poços de Caldas, eu fui locutora lá... Bom, eu trabalhei em rádio também em São Paulo, eu fui a primeira locutora da Rádio Panamericana, que agora é Rádio Jovem Pan, quando inaugurou eu fui a primeira locutora lá.

Eu carrego a lembrança do meu marido, que foi um homem muito bom. Se você perguntar a qualquer pessoa da cidade quem era o Walter Ferrari, eles falam... Ele me ensinou muito, muita coisa que em circo eu aprendi, muitas vezes, ele me incentivava a fazer... O que eu carrego é a saudade dele...



Walter Ferrari (à esquerda) em sua farmácia em Jaguari; conhecido entre os moradores pela sua dedicação ao atendimento às pessoas do campo e da cidade.

\* Dona Celeste Pires da Costa Ferrari faleceu em 2006 aos 85 anos.

## EU TENHO UM AMOR PELA FERROVIA!

### Seo Pedro Abrucês

Eu nasci em Aguaí, antiga Cascavel; a minha família vinha do sul de Minas, do estado de Minas, construindo ferrovia. Viemos fazer... Meus pais e meu tio... vieram fazer um trecho da ferrovia em Aguaí e eu nasci em Aguaí, em 1925. Em 1929, eu vim pra Jaguariúna porque tinha uma retificação do trecho, não era construir a linha, era retificar as curvas. Então, cheguei em Jaguariúna em 1929, com 4 anos de idade. O nome do meu pai é Sadério Abrucês e a minha mãe é Marieta Garibaldi. O meu pai era italiano e a minha mãe, filha de italianos, mas nascida em Dourados, perto de Jaú.

#### Temas

Ferrovia, estações, bailes, cinema, vida social.

A criação da Paróquia de Santa Maria se deu em 19 de fevereiro de 1902, tendo como primeiro vigário, o padre Ignácio Gióia. Antes, a Capela de Santa Maria de Jaguari pertencia à paróquia de Santo Antônio de Posse e parte de Santa Cruz de Campinas.

O grupo escolar [de Jaguari] ficava onde hoje é aquele prédio do Granguelli [na Rua Cândido Bueno]. Era um prédio muito antigo, mas foi feito pra escola mesmo. Eu entrei ali em 1931, na escola, e a minha vida como criança, aqui na cidade, era divertida, porque nós saíamos à noite do acampamento de zinco onde nós morávamos, porque nós não tínhamos casa; a Companhia [Mogiana] fazia um acampamento e nós saíamos dali. Meu pai recomendava: “Oito e meia ou nove horas eu quero em casa”! E nós brincávamos na frente da igreja [Igreja de Santa Maria], não tinha jardim ali, tinha o coreto e algumas árvores, brincava naquela rua ali em frente... Nadávamos lá no Jatobazeiro [uma grande árvore que existe próximo à ponte sobre o rio Jaguari], jogávamos futebol... Então, a minha infância até que foi boa, mas com uma responsabilidade tremenda!

Tinha aquelas festas de São Sebastião, a gente brincava, aquele negócio de pegar os bois, uma espécie de um leilão... E circo de cavalinho... quando vinha, né?



*Na década de 1930, a Igreja de Santa Maria ainda não tinha jardim, apenas um coreto e algumas árvores.*



*Locomotiva da Mogiana que circulava pelo trecho da companhia.*

## A VIDA SOCIAL E O TREM NA ESTAÇÃO

Meu pai aposentou-se na ferrovia em 1934, por invalidez. Meu pai era surdo dos dois ouvidos. Então, em 1934, a gente morava num rancho, nesse lugar que eu falei, aí tudo [núcleo de casas da Estação da Mogiana, próximo à atual Avenida Marginal] era um “arranchamento”, que era pra tocar essa linha até Guedes [um bairro nas proximidades do rio Camanducaia], desviando lá a linha do Parisio [sobrenome de uma família proprietário de terras]; a linha velha era por lá. E nós íamos tocar aqui, mas para a ferrovia faltou dinheiro e esparramou com todo o pessoal... O meu pai foi colocado na oficina.

Em 1934 meu pai se aposentou e comprou um terreninho ali... Era a primeira casa construída ali [nas proximidades da Estação de Jaguari], tinha trinta metros, era só brejo. Nós fizemos um rancho. Meu pai pediu para o engenheiro se ele dava o rancho, porque nós não tínhamos aonde ficar e nem podíamos pagar aluguel. Aí meu pai montou o rancho no terreno. Aí, começamos a trabalhar que nem "loucos"; minha mãe fazia comida de madrugada e meu pai chamava todos nós: uma irmã mais velha, um irmão mais velho do que eu, eu e o Renato [outro irmão]. Ele levava todos nós para a Fazenda Santa Úrsula para plantar algodão, arrancar algodão, carpinar algodão, catar algodão. E quando chegava na hora da escola, ou um pouquinho antes, ele dispensava nós para irmos à escola. Mas cedo, às quatro e meia da manhã, a gente já saía com o almoço pronto para trabalhar até as dez e meia da manhã, e às dez e meia a gente vinha para ir pra escola.

Ferrovia? Eu comecei a trabalhar na abertura deste trecho [da Estação Jaguari] com uma firma empreiteira da ferrovia. Eu comecei a trabalhar no começo de 1939, terminamos em 40 [1940]. Este trecho levou dois anos para fazer, com carrocinha, a terraplanagem; não existia máquina, era um burro e uma carrocinha basculante, ela ia e voltava... o animal já entendia. Em fins de 40, eu entrei na ferrovia... eu tinha 15 anos!

## UMA "PEQUENITA" JAGUARI

158

A cidade, para eu descrever e lembrar o que era a cidade... Eu me lembro bem que tinha no jardim, no jardim da cidade, que a gente falava, era o largo da frente da igreja; tinha um fiscal, porque aqui só tinha um fiscal municipal,

porque isso daqui era distrito de Mogi-Mirim... Então, ele mandou colocar um toco de árvore muito grande, mais ou menos quinze metros, grosso, pra gente sentar... Era esse o jardim! A região era pequena, a cidade era "pequenita". O centro era ali, onde é o Banespa [banco localizado na Rua Alfredo Engler]... Tinha o salão do Mantovani; então, tinha um baile por domingo, depois da missa. Era a diversão daquela época, no domingo, ir à missa... terminava a missa, todo o povo dos sítios vinha à missa, as moças se preparavam, depois tinha um grande baile; então, nós íamos até às cinco horas naquele baile. Eu não dançava, eu freqüentava lá, mas eu via que o pessoal era fanático, era uma diversão maravilhosa!

E ali tinha o cinema, o cinema do Mantovani. E eu me lembro ainda que freqüentei duas sessões do cinema mudo, abaixo do Banespa [também na Rua Alfredo Engler]... Ali tinha o cinema. Tinha o cinema mudo e a música para enfeitar a fita, que passava; era com violão, violino, cavaquinho. Eles tocavam no intervalo, tocavam baixinho para fazer o som, passava muito *O Gordo e o Magro* [famosa dupla de personagens de comédia cinematográfica].

Então, os moços passeavam num sentido, no meio da rua, e as moças vinham de lá pra cá, cruzando, assim; e é dali que saíam os namoros, mas era a rua cheia, "cheinha, cheinha", no domingo, porque o sábado nosso aqui era trabalhar.

A cidade aqui era pequena... Ali atrás da igreja não tinha aquelas casas... Eu assisti um circo aonde é o cinema do padre, eu assisti um circo onde é a casa da mãe do Tarcísio [Rua Cândido Bueno]. Imagina! Eu assisti uma tourada lá... Tinha o jogo de bocha ali onde é a padaria do Gothardo [Rua Alfredo Engler] e algumas casas esparsas... O forte eram as fazendas... Então, Jaguariúna era pequena mesmo!



## O AMOR PELA FERROVIA

Eu era filho de ferroviário e fui nascido na margem da linha, à distância de cinco metros... Ali passava o trem; eu nasci em Aguaí, como já disse, e meu pai era ferroviário. Quando veio pra cá é que ele foi para a oficina. E nós passamos [a] ser a ferrovia, quase assim, na maneira de expressar, assim por amor... Era quase uma mãe, a ferrovia era uma mãe... a gente tinha um passe pra viajar no trem, no banco de madeira, meu pai tinha férias, quando ele costumava passear na casa dos parentes em Aguaí. Nesse tempo era assim, levava a família para passear...

E eu entrei na ferrovia em Mangabeira. Lá, eu trabalhei até 1944, fazendo cem quilômetros de linha, depois da topografia, passamos a construir a ferrovia. Nós carregávamos os dormentes nas costas e, no tempo do verão, os trilhos eram todos pequenos de sete metros, geralmente era um português que comandava... e nós não queríamos pegar o dormente do trilho, porque estava quente, fervendo...

Aí começou a estação em 1944, estava começando esta estação [Estação Jaguariúna da Mogiana]... Ajudei a construir a estação, fizemos uma coisa aqui chamada pêra, porque o formato da linha era parecido com uma pêra, para virar o trem. Fazia uma curva e saía com o trem virado... O projeto do Centro Cultural [atual Centro Cultural, localizado na antiga estação], depois, foi totalmente meu.

É quase inexplicável... eu tenho uma paixão doentia [pela ferrovia], acredita em mim, eu tinha uma paixão doentia... Eu gosto muito da minha cidade... eu vejo uma rua com mato, eu fico triste...

Eu tenho um amor louco pela ferrovia, eu não queria morrer, e não é por vaidade de ficar nesse mundo... Eu gostaria de viver bastante e que tivesse bastante tarefa para eu fazer por Jaguariúna.



*Locomotiva que circulava, por volta de 1940, pela Estação de Jaguari, com seus antigos ferroviários.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se inicia uma pesquisa em torno da memória de uma cidade, é possível delimitar métodos, tempo, prazos e, sobretudo, um enfoque, ou seja, o ponto central da investigação a ganhar corpo. Contudo, na medida em que o objeto de pesquisa vai se consolidando e as informações, documentos, fotografias e relatos, reunidos, passam a estabelecer um diálogo entre fontes, uma nova base de conhecimento vai sendo tecida, passando a oferecer pluralidade de olhar, para observadores também diversificados – pluralidade esta que, devidamente entendida por quem vê na memória e na cultura ferramentas sociais de transformação, pode ser posta a serviço da educação, do turismo, da responsabilidade cidadã, da memória das cidades, da identidade de uma região.

*Vila Bueno – Ensaio para a História* reúne informações históricas de uma Jaguariúna que começou a ser formada há mais de 300 anos. Não temos a pretensão de, assim como a historiografia clássica, dar conta de desvendar a trajetória do Brasil colônia, dos engenhos e roças, ao Brasil movido pela riqueza cafeeira. O propósito desta obra é justamente prestar uma contribuição que promova reflexões sobre a validade da memória como instrumento de construção de identidades e como fator de transformação social.

<sup>1</sup> Lauro Navarro, “Vila Bueno – Jaguari”, *Gazeta Regional, Suplemento Especial de Aniversário – Jaguariúna 43 anos*. Jaguariúna: Editora Gazeta Regional, 12 de setembro de 1997.

<sup>2</sup> Estes relatos são parte integrante de uma série de entrevistas do projeto Memórias, de autoria da jornalista Fabiana Bruno – estruturado a partir de sua concepção, produção e gravação de depoimentos – e veiculado pela Rádio Educativa de Jaguariúna – Estrela FM, no período de 2000 a 2002, com reprises sazonais, programadas pela emissora.

Enquanto conteúdo social, este livro demarca o valor do exercício das ações de diferentes grupos sociais que, em temporalidades diversas, atuaram como personagens de um tempo coletivo, sejam eles barões, coronéis, grandes latifundiários, ou o grupo de sujeitos sociais não pertencentes às classes dominantes. Homens e mulheres que vieram de muito longe, alguns sem opção de escolha, como os africanos; outros, movidos pelo sonho de uma vida nova, como os imigrantes de diversas nacionalidades que deixaram suas terras de origem para fixarem-se em Jaguariúna. Representados também estão seus descendentes, os quais, na atualidade, são os novos construtores da história da cidade.

Esperando contribuir para o preenchimento de uma lacuna de significado coletivo, *Vila Bueno – Ensaios para a História* está semeando futuras iniciativas em torno da compreensão e valorização da memória histórica de Jaguariúna.

## FONTES ICONOGRÁFICAS

P. 18

Título: *Soldados índios da Província de Curitiba conduzindo selvagens prisioneiros*. Desenho de Jean-Baptiste Debret. Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 23.

P. 19

Desenho: Reproduzido a partir da capa da obra de Setúbal, Paulo. *A Bandeira de Fernão Dias*. 7ª ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1964.

P. 20

Planta do Distrito Aurífero de parte da Província de São Paulo. Fonte: Eschwege, W.V. *Pluto Brasiliensis*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977. Reproduzida a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 192.

P. 22

Desenho original de Nazário Eugênio Malaquias.

P. 23

Título: *Rancho de Tropeiros*. Desenho de Thomas Ender, 1817-18. Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 50.

P. 24

Título: *Pobres Tropeiros Paulistas*. Desenho de Jean-Baptiste Debret. Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 50.

P. 26

Fonte: Reproduzido a partir da obra de BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

P. 27

Título: *Os Pioneiros*. Desenho Óleo de Rafael Falco. Coleção Dulce Moura de Albuquerque. Fonte: Reproduzido a partir da obra de *Grandes Personagens da Nossa História*. São Paulo: Abril Cultural, 1969, p. 160.

P. 28

Título: *Itu em 1827*. Desenho de Jean-Baptiste Debret, 1827. Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 30.

P. 29

Título: *Mapa da Estrada dos Goiases*. Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 193.

P. 30  
Título: *Homem conduz cargas de açúcar em mulas.*

Desenho de Aimé Adrien Taunay, 1825.  
Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

P. 32  
Título: *Carta Chorográfica da Capitania de São Paulo, 1766.*

Fonte: Reproduzida a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 193.

P. 42  
Título: *Pouso do Juqueri.*  
Quadro de Henrique Távola, baseado em desenho de Hércules Florence.  
Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 30.

P. 44  
Título: *Transporte em mulas.*  
Desenho de Thomas Ender.  
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 66.

Título: *Um Paulista.*  
Desenho de Barão de Löwenstern, 1827.  
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Cam-

pinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 153.

P. 46  
Título: *Mapa da região do rio Jaguari, abrangendo Atibaia, Bragança e Amparo, 1836 (doc. N. 116).*

Página manuscrito da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo (DAESP).  
Fonte: Reproduzido a partir da obra *São Paulo onde está sua história.* São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 62.

P. 49  
Título: *Tropa de negociantes a caminho do Tijuco.*

Gravura de M. Rugendas.  
Fonte: Biblioteca Municipal de São Paulo reproduzida a partir da obra de *Grandes Personagens da Nossa História.* São Paulo: Abril Cultural, 1969, p. 27.

P. 50  
Título: *Mapa do Litoral da capitania de São Vicente e parte da capitania de São Vicente.*

João Teixeira Albernás, 1631.  
Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 20.

P. 53  
Título: *Acampamento nas planícies do Guarabi.*  
Desenho de Noel Aimeé Pissis, 1841.  
Fonte: Reproduzido a partir da obra de PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica.* Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004, p. 51.

P. 59  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 61  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 63  
Fotografias: Acervo família de Totó Valente.

P. 64 e 65  
Fotografias: Acervo família de Totó Valente.

P. 66 e 67  
Fotografias: Acervo Fazenda Santa Úrsula.

P. 68 e 69  
Fotografias: Acervo Fazenda Santa Úrsula.

P. 70  
Fotografia: Reproduzida a partir da obra *Monografia Histórica do Município de Campinas.* Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

Fotografia: Reproduzida a partir da obra *Il Brasile e Gli Italiani.*

P. 71  
Fotografias: Reproduzidas a partir da obra *Il Brasile e Gli Italiani.*

P. 72  
Fotografias: Reproduzidas a partir da obra *Il Brasile e Gli Italiani.*

P. 73  
Fotografia: Reprodução, a partir de óleo sobre tela, de obra da Coleção de Maria Amélia A. B. Souza Aranha.  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 74  
Fotografia: Reprodução, a partir de óleo sobre tela, de obra da Coleção de Maria Amélia A. B. Souza Aranha.

P. 75  
Fotografia: Reprodução de Acervo da Fazenda Santa Francisca do Camanducaia.

P. 76 e 77  
Fotografias: Acervo família de Totó Valente.

P. 76  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.  
Fotografia: Fabiana Bruno

P. 79  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 80  
Fotografia do Acervo de Lúcia Pompeo do Amaral Mendes.

Fotografia: Acervo família de Alice Fannucchi.

Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 81  
Fotografia do Acervo de Lúcia Pompeo do Amaral Mendes.

Fotografia do Acervo família de Marcelo dos Santos Bueno.

P. 82  
Acervo Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

P. 83  
Acervo Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

P. 84  
Título: *Mapa da rede de estradas de ferro em tráfego na Província de São Paulo com destaque para a zona da Companhia Mojiana, 1877 (doc. n. 194).*  
Página impressa da Divisão de Arquivo do

Estado de São Paulo (DAESP).  
Fonte: Reproduzido a partir da obra *São Paulo onde está sua história*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 103.

P. 85  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 86  
Fotografias: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 87  
Fotografia: Reprodução Acervo Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo/SP.

P. 89  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 90  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 92  
*Relação de imigrantes italianos, constando idade, profissão, estado civil, filiação e nacionalidade (doc. n. 231)*.  
Manuscrito do Arquivo Histórico da Prefeitura do Município de São Paulo (AHMSP).  
Fonte: Reproduzido a partir da obra *São Paulo onde está sua história*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 117.

P. 93  
Fotografia: Acervo família Mathias.

P. 100  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.  
P. 101

Fotografia: Acervo família Ralph Giesbrecht.

P. 102 e 103  
Fotografias: Acervo família Ralph Giesbrecht.

P. 106 e 107  
Reprodução Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 111  
Fotografia: Projeto Vila Bueno.

P. 113  
Fotografia: Projeto Vila Bueno.

P. 115  
Fotografia: Projeto Vila Bueno.

P. 116  
Reprodução de documento de Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 118  
Fotografia: Reprodução Acervo família Alice Fanucchi.  
Fotografia: Reprodução Acervo família dona Beth Bueno (Ermelinda).

P. 119  
Fotografia: Reprodução Acervo família dona Beth Bueno (Ermelinda).  
Fotografia: Reprodução, a partir de óleo sobre tela, de obra da Coleção de Maria Amélia A. B. Souza Aranha.

P. 120  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 121

Fotografia: Reprodução Acervo família dona Beth Bueno (Ermelinda).

P. 122  
Fotografia: Fabiana Bruno.

P. 123  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 124  
Fotografia: Reprodução Acervo família dona Beth Bueno (Ermelinda).

P. 125  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 130  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 132  
Fotografia: Fabiana Bruno.

P. 133  
Fotografia: Acervo família Bruno.

P. 134  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 137  
Fotografia: Acervo Fazenda Santa Úrsula.

P. 139  
Fotografia: Acervo Fazenda Santa Úrsula.

P. 141  
Fotografia: Fabiana Bruno.

P. 144  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 145  
Fotografia: Francisco Pezzi; Acervo Fazenda Santa Úrsula.  
P. 146

Fotografia: Fabiana Bruno.

P. 148  
Fotografia: Acervo família de Totó Valente.

P. 151  
Fotografia: Acervo família Pires da Costa Ferrari.

P. 152  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 153 e 154  
Fotografias: Acervo família Pires da Costa Ferrari.

P. 156 e 157  
Fotografias: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 161  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

P. 163  
Fotografia: Acervo Projeto Vila Bueno.

## BIBLIOGRAFIA

### Obras consultadas

AMARAL, Tancredo. *A história de São Paulo ensinada pela biographia dos seus vultos mais notáveis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Alves, 1995.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*, vol. 70, 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982, Nova Série Reconquista do Brasil.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855*, vol. 13. Campinas: CMU Publicações CMU-UNICAMP, 1997, Coleção Campiniana.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e Brioschi, Lucila Reis (orgs.). *Na Estrada do Anhangüera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 1999.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. São Paulo: Humanitas; FFLCH-USP; FAPESP, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade – Lembranças de velhos*, 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, Coleção Terra Brasilis.

ELLIS, Myrian. "Paulistas nos sertões do ouro Fernão Dias Paes", *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, vol. LXIX, 1971.

GIESBRECHT, Mennucci Ralph. *Caminho para Santa Veridiana – As ferrovias em Santa Cruz das Palmeiras*. Santa Cruz das Palmeiras: A Cidade, 2003.

GODOY, José Eduardo Pimentel (org.). Livro de Batizados nº 4 da Matriz de São José de Mogi-Mirim – De abril de 1795 a maio de 1805, 2001, não publicado.

\_\_\_\_\_. Índice onomástico do Livro de Batizados nº 4 de São José de Mogi-Mirim – Primeira Parte, 2002, não publicado.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1869-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Trad. Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, H. Luna F.V. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo de 1750 a 1850*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

KUNIYOSHI, Maria Cristina Chiaradia Gabriel. *Além das fronteiras do colonato. O ajuste da coletividade italiana à sociedade local campineira durante a grande imigração - 1886 a 1920*. S.n.t.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *A cidade racional – Amparo: um projeto urbanístico do "Oitocentos"*. Campinas (SP): Unicamp, 1998.

MARTINS, Ana Luiza. *Império do café: a grande lavoura no Brasil, 1850 a 1890*. São Paulo: Atual, 1990, História em Documentos.

MARTINS, Valter. *Nem senhores, sem escravos: os pequenos agricultores em Campinas 1800-1850*, vol. 10. Campinas: CMU Publicações-UNICAMP, 1996, Coleção Campiniana.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, 4ª ed. Campinas: Pontes, 1990.

MAZZUIA, Mario. *Jundiá através de documentos*. Campinas (SP): Palmeiras, 1976.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX. Memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê Editorial; Fundação Editora da UNESP; Imprensa Oficial do Estado; Secretaria de Estado da Cultura, 1998.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: CMU Publicações-UNICAMP, 1998.

PELLICCIOTTA, Mirza. Os sertões do Paranapanema: estudos bibliográficos acerca da ocupação colonial e pós-colonial da área Taquaraçú-Sumaré (SP). Campinas, 2004, não publicado).

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva (org.) *Conhecer Campinas numa perspectiva histórica*. Campinas: Secretaria Municipal de Educação, 2004.

PUPPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

RENAULT, Delso. *Indústria, escravidão, sociedade: uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2004.

SANTOS, Antonio da Costa. *Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento da primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992)*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2002.

SETÚBAL, Paulo. *A bandeira de Fernão Dias*, 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1964.

SILVA, Lauro Monteiro de Carvalho e. *Mogi-Mirim: subsídios para sua história*. São Paulo: Casa Cardona, 1960.

TAMBELLINI, J. Machado Tambellini, *A Freguesia dos Batatais*. São Paulo: Carthago Editorial, 2000.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2004.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil colonial*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

#### Periódicos

Gazeta Regional. Navarro, Lauro. "Fazenda Santa Francisca do Camanducaia", Jaguariúna: Editora *Gazeta Regional*, 12 de setembro de 1991.

Gazeta Regional, *Suplemento Especial de Aniversário – Jaguariúna 43 anos*. Navarro, Lauro. "Vila Bueno: Jaguari", Jaguariúna: Editora *Gazeta Regional*, 12 de setembro de 1997.

*Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

#### Acervos consultados

Arquivo Público do Centro de Memória da Unicamp, Campinas/SP.

Assembléia Legislativa de São Paulo. Códigos de Postura do Século XIX. Acervo Projeto Vila Bueno, Jaguariúna/SP.

Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), Campinas/SP.

Biblioteca Municipal de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Biblioteca do Centro de Memória da Unicamp, Campinas/SP.

Câmara Municipal de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Cartório Distribuidor de Notas de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Centro de Ciências Letras e Artes, Campinas/SP.

Cúria Metropolitana de Campinas, Campinas/SP.

Delegacia de Polícia de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Fórum de Mogi-Mirim, Mogi-Mirim/SP.

Memorial do Imigrante, São Paulo/SP.

Museu Histórico e Pedagógico Bernardino de Campos, Amparo/SP.

Museu Histórico e da Porcelana de Pedreira, Pedreira/SP.

Rádio Educativa Municipal – Estrela FM, Jaguariúna/SP.

